http://militaryreview.army.mil

PB -100 -16- 07/09
Headquarters, Department of the Army
PIN: 200071-000
Approved for public release; distribution is unlimited

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

JULHO-SETEMBRO 2016

Guerra de Velha Geração p8
Maj Nick Sinclair, Exército dos EUA

A Força de uma Trajetória p47
Eduarda Passarelli Hamann

A Força Cibernética dos EUA p72
Maj Matt Graham, Exército dos EUA

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

ARTIGOS

3 Como Definir uma Nova Arquitetura de Segurança para a Europa que Tira a Rússia do Isolamento

John Mearsheimer, PhD

Mesmo se conseguirmos inverter a política ocidental e convencer Putin de que o Oeste tem boas intenções, o futuro da OTAN é incerto, o que significa muitos problemas à frente.

8 Guerra de Velha Geração

A Evolução — e Não uma Revolução — do Modo de Guerra Russo

Maj Nick Sinclair, Exército dos EUA

Um elemento do ressurgimento russo que cativa os círculos de defesa ocidentais é o aparecimento da guerra de nova geração, mas há evidências que indicam que as ações russas não são algo novo, e sim algo totalmente coerente com precedentes históricos. Uma análise dos fins, modos e meios da guerra de nova geração mostra coerências históricas em relação às abordagens russas de guerra, aliadas a adaptações baseadas no atual ambiente operacional.

Foto da Capa:

Foto ONU/Martine Perret

Oficial de ligação brasileiro da UNMIT levanta informações sobre situação de segurança antes das eleições no Timor Leste (2007).

Índice Julho-Setembro 2016

Tomo 71 ◆ Número 4

17 A Estratégia Militar Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

de Clausewitz ao Novo Desafio

Major Márcio S. Walker, Exército Brasileiro

O objetivo deste artigo é analisar a estratégia militar brasileira, segundo os princípios de Clausewitz, e o desafio da MINUSTAH de transferir o sucesso da abordagem militar para uma nova fase de responsabilidade política.

26 Um Conceito de Navio para o Comando da África

Brian J. Dunn

O Comando da África dos EUA precisa de plataformas navais econômicas e não tradicionais para projetar os meios do Exército dos EUA e de interagências civis por todo o continente africano para engajamento em tempos de paz e para fornecer respostas às crises.

39 A Arte de Comando e a Ciência de Controle

O Comando de Missão no Escalão Brigada na Guarnição e em Operações

Cel Val Keaveny, Exército dos EUA, e Cel Lance Oskey, Exército dos EUA

A intenção deste artigo é prover um sistema e algumas ferramentas para aprimorar a aplicação prática do Comando de Missão no escalão brigada, tanto na guarnição quanto em operações.

47 A Força de uma Trajetória

O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015)

Eduarda Passarelli Hamann

Este artigo visa identificar elementos que refletem o caminho percorrido pelo Brasil nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), desde a primeira participação, em 1947, até os dias de hoje. Trata-se de desvendar um importante legado que o Brasil deixa não apenas para si mesmo, mas também para as discussões sobre o futuro das operações das Nações Unidas.

Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Julho-Setembro 2016 Tomo 71 Número 4
Professional Bulletin 100-16-07/09
Authentication no. 1618215

Comandante, Centro de Armas Combinadas: General Robert B. Brown
Editora-Chefe da Military Review: Coronel Anna R. Friederich-Maggard
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo
Gerente de Produção: Major Steven Miller
Administração: Linda Darnell

Edições Ibero-Americanas
Assistente de Tradução: Emilio Meneses
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

Edição Hispano-Americana
Tradutora/Editora: Albis Thompson
Tradutor/Editor: Ronald Williford

Edição Brasileira
Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

Assessores das Edições Ibero-americanas
Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Luiz Henrique Pedroza Mendes
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Mauricio Alejandro Rojo Fuentes

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil.

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: http://www.militaryreview.army.mil/. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional maling offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official:

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

63 Uma Educação Rigorosa para um Futuro Incerto

Cel Francis J. H. Park, Exército dos EUA

Para aumentar o rigor do ensino profissional militar, um dos objetivos da recém-criada Army University, *é preciso consolidar um exigente programa de Ensino de Nível Intermediário e questionar duas premissas implícitas do sistema tradicional: a de que todos os oficiais estejam aptos a concluir tal programa e a de que a seleção por uma comissão seja mais importante do que a formação para avaliar o potencial para promoção.*

72 A Força Cibernética dos EUA

Prevendo a Próxima Guerra

Maj Matt Graham, Exército dos EUA

O ciberespaço tem emergido recentemente como um domínio independente que exige a sua própria perícia militar. Com essa finalidade, as Forças Armadas precisam de uma Força Cibernética dos EUA independente, equivalente ao Exército, à Marinha, à Força Aérea e ao Corpo de Fuzileiros Navais, para se concentrar no domínio do ciberespaço.

81 Os Fatores Sociais e o Domínio Humano

Maj Brian Hildebrand, Guarda Nacional do Exército dos EUA

O modo exato pelo qual o Exército dos EUA utiliza a ação decisiva por meio do Comando de Missão para vencer apoia-se fortemente na capacidade de seus comandantes para integrar técnicas de análise de diferentes aspectos do domínio humano ao processo decisório, a fim de obter entendimento. Este artigo descreve uma dessas técnicas.

(Getty Images)

Grande número de blindados russos entrando na Geórgia durante o conflito de 2008, como parte da força que desferiu um golpe devastador à ambição do país de restabelecer o controle sobre o território separatista.

Como Definir uma Nova Arquitetura de Segurança para a Europa que Tira a Rússia do Isolamento

John Mearsheimer, PhD

Nota do Editor: Este artigo é adaptado de uma palestra proferida durante uma jornada de debates, em 2 de março de 2015, no Press Club, em Bruxelas, Bélgica[1].

O assunto sobre o qual fui solicitado a falar é como criar uma nova arquitetura de segurança na Europa que tira a Rússia do isolamento e promove a paz na região.

Penso que o melhor que podemos esperar neste ponto é retornar ao status quo anterior, e com isso me refiro à situação que existia aqui na Europa antes de 2008. Penso que não há esperança de criar uma arquitetura de segurança radicalmente nova. E, até mesmo penso que vai ser extremamente difícil retornar à situação pré-2008 na Europa. Creio que a melhor maneira de entender as opções que encaramos é começar com uma discussão do histórico dos últimos 25 anos, os quais podem ser divididos aproximadamente em dois períodos. O primeiro entre 1990 a 2008, e o segundo de 2008 até o presente. Acredito que o primeiro foi realmente o período dourado. A Europa estava notavelmente pacífica — é claro, com exceção do que ocorreu nos Bálcãs. No entanto, praticamente não havia possibilidade de um conflito entre a Rússia e o Ocidente durante esses anos. Parece que tudo estava indo muito bem na área de segurança na Europa durante esse tempo, que levanta a questão óbvia: Por que era assim? Há duas razões.

Primeiro, a OTAN permaneceu intacta, o que significava que os norte-americanos continuariam a ser comprometidos militarmente com a Europa, permitindo que servissem como o pacificador na região. Os Estados Unidos eram, na prática, o juiz final e a autoridade superior que mantinha a ordem. A sua presença militar na Europa fazia com que fosse quase impossível para quaisquer dos Estados, que estivessem sob a sua alçada de segurança, lutarem uns contra os outros. Essa é a razão principal por que nenhum líder europeu, desde o final da Guerra Fria, pediu para que os norte-americanos se retirassem. E está é, também, a razão principal pela qual os russos estavam completamente satisfeitos em deixar os Estados Unidos permanecerem na Europa Ocidental depois da sua retirada, no final da Guerra Fria.

(Maxim Shemetov, Reuters)

Militares russos marcham durante comemorações marcando o Dia da Vitória no porto de Sevastopol, na Crimeia, 9 Mai 14. Tropas russas invadiram a Crimeia em fevereiro de 2014, e o território foi anexado oficialmente pela Rússia em 18 Mar 14.

Então, o pacificador americano era uma parte importante da narrativa. A segunda parte do histórico é que o Ocidente — e aqui estamos falando principalmente sobre a OTAN — não ameaçou os russos de forma significativa. Não há dúvida que os russos estavam contra a expansão da OTAN. Os russos se opuseram a primeira expansão, em 1999, bem como a segunda, em 2004, mas não consideravam esses avanços iniciais para a leste como uma ameaça mortal. Então, entre 1990 e 2008, tudo estava bem na Europa. Mais uma

vez, isso foi devido ao pacificador americano e porque o Ocidente não era uma ameaça séria para a Rússia.

Contudo, essa situação começou a mudar em 2008, que foi um ano decisivo. Primeiramente, houve uma conferência de cúpula da OTAN em Bucareste, em abril de 2008. No final dessa reunião, a OTAN declarou de forma inequívoca que tanto a Geórgia quanto a Ucrânia se tornariam parte da organização. Os russos, em resposta, deixaram bem claro que, na época, isso era inaceitável. Também deixaram claro que fariam tudo o que fosse possível para evitar que isso ocorresse. Não obstante, a OTAN não cedeu. Além do mais, em maio do mesmo ano, a União Europeia (UE) anunciou que ia haver uma Parceria Oriental, o que significava que a UE, também, se estenderia para o leste, a Ucrânia. Como era de se esperar, em agosto de 2008, houve uma guerra entre a Geórgia e a Rússia, que era em boa parte um resultado da decisão de abril de 2008, de incluir futuramente a Ucrânia e a Geórgia na OTAN. Os georgianos pensavam que a OTAN iria lhes respaldar se entrassem em uma crise ou em um conflito com os russos. Obviamente, estavam errados. Apesar disso, no entanto, esse era o primeiro grande exemplo de evidência que haveria problemas no futuro do Leste Europeu.

Barack Obama, como sabem, foi eleito em novembro de 2008. Assumiu a posição com a meta em mente de reestabelecer relações entre a Rússia e os Estados Unidos. Ele fracassou. E, a razão que isso ocorreu é que o Ocidente, com os norte-americanos na vanguarda, continuou a compelir a política que recomendou que a Ucrânia fosse removida da órbita da Rússia e considerada parte do Oeste. A expansão da UE era uma das estratégias-chave que sustentava essa política. A expansão da OTAN e a promoção da democracia eram as outras duas estratégias subjacentes. A promoção da democracia, em princípio, é uma ideia atraente para praticamente todos nós no Ocidente. Contudo, o fato é que a promoção da democracia nas mãos dos Estados Unidos é, principalmente, um assunto relacionado à queda de líderes que são vistos como antiamericanos ou antiocidentais, e da colocação no seu lugar de autoridades que são pró-americanos ou pró-ocidentais. Claro, a Revolução Laranja tinha tudo a ver com isso. A queda de [Viktor] Yanukovych se resumia na colocação de um líder que seria pró-Ocidente em Kiev.

(Cornelia Smet, Comissão Europeia - Serviço Audiovisual Service, UE, 2011)

O Chefe da Comissão Europeia Jose Manuel Barroso e o Presidente do Conselho da União Europeia (UE) Herman Van Rompuy se reúnem com o Presidente ucraniano Viktor Yanukovych em Kiev, Ucrânia, 19 Dez 11. A UE e a Ucrânia concordaram com os termos de um tratado de livre comércio e de associação política, criando tensão entre o Ocidente e a Rússia.

Então, essa estratégia tríplice — expansão da OTAN, expansão da UE e promoção da democracia — contrariou muito os russos. Assim, tudo chegou ao ponto culminante com o golpe em Kiev em 22 de fevereiro de 2014. Nesse ponto, tínhamos uma crise grave que ainda encaramos e que não mostra sinais de desaparecimento. Qual é a solução para esse problema? Penso

(Evan Vucci, Associated Press)

O Presidente Barack Obama se reúne com o Presidente russo, em Enniskillen, Irlanda do Norte, 17 Jun 13. As relações entre os EUA e a Rússia foram extenuadas, em parte, por políticas ocidentais que recomendam que países como a Ucrânia sejam trazidos ao amparo da OTAN e da União Europeia.

que a única solução possível é voltar para a situação que existia antes de 2008. Caso contrário, não há esperança de se resolver este assunto. O que particularmente necessita ser feito? A Ucrânia precisa ser transformada em um Estado-tampão neutro. O Ocidente tem de reconhecer que não existe como continuar a buscar um conjunto de políticas que são planejadas para fazer com que a Ucrânia seja um bastião ocidental na fronteira russa. Os russos não tolerarão isso e, em vez disso, farão todo o possível para destruir a Ucrânia e evitar que seja parte do Oeste. Isso é o que está acontecendo agora. Putin está basicamente dizendo ao Ocidente que têm duas opções. Ou eles desistem, ou ele trabalhará para destruir a Ucrânia de tal maneira que ela não poderia juntar-se ao Ocidente.

Se vocês querem terminar essa crise, se vocês se importam tanto com o povo ucraniano, e não querem ver o seu país destruído, então é imperativo que nos retiremos e abandonemos a ideia de fazer com que a Ucrânia seja parte do Oeste. Em vez disso, devemos trabalhar para fazer a Ucrânia um Estado tampão-neutro, como era efetivamente entre 1991 e 2014. Estou falando sobre o retorno ao status quo anterior. Isso significa, claro, que a expansão da OTAN deve ser explicitamente engavetada, e a mesma deve ocorrer com a expansão da UE. Também significa que os Estados Unidos e os seus aliados europeus têm de acabar com a promoção da democracia em Kiev, que visa se apoderar de indivíduos que são pró-ocidentais e antirussos.

Agora, a pergunta é: quão provável é a hipótese do Ocidente virar 180 graus, abandonar sua política atual e adotar uma que planeje a criação do Estado-tampão neutro da Ucrânia? Acredito que é muito improvável que isso ocorra. Penso que há uma variedade de razões por isso. Primeiro, os líderes ocidentais estão tão profundamente investidos na política atual que será muito difícil para eles afastarem-se dela e trabalharem para fazer a Ucrânia neutra. Lembra-se que a expansão

da OTAN na Ucrânia estava no cerne da estratégia do Ocidente desde 2008. Acredito que seria difícil reverter o rumo do navio. Segundo, acho que Putin e os russos em geral já não confiam no Ocidente. Além disso, quaisquer promessas que fizermos serão dificilmente aceitas em Moscou. Acho que as águas têm estado tão profundamente envenenadas em anos recentes que será difícil convencer os russos de que o Ocidente tem boa vontade e quer trabalhar com eles. Terceiro, acredito que vão ocorrer dificuldades na própria OTAN, independentes desta crise. Para começar, os Estados Unidos estão priorizando a Ásia. E, se o Tio Sam muda de rumo para algum lugar, ele tem de se afastar de outro, e onde os Estados Unidos vão fazer isso é na Europa. A China é um concorrente potencial, e levaria apenas uma grande crise na Ásia para os Estados Unidos concentrarem a sua atenção nessa região, como um raio laser. Quando isso ocorrer, os interesses dos EUA na Europa irão diminuir significativamente. Gosto de informar estudantes que, historicamente, os Estados Unidos se importavam muito com três áreas do mundo fora do Hemisfério Ocidental: a Europa, o nordeste da Ásia e o Golfo Pérsico. E, ao longo de toda a nossa história, a Europa tem sido a área mais importante do mundo para nós, fora do Hemisfério Ocidental. Pela primeira vez na nossa história estamos passando por uma transformação fundamental das nossas prioridades estratégicas. A Ásia vai tornar-se a área mais importante do mundo para os Estados Unidos, o Golfo Pérsico vai ser a segunda e a Europa ficará bastante atrás, ocupando o terceiro lugar.

Então, se a China continuar a ascender, com o tempo nos reorientaremos, e isso significa que reduziremos, por muito, a nossa presença na Europa, e teremos muito menos interesse nessa área do que tem sido ao longo da nossa história. Ao mesmo tempo, se analisarmos o que está acontecendo entre os aliados dos EUA na Europa, parece evidente que não gastam muito dinheiro na defesa, e não parece que vão se juntar para compensar a perda, caso os Estados Unidos se reorientem para a Ásia. Acho que o indicador principal dos problemas à frente é o que está acontecendo na Grã-Bretanha. Os gastos com a defesa estão diminuindo, e, antes do ano 2019, todas as tropas britânicas serão removidas do continente europeu. Isso é um evento de grande importância. Então, o que estou lhe dizendo é que, mesmo se conseguirmos inverter a política ocidental e convencer Putin de que o Oeste tem boas intenções, o futuro da OTAN é incerto, o que significa muitos problemas à frente. Por todas essas razões, tenho certeza de que não podemos voltar ao status quo anterior no Leste Europeu.

O meu ponto principal é que tínhamos uma situação excelente com respeito à segurança europeia antes de 2008. E nós, quer dizer o Ocidente, estragamos tudo. ■

O Dr. John Mearsheimer é o R. Wendell Harrison Distinguished Service Professor em Ciência Política e o co-Diretor do Programa de Política de Segurança Nacional na University of Chicago. Formado pela Academia Militar dos EUA, em West Point, Nova York, passou cinco anos na Força Aérea dos EUA. É mestre em Relações Internacionais pela University of Southern California e mestre e doutor em Ciência Política pela Cornell University. Publicou cinco livros e muitos artigos sobre assuntos de segurança e política internacional. Além de receber vários prêmios relacionados ao ensino, é um membro eleito da American Academy of Arts and Sciences.

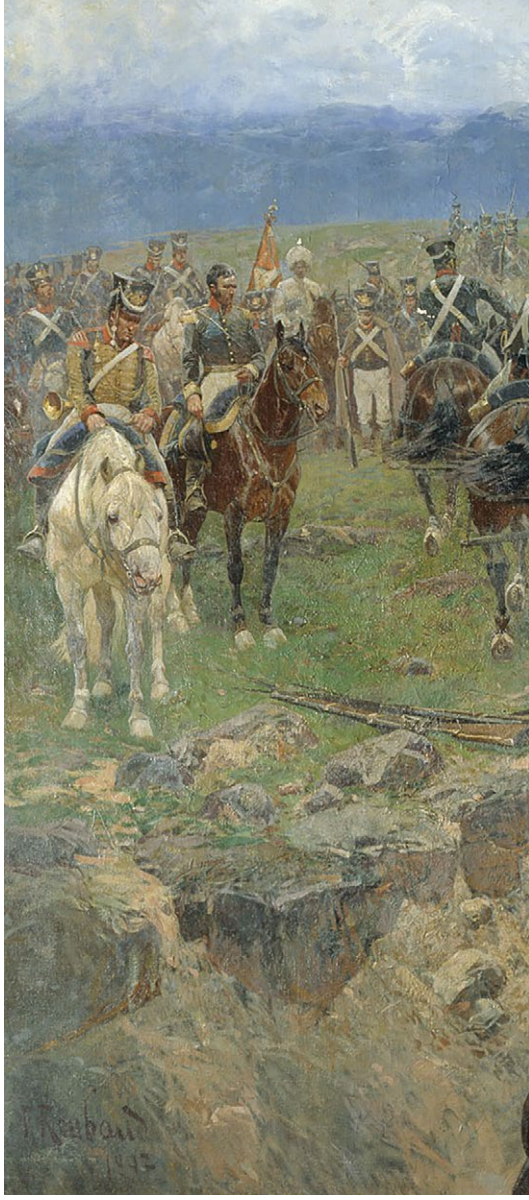
Referências

1. Johen Mearsheimer, "Professor John Mearsheimer: The West Blew It Big Time and Irreversibly Endangered European Security", palestra feita em 2 mar. 2015 no Press Club, em Bruxelas, na Bélgica, acesso em 18 mar. 2016, https://www.youtube.com/watch?v=rKwKW7gDdeg.

Guerra de Velha Geração

A Evolução — e Não uma Revolução — do Modo de Guerra Russo

Maj Nick Sinclair, Exército dos EUA



A lua de mel pós-Guerra Fria com a Rússia acabou. A tomada da Crimeia pela Rússia e o subsequente conflito para anexar a região de Donbass põem em risco a legitimidade da aliança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Os aliados dos Estados Unidos da América (EUA) no flanco leste da OTAN preveem a ocorrência desse mesmo tipo de agressão em seus países e, após terem suportado a suserania de Moscou por mais de meio século, essas nações preferem a liberdade à vassalagem.

Portanto, os profissionais militares norte-americanos precisam se familiarizar novamente com o modo de guerra russo. O documento *U.S. Army Operating Concept* ("Conceito Operacional do Exército dos EUA") define a Rússia como uma "potência concorrente" e um "prenúncio de futuros conflitos"[1]. Além disso, o documento *National Security Strategy* ("Estratégia de Segurança Nacional") propõe que os EUA lideram o esforço para "combater a agressão russa"[2].

Modo de Guerra Russo

Um elemento do ressurgimento russo que cativa os círculos de defesa ocidentais é o aparecimento da *guerra de nova geração* (*new generation warfare — NGW*). Contudo, há evidências que indicam que as ações russas não são algo novo, e sim algo totalmente coerente com precedentes históricos. A Rússia não criou métodos completamente novos — adaptou seus métodos tradicionais, com base em mudanças políticas, econômicas, informacionais e tecnológicas no ambiente operacional[3]. Uma análise dos fins, modos e meios da guerra de nova geração mostra coerências históricas em relação às abordagens russas de guerra, aliadas a adaptações baseadas no atual ambiente operacional.

Fins Estratégicos

Em abril de 2014, Janis Berzins redigiu um trabalho bem recebido para a Academia Nacional de Defesa da Letônia, no qual ele definiu a "guerra de nova geração" russa. Nesse trabalho, Berzins afirma que um aspecto da estratégia militar da Rússia é o "unilateralismo doutrinário, ou a ideia de que o emprego bem-sucedido de força resulta na legitimidade"[4]. O desejo de segurança da Rússia se manifesta pela expansão de suas fronteiras

(Imagem cedida pela Wikimedia)

Ponte Viva: Cena da Guerra Russo-Persa (1892), óleo sobre tela, de Franz Roubaud. Essa pintura ilustra um acontecimento nas proximidades do Rio Askerna, onde os russos conseguiram repelir os ataques de um superior exército persa durante duas semanas. Criaram uma "ponte viva" de modo que dois canhões pudessem ser transportados sobre seus corpos.

para áreas onde perceba ameaças ou instabilidade. Alguns renomados especialistas russos observam que a mentalidade russa é a de que "a melhor defesa é um bom ataque". George Kennan, vice-chefe da missão norte-americana na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1947 e autor de "Sources of Soviet Conduct" ("Fontes da Conduta Soviética", em tradução livre), observa que sentimentos russos de insegurança e inferioridade são a causa de suas tendências expansionistas[5]. Por sua vez, Timothy Thomas, ex-oficial especialista em assuntos da União Soviética e analista sênior no Setor de Estudos Militares Estrangeiros, no Forte Leavenworth, sustenta que, após anos de depressão, a Rússia anseia por se restabelecer no mundo da geopolítica[6].

Os fins estratégicos russos parecem incluir obter a segurança por meio do domínio da ordem internacional. A política expansionista russa no documento "Conceito Militar Russo: 2010" afirma que a dissuasão e prevenção de conflitos consistem na capacidade da Rússia para "ampliar o círculo de Estados parceiros e desenvolver a cooperação com eles" e que incorporar, fisicamente, territórios vizinhos na Federação Russa propriamente dita (ex.: Tchetchênia) ou como Estados vassalos (ex.: Ossétia do Sul, Abkházia e Donbass) é o melhor caminho para a segurança[7]. O Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, incrédulo diante da intervenção da Rússia na Ucrânia, em 2014, comentou: "Não se pode, em pleno século XXI, portar-se à

maneira do século XIX, invadindo um outro país sob um pretexto totalmente inventado"[8]. Infelizmente, o comportamento da Rússia desde o século IX até o presente continua sendo relativamente constante e previsível, apesar das bem-intencionadas objeções de Kerry e de outros com a mesma opinião.

Coerências Estratégicas

A expansão contínua é coerente com a história da nação russa. Em 862 d.C., Novgorod, que deu origem à Federação Russa, era mais ou menos do tamanho do Texas. Após cerca de 1.200 anos, a Rússia hoje é 24 vezes o tamanho das fronteiras originais de Novgorod.

Invasões desastrosas levaram a liderança russa a se fixar na necessidade de estabelecer profundidade estratégica. Essas invasões incluem a conquista mongol do século XIII, a invasão sueca do século XVI, a invasão napoleônica do século XIX e a invasão nazista do século XX. O complexo de perseguição público da Rússia ignora o fato de que, antes e depois dessas invasões, a Rússia invadiu, rotineiramente, vizinhos mais fracos, incorporando seu território no Estado russo.

Não foi uma diplomacia habilidosa o que expandiu as fronteiras da Rússia, e sim uma incessante campanha de conquista e subjugação por parte de seus governantes. As dinastias Rurik e Romanov, assim como a União Soviética, expandiram, continuamente, as fronteiras da nação. A existência de uma atitude psicológica nacional profundamente arraigada, que se apoia na conquista como meio de autodefesa e que advém de uma história tumultuada e agressiva, ajuda a explicar a atual política externa da Rússia.

Adaptações Estratégicas

Historicamente, a Rússia justificou a expansão de suas fronteiras à custa de seus vizinhos como um meio de buscar a segurança. Entretanto, o atual pretexto que utilizam para esse fim é novo. As razões da Rússia para a expansão territorial hoje têm mais a ver com a proteção de russos étnicos além de suas fronteiras que com a obtenção de profundidade estratégica[9]. Em seu livro *A History of the Baltic States* ("Uma História dos Estados Bálticos", em tradução livre), Andres Kasecamp explica como a União Soviética desestruturou áreas etnicamente homogêneas ao forçar grandes grupos de pessoas a deixarem suas casas[10]. Kasemcamp afirma:

> A mudança mais drástica para a Letônia e a Estônia durante a era soviética foi demográfica. Ambas as repúblicas assistiram à chegada em massa de pessoas do leste nos anos pós-guerra. Embora a porcentagem de estonianos étnicos na população da Estônia fosse de 90% no final da guerra, ao chegar 1989, ela havia caído para 62%. Durante esse mesmo período, a porcentagem de letões étnicos na Letônia caiu de mais de três quartos da população para um pouco menos que a metade[11].

Intencionalmente ou não, os russos étnicos colonizaram locais-chave em países vizinhos, proporcionando acesso estratégico à Rússia, particularmente em portos e áreas adjacentes às suas fronteiras. Contudo, em 1991, a União Soviética entrou em colapso. Subsequentemente, ressurgiram interesses próprios nacionais, e o império soviético se fragmentou em várias nações, deixando bolsões de russos étnicos que viviam como minorias em antigas nações soviéticas não russas, fora da recém-formada Federação Russa.

A existência de populações russas fora das atuais fronteiras da Rússia forneceu, recentemente, o pretexto para que ela se apossasse de território dos antigos Estados soviéticos da Geórgia e da Ucrânia. A figura 1 mostra as regiões com as maiores concentrações de cidadãos russos, russos étnicos e falantes nativos de russo além das fronteiras da Federação Russa. Em 2005, Vladimir Putin declarou que o colapso da União Soviética havia sido "a maior catástrofe geopolítica do século" e que "dezenas de milhões de nossos concidadãos e compatriotas [russos étnicos] se viram além dos limites do território russo"[12]. Após o conflito de 2008 com a Geórgia, o Presidente russo, Dmitry Medvedev, disse à imprensa: "Nossa prioridade indiscutível é proteger a vida e a dignidade de nossos cidadãos, onde quer que estejam. Também procederemos com base nisso ao executarmos nossa política externa. Também protegeremos o interesse de nossa comunidade de negócios no exterior. Além disso, deve ficar claro para todos que, caso alguém faça incursões agressivas, receberá uma resposta"[13].

Após a tomada de território da Geórgia, em 2008, e da Crimeia na Ucrânia, em 2014, essa retórica preocupa os países vizinhos com grandes minorias russas. Preocupantemente, a Rússia parece determinada a interferir em áreas vizinhas, como afirmou Medvedev:

(Imagem cedida por Musa Sadulayev, Associated Press)

Uma coluna de viaturas blindadas russas se movimenta em direção à capital da Ossétia do Sul, Tskhinvali, agosto de 2008. A Ossétia do Sul tem uma grande população de russos e, em 1990, declarou sua independência da Geórgia. As forças russas invadiram a Ossétia do Sul em apoio aos separatistas pró-Rússia, após as forças georgianas tentarem recuperar o controle do território.

"A Rússia, da mesma forma que outros países no mundo, conta com regiões onde tem seus interesses privilegiados"[14]. Berzins observa que a Rússia aprendeu com as operações de manutenção da paz lideradas pelo Ocidente nos Bálcãs. Cinicamente, os dirigentes russos usam as normas internacionais sobre autodeterminação e a alegação de responsabilidade por proteger russos étnicos para justificar sua violação da soberania nacional de seus vizinhos.

Modos Operacionais

Segundo Berzins, a guerra de nova geração russa favorece uma abordagem indireta de influência, em vez de uma influência direta de confronto físico. "A guerra de nova geração passa da busca de destruição de meios físicos de um inimigo para uma guerra psicológica voltada a obter o declínio do moral interno"[15]. Berzins demonstrou o êxito da abordagem indireta russa na Crimeia, afirmando que "em apenas três semanas e sem que um tiro fosse disparado, o moral das Forças Armadas ucranianas foi destruído e todas as suas 190 bases se renderam"[16]. Como indicou Glenn Curtis em seu trabalho de 1989, "An Overview of Psychological Operations" ("Uma Visão Geral das Operações Psicológicas", em tradução livre), visar o moral de um adversário não é algo novo para as Forças Armadas Russas. O objetivo central das operações psicológicas é coerente: "Se a atitude de um adversário puder ser influenciada favoravelmente, sua resistência física diminuirá"[17]. Afirma que as operações psicológicas soviéticas "não foram inventadas pelos bolcheviques em 1917; foram empregadas esporadicamente durante séculos pelos czares russos nas relações internas e externas"[18].

Embora as operações psicológicas ocupem um lugar consagrado na tradição militar russa, seu papel central contra o Ocidente recebeu especial ênfase durante a Guerra Fria. Foram empregadas por Moscou para influenciar atividades na esfera política interna ocidental e efeitos no "Terceiro Mundo". A desinformação, as medidas ativas (influenciar um adversário por meio de terceiros aparentemente não relacionados) e a propaganda representavam as linhas de frente

Figura 1 – Países com Vínculos com a Rússia

entre Oriente e Ocidente. Alguns exemplos incluem a falsificação, pela KGB, de documentos "oficiais" do governo norte-americano autorizando assassinatos e a remoção de governos, assim como sua utilização do Conselho Mundial da Paz para requerer que o governo dos EUA aceitasse termos de desarmamento nuclear favoráveis à União Soviética[19]. Embora tenha perdido a Guerra Fria, a Rússia não abandonou a abordagem indireta das operações psicológicas.

Coerências Operacionais

Os modos operacionais militares da Rússia para alcançar seus fins estratégicos incorporam operações profundas clássicas. Os intelectuais soviéticos inventaram a teoria das operações profundas em reação à dinâmica do campo de batalha do início do século XX. Teóricos das operações profundas soviéticos, como Svechin, Triandafillov e Isserson, encontraram a resposta ao problema das defesas em camadas utilizadas durante a Primeira Guerra Mundial com uma ofensiva que derrota o inimigo em toda a sua profundidade: a operação profunda[20].

As operações profundas se ampliaram de um foco material para visar o moral da força adversária. Em seu livro *Strategy* (Estratégia), de 1927, o teórico de operações profundas Aleksandr Svechin afirmou: "A guerra é conduzida não só em uma frente armada; é conduzida, também, nas frentes econômica e de classes". Declara, ainda, que o uso de agitadores políticos e propaganda dentro do país da oposição são esforços cruciais para uma ação militar e devem ser coordenados[21]. O moral é um fator fundamental para qualquer força de combate. Clausewitz reconheceu a importância do moral no fenômeno da guerra, convertendo-o em um dos lados da trindade paradoxal (razão, paixão e acaso)[22].

O moral do adversário tornou-se o alvo decisivo para o êxito das operações militares soviéticas. A União Soviética tinha a fama de atacar a coesão moral de seus inimigos, semeando a discórdia e a dúvida entre seus adversários na esperança de enfraquecer o espírito de combate. B.H. Liddell Hart observou isso na obra *Strategy*, ao discutir o combate profundo supremo de Lenin, a abordagem indireta dirigida contra o moral ocidental. Afirmou que "a melhor estratégia em qualquer campanha é adiar o combate e a melhor tática é adiar o ataque, até que a perturbação moral do inimigo torne prático desfechar o golpe decisivo"[23].

Adaptações Operacionais

A Rússia continua a utilizar operações profundas para obter a expansão de suas fronteiras, mas também melhorou muito sua capacidade para visar a psique de

adversários e elementos neutros. As operações profundas russas possibilitaram suas ambições territoriais ao arrancarem pedaços da Geórgia e da Ucrânia com a desculpa de o país estar protegendo suas populações nativas no exterior e promovendo a autodeterminação nacional. Quando a Rússia se apossou da Crimeia, o Exército ucraniano capitulou após uma campanha de informação bem planejada e executada[24].

A Rússia aperfeiçoou seu emprego da guerra de informação por meio do uso do *controle reflexivo*. Em *Recasting The Red Star* ("Reformulando a Estrela Vermelha" em tradução livre), Timothy Thomas define o controle reflexivo como "um meio de transmitir a um parceiro ou adversário informações especialmente preparadas para estimulá-lo a tomar, voluntariamente, a decisão predeterminada desejada pelo iniciador da ação"[25]. O controle reflexivo russo pareceu ter sucesso, também, contra os parceiros da Ucrânia na OTAN. Membros da OTAN relutaram em se envolver no conflito, efetivamente isolando a Ucrânia da comunidade internacional[26].

A Rússia utiliza o controle reflexivo para colocar seus vizinhos entre a "cruz e a espada". Ou os países permitem cidadãos russos dentro de suas fronteiras e acabam lidando com movimentos separatistas ou isolam suas populações russas e dão à Rússia um pretexto para a invasão. Em seu livro *A Little War That Shook The World: Georgia, Russia, and the Future of the West* ("A Pequena Guerra que Abalou o Mundo: Geórgia, Rússia e o Futuro do Ocidente", em tradução livre), Ronald Asmus descreve como isso ocorreu na Geórgia em 2008[27]. Asmus acusa a Rússia de capacitar separatistas da Ossétia do Sul a atacar cidades da Geórgia a partir de áreas controladas pelos russos. Após uma escalada contínua, a Geórgia respondeu com seu próprio ataque militar, eliminando 50 mantenedores da paz russos. A resposta russa foi severa, subjugando o Exército da Geórgia e adquirindo dois novos Estados vassalos (Ossétia do Sul e Abkházia) à custa da soberania georgiana. Segundo Asmus, porém, a força de contra-ataque russa entrou na Ossétia do Sul a partir da Rússia dias antes do início do ataque da Geórgia. A guerra de informação russa criou a narrativa de uma Força Armada agressiva da Geórgia, que atacou as tropas da Rússia, deixando-lhe sem nenhuma opção a não ser contra-atacar. Esse exemplo clássico de controle reflexivo permitiu que a Rússia obtivesse ganhos territoriais à custa da Geórgia. A Rússia também venceu a guerra de informação. Os veículos da imprensa europeia e órgãos internacionais culparam a Geórgia pela guerra[28].

Meios Táticos

Berzins descreve duas mudanças significativas nos meios táticos da Rússia. A primeira é o emprego de uma força híbrida, o "uso de civis armados (quatro civis para um militar)"[29]. A Circular de Instrução 7-100, *A Ameaça Híbrida* (*Training Circular 7-100, The Hybrid Threat*), do Exército dos EUA, a define como "a combinação variada e dinâmica de força regulares, forças irregulares e/ou elementos criminosos, todos unificados para a obtenção de efeitos mutuamente benéficos"[30]. Uma força de combate composta, predominantemente, de milícias locais não só gera uma economia de meios para as Forças Armadas regulares da Rússia, como também confere legitimidade ao lado russo, porque a milícia reside nas regiões contestadas.

A segunda mudança consiste em táticas que buscam evitar o conflito quando possível por meio de "confrontos sem contato por forças extremamente interespecíficas"[31]. Essas forças interespecíficas incluem manifestantes, agitadores, grupos de milícia, gangues de motociclistas, nacionalistas, mercenários e *spetsnaz* (forças especiais), para exacerbar a situação com o objetivo de forçar uma reação pelo governo anfitrião, o que então confere a Moscou a justificativa para intervir com forças regulares. Contudo, quando o combate é inevitável, as táticas russas são semelhantes às táticas de cerco e aniquilação do último século.

Coerências Táticas

A força híbrida e as táticas de cerco e aniquilação empregadas pela Rússia são coerentes com a história militar do país. Em 945 d.C., os governantes russos empregaram uma tribo tártara, os pechenegues, em uma bem-sucedida campanha contra o império bizantino[32]. Outro emprego de uma força híbrida foi o uso dos cossacos contra o Grande Exército, *Grande Armée*, de Napoleão durante a retirada de Moscou[33]. Além disso, a força híbrida da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para o êxito contra a invasão alemã. Para os soviéticos, os

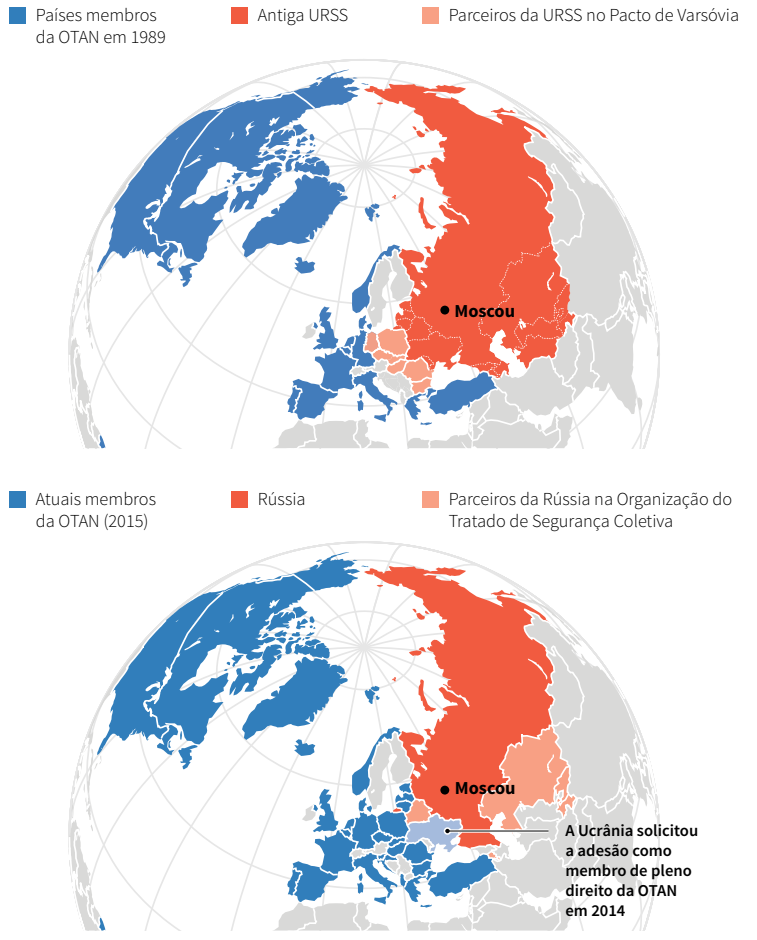


Figura 2 – Expansão da OTAN

(Gráfico de G. Cabrera, OTAN/Reuters)

guerrilheiros conduziram reconhecimento, ajudaram nas campanhas de dissimulação e forneceram guias para as forças soviéticas contra os alemães[34].

A ideia de cercar e destruir uma força inimiga fascina os planejadores militares desde sua perfeição em Canas. A tecnologia moderna possibilitou as táticas de cerco e aniquilação em meados do século XX. Os soviéticos obtiveram sucesso com essa tática em 1939 contra os japoneses na batalha de Khalkhin Gol (Nomonhan); contra o 6º Exército alemão em Stalingrado, em 1942; e contra o Grupo de Exércitos Centro alemão durante a Operação *Bagration*, em 1944[35].

Adaptações Táticas

As táticas russas evoluíram para se ajustarem ao ambiente operacional moderno. A força híbrida russa inclui forças regulares, milícias locais, empresas contratadas privadas, nacionalistas extremistas, criminosos e fundamentalistas muçulmanos. É particularmente difícil opor-se a essa combinação de forças em virtude de suas diferentes origens e motivações. As milícias regionais — adestradas e equipadas pela Rússia — fornecem uma força autóctone, em posição avançada, que oferece legitimidade à causa. Os contratados privados são uma evolução da força motivada pelo pan-eslavismo vista nos conflitos nos Bálcãs do século XX[36]. O emprego de criminosos, nacionalistas extremistas e fundamentalistas muçulmanos além de suas fronteiras é vantajoso em todos os aspectos para a Rússia. Previne problemas dentro das fronteiras russas, ao mesmo tempo que permite que aqueles atores sirvam como "bucha de canhão" e expressem sua agressão contra um inimigo em comum[37]. Convenientemente, é mais fácil negar responsabilidade em relação a esses diferentes grupos militantes do que em relação às forças regulares russas.

As táticas de cerco e aniquilação foram decisivas na guerra da Rússia contra a Ucrânia. No combate por Ilovaisk, as forças ucranianas conquistaram um importante entroncamento rodoferroviário entre as cidades de Donetsk e Luhansk, controladas por separatistas. As forças russas rapidamente cercaram e sitiaram a cidade. As baixas e a desmoralização enfraqueceram as forças ucranianas, levando a um acordo de retirada em troca de salvo-conduto. Segundo a revista *Newsweek*, o próprio Putin ratificou o acordo, mas as forças russas emboscaram e destruíram a coluna ucraniana em retirada. Oficialmente, Kiev admite que houve 108 mortos, mas testemunhas relatam um número de cinco a seis vezes maior[38]. A Rússia utilizou essa mesma tática em Debaltseve em janeiro de 2015. Nesse combate, as Forças Armadas ucranianas ocuparam, mais uma vez, um entroncamento rodoferroviário crucial entre as duas regiões separatistas. As forças russas e separatistas avançaram contra os flancos da cidade, criando uma saliência. Receando o cerco total, as forças ucranianas se retiraram. Mais uma vez, as forças russas esperaram em emboscada. Um sobrevivente relatou: "Sim, os russos nos deixaram

sair em retirada e nos receberam com carros de combate e lança-foguetes móveis"[39]. O governo ucraniano anunciou que 179 soldados ucranianos foram mortos, 110 foram capturados e 81 estavam desaparecidos[40]. Ambos os combates deixaram as forças ucranianas desmoralizadas. A divisão interna se estabeleceu entre as forças, que acusaram Kiev de abandoná-las.

Conclusão e Recomendações

O trabalho de Berzins sobre a guerra de nova geração russa oferece um excelente modelo para compreender o que a Rússia estava fazendo em abril de 2014. O benefício de uma análise retrospectiva é que ela permite entender que as ações russas na Ucrânia têm um contexto histórico nos âmbitos estratégico, operacional e tático, com pequenas adaptações. Há uma série de coisas que os EUA e a OTAN podem fazer para se oporem à agressão russa; por que não usar o que funcionou no passado contra a Rússia, com pequenas adaptações?

Estrategicamente, a Operação *Atlantic Resolve*, operação liderada pelos EUA na Europa com o objetivo de fornecer garantias aos aliados da OTAN, é bastante semelhante à política de contenção descrita no relatório NSC-68, do Conselho de Segurança Nacional, pelo governo Truman[41]. A grande vantagem para a OTAN são os antigos inimigos pertencentes ao Pacto de Varsóvia, hoje considerados aliados. A figura 2 mostra a extensão da OTAN após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1989. A parceria com esses países serve para assegurar aos aliados da OTAN que eles não serão abandonados diante da expansão territorial russa.

Operacionalmente, a OTAN precisa combater as operações profundas russas que busquem deslegitimar a soberania de membros vulneráveis da organização, devendo tomar medidas para reforçar sua determinação coletiva. Além disso, não combater a guerra de informação russa pode fragmentar a estrutura de segurança transatlântica que serve para proteger a liberdade, prosperidade e paz para milhões de pessoas.

Taticamente, a OTAN deve adotar o modelo híbrido. A OTAN operou como uma força híbrida no Afeganistão e, considerando os pequenos exércitos dos aliados da organização, é bastante provável que estabeleça parcerias com milícias no caso de um futuro conflito.

A Rússia parece ter escolhido um retrocesso, em vez do convívio pacífico. Vem estabelecendo as condições e definindo o ambiente operacional por sua audácia agressiva e relativamente incontestada, mas o modo de guerra russo e sua propensão histórica à expansão diante de uma fraca resistência tem sido geralmente constante ao longo de toda a sua história. Em consequência, o verdadeiro problema diante da OTAN não é um novo tipo de guerra russo ou uma nova política de expansão, mas a relutância da própria organização em retomar seu propósito original de prevenir a conquista russa. ■

O Major Nicholas Sinclair, do Exército dos EUA, é subcomandante do 1º/68º Batalhão Blindado, 3ª Brigada de Combate Blindada, 4ª Divisão de Infantaria. Concluiu o bacharelado em The Citadel, Charleston, Carolina do Sul, e o curso da Escola de Estudos Militares Avançados, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas.

Referências

1. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win in Complex World 2020-2040* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 31 October 2014), p. 10.

2. *National Security Strategy* (Washington, DC: The White House, February 2015), 2, acesso em 11 fev. 2016, https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf.

3. Joint Publication 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 11 August 2011), gl-14, s.v. "Ambiente operacional". Uma combinação das condições, circunstâncias e influências que afetam o emprego de capacidades e as decisões do comandante. Conhecido como OE, na sigla em inglês.

4. Janis Berzins, *Russia's New Generation Warfare in Ukraine: Implications for Latvian Defense Policy* (Riga, Latvia: National Defense Academy of Latvia, 2 April 2014), p. 3.

5. Foy D. Kohler e Mose l. Harvey, eds., *The Soviet Union: Yesterday, Today, Tomorrow, a Colloquy Of American Long-Timers In Moscow* (Coral Gables, FL: Center for Advanced International Studies University of Miami, 1975), p. 87.

6. Timothy Thomas, *Recasting the Red Star: Russia Forges Tradition and Technology Through Toughness* (Fort Leavenworth, KS: Foreign Military Studies Office, 2011), p. 1.

7. Presidente da Federação Russa, *site The Military Doctrine Of The Russian Federation Russian Federation*, 5 February 2010, p. 7, acesso em 12 fev. 2016, http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf.

8. Will Dunham, "Kerry Condemns Russia's 'Incredible Act of Aggression' in Ukraine", *site* Reuters, 2 March 2014, acesso em 12 fev. 2016, http://www.reuters.com/article/2014/03/02/us-ukraine-crisis-usa-kerry-idusbrea210dg20140302.

9. "Putin Calls Collapse Of Soviet Union 'Catastrophe'", *Washington Times*, 26 April 2005, acesso em 12 fev. 2016, http://www.washingtontimes.com/news/2005/apr/26/20050426-120658-5687r/?page=all#!.

10. Andres Kasecamp, *A History of The Baltic States* (New York: Palgrave Macmillan, 2010), p. 145–146.

11. Ibid., p. 154.

12. Washington Times, "Putin Calls Collapse 'Catastrophe'".

13. Paul Reynolds, "New Russian World Order: The Five Principles", BBC, 1 September 2008, acesso em 12 fev. 2016, http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7591610.stm.

14. Ibid.

15. Berzins, *Russia's New Generation Warfare*, p. 6.

16. Ibid., p. 4.

17. Glenn Curtis, *An Overview of Psychological Operations* (Washington D.C.: Federal Research Division, Library Of Congress, 1989), p. 2, acesso em 21 mar. 2016, www.dtic.mil/cgi-bin/gettrdoc?ad=ada302389.

18. Ibid., p. 14.

19. Dennis Kux, "Soviet Active Measures and Disinformation: Overview and Assessment", *Parameters* 15 (40 (1985): p. 22, acesso em 21 mar. 2016, http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/articles/1985/1985%20kux.pdf; U.S. Department of State, *Soviet Influence Activities: A Report on Active Measures And Propaganda, 1986-1987* (Washington D.C., U.S. Department of State, 1987), p. 81.

20. G.S. Isserson, T*he Evolution of Operational Art*, trans. Bruce Menning (Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2013), p. 56.

21. A. Svechin, *Strategy*, 4th ed., ed. Kent D. Lee (Minneapolis: East View Publications, 2004), p. 84.

22. Carl von Clausewitz, *On War*, ed. by Michael Howard and Peter Paret (Princeton: Princeton University Press, 1989), p. 89.

23. B.H. Liddell Hart, *Strategy*, 2nd ed. (New York: Plume, 1991), p. 183.

24. Berzins, *Russia's New Generation Warfare*, p. 4.

25. Timothy Thomas, *Recasting The Red Star*, p. 118.

26. Phillip Karber, "Russia's Hybrid War Campaign: Implications for Ukraine and Beyond" (Powerpoint Presentation from lecture, Center for Strategic and International Studies Russian Military Forum, Vienna, Virginia, 10 March 2015).

27. Ronald Asmus, *A Little War that Shook the World: Georgia, Russia, and the Future of the West* (New York: St. Martin's Press, 2010).

28. Bruno Waterfield, "EU Blames Georgia for Starting War with Russia", *Telegraph*, 30 September 2009, acesso em 12 fev. 2016, http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/georgia/6247620/eu-blames-georgia-for-starting-war-with-russia.html.

29. Berzins, *Russia's New Generation Warfare*, p. 4.

30. Training Circular 7-100, *Hybrid Threat* (Washington, DC: U.S. GPO, November 2010), p. v.

31. Berzins, *Russia's New Generation Warfare*, p. 4.

32. Mary Platt Parmele, *A Short History Of Russia* (New York: Charles Scribner's Sons, 1907), p. 9.

33. David G. Chandler, *The Campaigns of Napoleon* (New York: Scribner, 1995), p. 831.

34. David M. Glantz e Jonathan House, *When Titans Clashed: How the Red Army Stopped Hitler* (Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1995), p. 181.

35. Alvin Coox, *Nomonhan: Japan Against Russia, 1939* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1985), p. 1123; Edward Drea, "Nomonhan: Japanese-Soviet Tactical Combat, 1939", *Leavenworth Papers* 2 (January 1981): p. 9; R. Ernest Dupuy e Trevor N. Dupuy, *The Encyclopedia of Military History from 3500 B.C. to the Present*, 2nd ed. (New York: Harper & Row Publishers, 1986), p. 1099; David M. Glantz e Jonathan M. House, *When Titans Clashed: How the Red Army Stopped Hitler* (modern War Studies) (Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1995), p. 196.

36. Karber, "Russia's Hybrid War".

37. Ibid.

38. Lucian Kim, "The Battle of Ilovaisk: Details of a Massacre Inside Rebel-Held Eastern Ukraine", *Newsweek*, 4 November 2014, p. 1, acesso em 12 fev. 2016, http://www.newsweek.com/2014/11/14/battle-ilovaisk-details-massacre-inside-rebel-held-eastern-ukraine-282003.html?piano_t=1.

39. "Retreating from Debaltseve: They Gave Us 'Green' Corridor with Grads and Tanks", YouTube, 19 February 2015, acesso em 12 fev. 2016, https://www.youtube.com/watch?v=Coe-DpF8Utls. O *BM-21 grad* é um lançador múltiplo de foguetes de 122 mm montado em caminhão.

40. Agence France-Presse, "Ukraine Lost 179 Troops in Battle for Debaltseve: Advisor", 21 February 2015, acesso em 12 fev. 2016, http://news.yahoo.com/ukraine-lost-179-troops-battle-debaltseve-aide-114009798.html.

41. NSC 68, "A Report to the National Security Council", Truman Papers, 12 April 1950, acesso em 12 fev. 2016, https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf.

Force Commander General de Divisão José Luiz Jaborandy Junior, 29 de março de 2014.

A Estratégia Militar Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

de Clausewitz ao Novo Desafio

Tenente-Coronel Márcio S. Walker, Exército Brasileiro

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida em 1º de junho de 2004 pelo Conselho de Segurança (CS), em sua resolução de número 1542[1].

A ação da MINUSTAH foi marcada por empregar forte contingente militar, com importante participação do Brasil. O comando do componente militar foi assumido por um general brasileiro que foi responsável pela "Arte Operacional", coordenando a ação de militares de diversos países e desenvolvendo conhecimento doutrinário em um cenário estratégico de ambiente urbano complexo.

Ainda, essa estratégia, contou com a importante participação de tropas brasileiras na MINUSTAH, que foi, e ainda é, determinante para restabelecer a segurança daquele país, principalmente na área mais violenta da capital Porto Príncipe[2].

O objetivo deste artigo é analisar a estratégia militar brasileira, segundo os princípios de Clausewitz, e o desafio da MINUSTAH de transferir o sucesso da abordagem militar para uma nova fase de responsabilidade política.

Conciência Situacional

A Consciência Situacional consiste na percepção precisa e permanentemente atualizada do ambiente operacional e no reconhecimento da importância de cada elemento em relação à missão atribuída[3].

O Haiti localiza-se na ilha no Caribe que foi batizada de Hispaniola por Colombo em 1494. Dominada por franceses por muito tempo, em 1791 uma rebelião

O *Force Commander*, Gen Div Jaborandy, realizando o debriefing da operação conjunta com os Comandantes do BRABATT e Sri Lankan Battalion (SRIBATT), com o Componente Policial (UNPOL and Formed Police Unit) e com a Polícia Nacional Haitiana (PNH), em Grand Ravine, na grande Porto Príncipe, 25 de julho de 2014.

Componente	Países
Pessoal das Forças Armadas	Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, México, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Sri Lanka e Uruguai.

Fonte: Nações Unidas, 2015.

Tabela 1 – Distribuição de Tropas

de escravos, liderados por Toussaint L'Ouverture, estabeleceu o fim da escravidão e, em 1804, o país conquistou sua independência, recebendo o nome de Haiti, ou seja, "país montanhoso"[4].

Por dois séculos após sua independência, o país construiu uma história de 34 golpes de Estado e promulgou 23 constituições, até chegar ao governo de Jean-Bertrand Aristide, em 1990, que foi deposto em seu primeiro mandato. Reconduzido ao governo e temendo a falta de lealdade, Aristide dissolveu as Forças Armadas, deixando homens desempregados, ressentidos e armados. A forte oposição provocou manifestações de rua e violentos distúrbios em todo o país.

No período de 1993-2000, a ONU tentou resolver o problema com quatro missões:

- Missão da ONU no Haiti (UNMIH), de 1993 a 1996;
- Missão de Apoio da ONU ao Haiti (UNSMIH), de 1996 a 1997;
- Missão de Transição da ONU no Haiti (UNTMIH), de agosto a novembro de 1997; e
- Missão da Polícia Civil da ONU no Haiti (MIPONUH) de 1997 a 2000.

No entanto, as missões fracassaram e, em 29 de fevereiro de 2004, com um governo marcado por uma democracia frágil, que provocou sérias consequências socioeconômicas, ambientais e securitárias, o presidente Aristide renunciou novamente.

Estabeleceu-se no Haiti um cenário de total descontrole público e guerra civil, sem um governo nacional capaz de garantir a autoridade e soberania. As *gangs* instauraram o "terror" com sequestros e assassinatos com extrema crueldade, com graves violações dos direitos humanos[5]. Assim, considerando que a situação no Haiti se constituía uma ameaça para a paz internacional e a segurança na região, o Conselho de Segurança da ONU decidiu estabelecer a sua quinta missão no país, a MINUSTAH.

Além do efetivo militar e policial da MINUSTAH, a ONU destinou ao país agências civis para estabelecerem o desenvolvimento do Haiti. A missão tomou vulto com o terremoto de 2010 que devastou o país, deixando mais de 300 mil mortos e 15% da população desabrigada.

Assim, para que os objetivos estratégicos sociais, sob responsabilidade das agências civis da ONU, fossem atingidos seria fundamental a missão ao componente militar, ou seja: "garantir o ambiente seguro e estável".

Arte Operacional e Clausewitz

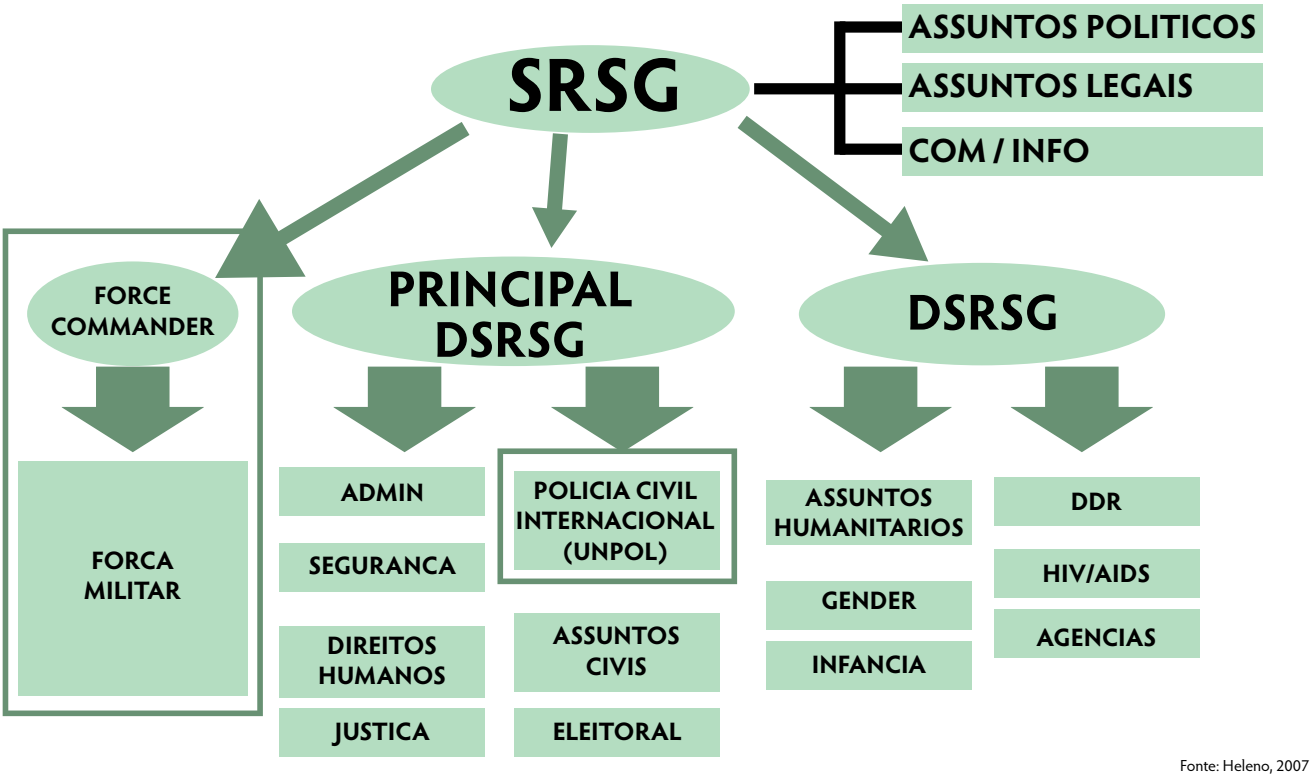
> A Arte Operacional fornece a ligação entre o sucesso tático e a consecução dos objetivos estratégicos[6].

A "Arte Operacional", sob a ótica militar, está ligada diretamente ao exercício do comando e traduz o enfoque cognitivo do comandante militar, ou seja, no caso da MINUSTAH, do *Force Commander*.

Segundo Clausewitz, a Arte da Guerra é própria do general, é o que dá o ritmo das ações, por seu planejamento operacional e visão estratégica. O general tem forte influência na doutrina militar que será empregada pela coalizão de tropas. Por isso, cabe ao general o "desenho operacional" para determinar como o problema militar será resolvido[7].

Esse emprego é direcionado segundo a "Intenção do Comandante" que estabelece os objetivos da operação e as condições que definem o "estado final desejado". Assim sendo, o *Force Commander* é a ligação entre a missão militar estabelecida pelo nível político e o emprego do conceito estratégico da operação no nível tático.

Conforme colocou o Gen Ex Heleno[8], muitas pessoas confundem o componente militar com a própria MINUSTAH. No entanto, a missão foi configurada pelo conceito multidimensional, envolvendo a participação de três componentes: militar, policiais e civil. A



Fonte: Heleno, 2007

Figura 1 – Organização da MINUSTAH

MINUSTAH é dirigida pelo Representante Especial do Secretário Geral da ONU (SRSG), o componente militar é comandado pelo Force Commander e o componente policial é chefiado pelo Police Comissioner.

Ou seja, a missão do componente militar é bem específica: "manter um ambiente seguro", cabendo os demais objetivos políticos relacionados ao desenvolvimento do país e a estabilidade, ao componente civil e ao policial.

Os "Elementos da Arte Operacional" selecionados para a análise do "desenho operacional" são os seguintes: Estado Final Desejado (EFD), Centro de Gravidade (CG), Abordagem Direta e Indireta, Linhas de Esforço, Alcance Operativo, Tempo, Faseamento, Transição e Risco. Destes, será destacado o EFD que traduz a intenção política: "garantir o ambiente seguro e estável"[9].

A Aplicabilidade dos Fundamentos da Teoria de Clausewitz ao Combate em Operações de Paz

> A guerra é uma mera continuação da política por outros meios[10].

Os ensinamentos de Clausewitz podem ser muito mais abrangentes do que a leitura e interpretação direta dos seus preceitos. A obra "Da Guerra" (1832), tem acentuada percepção da realidade e da natureza do poder militar, úteis aos conflitos complexos e às operações de paz[11].

A visão política da obra de Clausewitz consta em oito livros, colocando que a estratégia militar deve consistir em uma ampla, complexa, persuasiva e transversal análise dos esforços militares, considerando as pessoas, a sociedade, a cultura, a ética e o governo[12].

No livro dois, "Da Teoria da Guerra", Clausewitz mostrou a importância da análise crítica no estudo de situação, o que deveria ser continuo, principalmente durante as ações.

No terceiro livro, "A Estratégia", Clausewitz definiu que a melhor estratégia deveria ser atacar o "ponto decisivo". Essa afirmação pode ser interpretada em qualquer campo dimensional dos conflitos. Na concepção atual, o ponto decisivo pode estar em um elemento de valor abstrato, como o moral da força hostil[13].

No Livro Quatro, "O Engajamento", analisou o "centro de gravidade da guerra". Este que, em um cenário complexo, pode ser tropas, armas, território, ou uma conquista psicológica, podendo se configurar na relação das hostilidades com a população civil, vítima das atrocidades[14].

Um novo enfoque da obra de Clausewitz, perfeitamente adequado às operações de paz, mostra não ser necessária a derrota completa do inimigo, mas sim agir com total controle da força. Quando Clausewitz, valoriza o fator psicológico, ressalta a importância da liderança, da força de vontade do comandante e a necessidade de a tropa possuir coragem e autoconfiança. Assim, os conflitos teriam uma dimensão ampla, que abrangeria forças morais e físicas, envolvendo a relação em uma trindade indivisível[15].

Essa trindade de Clausewitz confere a direção estratégica para a forma holística do problema militar, ou seja, os fins políticos. A trindade define a essência da estratégia militar, ou seja: o comprometimento com o povo, o comprometimento do governo e a visão humana da atuação de forças armadas.

Em missões de paz, pela permanente intenção política da ONU com o país onde ocorre a missão, existe a necessidade do comprometimento político das ações militares, em todos os níveis. Esse entendimento da abordagem clausewtziana pode ser claramente verificado na estratégia de atuação das tropas brasileiras no Haiti.

A Ação do Componente Militar Brasileiro na MINUSTAH

> Um problema comum à uma ação, é vontade de assumir os compromissos necessários para alcançar um consenso político[16].

A categorização do espectro dos conflitos permanece em evolução, mas poderia ser distinguida em relação ao uso da força: dos conflitos observáveis até os arsenais nucleares. A tendência atual, no entanto, seria para diferentes formas de conflito, como o multidimensional conflito urbano[17]. Na análise da missão do componente militar no Haiti, em ambiente urbano, foi fundamental o estudo no objetivo estratégico e Estado Final Desejado, "manter o ambiente seguro e estável".

Sob comando brasileiro, o contingente de tropas da ONU, desde o início da missão em 2004, incluiu tropas de mais de vinte países. O contingente brasileiro contava com oficiais do Estado-Maior do componente militar, de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT) e de uma Companhia de Engenharia (BRAENGCOY), totalizando o efetivo de cerca de 1200 brasileiros. No bienio 2014 e 2015, o cargo do *Force Commander* foi exercido pelo Gen Div José Luiz Jaborandy Jr.

A influência da estratégia brasileira pode ser analisada pelos Elementos da Arte Operacional: Estado Final Desejado, Centro de Gravidade, Abordagem Direta e Indireta; Linhas de Esforço; Alcance Operativo; Tempo; Faseamento e Transições; e Risco.

Observando os objetivos iniciais da missão em 2004, verificou-se que o componente militar esteve desde o início focado no "Estado Final Desejado": "manter um ambiente seguro e estável". Isso porque já nas primeiras ações, ainda em 2004, sob comando do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro, o esforço foi direcionado ao "Centro de Gravidade" do conflito, ou seja, as ações hostis das *gangs* haitianas. O fator "tempo", oportunidade, foi essencial para a neutralização das ações hostis e determinaria o sucesso da missão.

O planejamento estratégico definiu uma "Linha de Esforço" para as ações militares, isso permitiria sair do estado inicial e atingir EFD. Essa linha possuía "objetivos intermediários", como as áreas de *Cité Soleil* e Forte Nacional. Ao mesmo tempo, o "faseamento" da operação não perdeu de foco as considerações civis, com extremo controle do uso da força. Assim, o "risco" de insucesso foi dirimido pelo estabelecimento de nítidas regras de engajamento, delimitando o "Alcance Operativo".

O BRABATT foi empregado na principal área hostil da capital *Port-au-Prince*. Nessa área, a dimensão humana foi importante para o resultado final dos combates, pois a não observância da consequência política das ações, seja pelo soldado empregado dentro das vielas urbanas, seja pelos comandantes de fração, agiria de forma negativa no EFD. Essa visão permitirá mais tarde a "transição" para o período de paz e estabilidade da missão, por ocasião da retirada das tropas. Foi observado o importante fator psicológico da trindade de Clausewitz, a visão holística do envolvimento entre o povo, os fins políticos e a ação das forças armadas[18].

A atuação da BRAENGCOY, que em 2004 foi direcionada para as funções militares de combate de Movimento e Manobra e Proteção, "abordagem direta", com a evolução da situação na missão, passou a assumir os trabalhos voltados para os assuntos civis, passando para a "abordagem indireta" militar. O objetivo dessa estratégia era fortalecer o apoio da população à ação das tropas, bem como enfraquecer a sensação de insegurança e qualquer forma de apoio da população às *gangs*.

Com o terremoto de 2010, que deixou cerca de

300.000 pessoas mortas, o esforço em engenharia da MINUSTAH foi aumentado, permitindo o auxílio imediato para a reconstrução e deixando um legado como importante para o desenvolvimento do país. A prontidão das tropas, fator "tempo", diante de uma das piores catástrofes da história, permitiu também fortalecer o apoio da opinião pública interacional quanto ao trabalho realizado pelo componente militar na MINUSTAH.

A BRAENGCOY realizou, nesses 10 anos, a perfuração de 60 poços artesianos, a remoção de 9.577 metros cúbicos de escombros, a construção e reforma de mais de 230 instalações civis e militares, a limpeza de 9.250m de valas, a produção de 360 milhões de litros de água potável, a reparação de 795.700 m2 de estradas e a execução de 486.561 m3 de terraplenagem, ações que ajudaram na melhoria da qualidade de vida do povo deste país[19].

No "faseamento" operativo, após a retomada de pontos estratégicos e posterior estabelecimento de pontos fortes em *Cité Soleil* e Forte Nacional, o contingente brasileiro estabeleceu o controle e patrulhamento constante nas áreas instáveis, buscando conquistar o apoio da população.

Pela dimensão humana do combate, as mesmas tropas que conduziam o braço forte, conduziam também as atividades de Assuntos Civis com atividades de Ação Cívico-Social (ACISO), demonstrando o comprometimento do soldado em proteger o bem-estar e a segurança do povo haitiano. Assim, a postura militar seria ligada ao compromisso direto com os princípios dos direitos humanos, demonstrando o envolvimento da tropa com as aspirações democráticas e consequências políticas.

O Brasil, desta forma, obteve a possibilidade de demonstrar uma estratégia militar vitoriosa, sendo conquistada desde 2004, sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, com base na ação firme clausewitziana. No entanto, essa sensação de segurança do país, que vem sendo garantida pelo componente militar, precisa avançar para o novo estágio com a transferência das conquistas militares para a tutela da ação civil dos órgãos haitianos.

Vista aérea do Haiti, "País Montanhoso", 13 de fevereiro de 2014.

Ação Cívico Social (CIMIC) do BRABATT em Cité Soleil, área mais violenta da capital haitiana antes da chegada das tropas da ONU em 2004, 12 de junho de 2014.

Novo Desafio do Componente Militar, a Transferência da Capacidade Securitizadora – Observações do *Force Commander*

> Mudanças culturais/sociais são susceptíveis de levar décadas e gerações para atingir plenamente.[20]

O desafio da transferência das conquistas militares são expressas pelo Gen Jaborandy:

> Acho que é cauteloso mantermos aqui, pelo menos, um pequeno contingente do componente militar, porque se houver necessidade – e eu espero que isso não aconteça – de retornar o contingente militar, será mantida uma infraestrutura que possa ser reforçada. É também importante entender que o componente militar não reflete apenas segurança, mas é também apoio humanitário, é a mitigação dos efeitos de desastres naturais, é a sensação de segurança, é a integração e amizade de outros povos, particularmente os latino-americanos, com o povo do Haiti[21].

Passados mais de dez anos, muito tem se questionado sobre a permanência das tropas no Haiti. Em cada renovação do mandato, o Conselho de Segurança analisou as condições do país em relação aos objetivos da missão. O principal propósito é que não seja prejudicado o trabalho conquistado.

> A situação atual do Haiti, em função da instabilidade política, está frágil e volátil, podendo se deteriorar rapidamente. Há manifestações por todo o país e por razões distintas, como melhoria das condições de ensino e aumento salarial para os professores, falta de energia elétrica, falta de água, carência na assistência médico-hospitalar, dentre outras[22].

Fortalecer a democracia local é um passo fundamental para que a ONU não precise novamente enviar outros efetivos internacionais. Assim, o trabalho nesta última fase de missão compreende o desafio de aproximar as

conquistas do componente militar com a devolução das responsabilidades para a segurança pública do país[23].

Outro fato importante a ressaltar é o evento extraordinário do terremoto em 2010 que acabou adiando o planejamento de retirada de tropas. O resultado catastrófico, principalmente na capital *Port-au-Prince*, demandou ao componente militar o restabelecimento e manutenção da segurança do país e a retomada da construção pela engenharia militar, a fim de permitir o trabalho das demais agências humanitárias da ONU e dos organismos internacionais.

Após essas considerações, o novo mandato manteve a presença de tropas para que o trabalho da MINUSTAH, em sua fase final, possa ser implementado.

> O mandato da MINUSTAH mudou nesses dez anos. Inicialmente, na implantação da missão, enfatizava-se a necessidade de assegurar a segurança, a estabilidade. Era uma postura, digamos, mais rude, mais agressiva, mais forte. Hoje, o mandato dessa missão é apoiar o governo haitiano no trabalho de manter a estabilidade.[24]

Torna-se necessário um acordo de vontade política local, pois a manutenção da Paz é uma espécie de assistência humanitária, um campo em que a ONU tem um papel de liderança no mundo, mas que a paz duradoura depende do próprio país.

> E o desafio é justamente esse, é você trabalhar num ambiente de Estado de Direito, ajudando o país a cumprir a suas metas, apoiando o governo, protegendo a população na direção do futuro... Hoje, as operações continuam sendo operações de presença, de dissuasão, muita presença na rua, mas prioritariamente contando com a participação, em atividades prioritariamente conjuntas, da Polícia das Nações Unidas e a Polícia do Haiti.[25]

A estratégia securitizadora no caso Haiti, portanto, precisa evoluir o estado de segurança, *capability*, para a estabilidade, *capacity*.

> Para mim, segurança é parte da estabilidade. E a estabilidade, para mim, é uma coisa muito ampla. Falo em estabilidade institucional, em estabilidade política. Não podemos apostar todos os nossos esforços na segurança, porque a segurança, eu poderia dizer, foi conquistada em 2005, 2006, logo após a implementação da missão. O que nós precisamos agora é atrair investimentos, é criar estabilidade e maturidade política e institucional que possa garantir àqueles que acreditam no país colocar aqui seus investimentos e trazer a geração de riqueza, a melhoria das condições de vida da população.[26]

Concluindo, sobre a visão do *Force Commander*, é possível dizer que uma resposta para o desafio do caso haitiano, seria integrar as instituições nacionais, públicas e privadas, com o seu povo. Dessa forma, seria possível também evoluir da estratégia militar clausewitziana e assim vencer o novo desafio.

O *Force Commander* da MINUSTAH, General de Divisão JOSÉ LUIZ JABORNADY JUNIOR, assumiu a missão em 15 de março de 2014 e faleceu no dia 30 de agosto de 2015, vítima de um infarto, durante o exercício de suas funções.

Em nota oficial, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, lamentou o falecimento do general dizendo que foi com grande tristeza que recebeu a notícia. A Presidenta comentou, ainda, que o General Jaborandy contribuiu com sua dedicação, profissionalismo e espírito de liderança para os esforços de preservação da paz e da segurança na nação-irmã do Haiti, sendo que o Brasil perdeu um grande brasileiro.

Em nota oficial da ONU, o secretário-geral também lamentou a morte do general brasileiro. Ban Ki-moon mostrou seu agradecimento pela liderança e dedicação de Jaborandy pela causa da paz e ofereceu suas sinceras condolências à sua família e ao governo brasileiro por esta perda trágica.

A representante especial do secretário-geral da ONU no Haiti, Sandra Honoré, considerava Jaborandy como um comandante admirável, respeitoso e um exemplo de oficial do Exército:

> Após o começo de seu mandato na MINUSTAH em 15 de março de 2014, o general Jaborandy Jr. trabalhou arduamente para consolidar a segurança no Haiti. Ele fará muita falta para todos que trabalharam com ele de forma incansável e com sacrifício para a estabilidade do Haiti.

Considerações Finais

Em síntese, o sucesso da estratégia militar brasileira no Haiti, segundo a essência da teoria da guerra de Clausewitz, abre espaço agora para o envolvimento civil em busca do sucesso político da MINUSTAH.

Assim sendo, a estratégia militar que vem sendo o suporte da segurança pública no Haiti, precisa encontrar sua solução no restabelecimento das instituições democráticas nacionais. Não basta a vontade internacional e sim o entendimento interno do país que ele pode viver além do suporte militar da trindade clausewitziana.

Por fim, a estabilização de segurança e reconstrução da estabilidade são termos distintos que, mesmo que próximos temporalmente, envolvem atribuições de atores diferentes. A compreensão do aspecto cultural e a participação de organismos regionais serão importantes para o sucesso da missão da ONU no Haiti.

O Tenente-Coronel Márcio Saldanha Walker é doutorando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Graduou-se como oficial de Cavalaria na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1996. Possui os Cursos de Paraquedista Militar, Operações Psicológicas e Mestrado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2004. Foi observador Militar na Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) em 2008 e Ajudante de Ordens do Force Commander da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do HAITI (MINUSTAH) em 2014. Comandou o 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado no biênio de 2010 e 2011.

Referências

1. Feldmann, A.; Montes, J. E. "Haiti: tribulaciones de un Estado colapsado", *Rev. cienc. polít*. (Santiago, v. 28, n. 1, 2008) p. 245-264

2. Mendes, F. *Clausewitz, o realismo estrutural e a paz democrática: uma abordagem crítica,* (Contexto int.),(Rio de Janeiro , v. 34, n. 1, p. 79-111, June 2012).

3. Brasil. Exército Brasileiro. "EB20-MC-10.211": *Processo de planejamento e a condução das operações terrestres*. (Brasília: EME, 2014).

4. Verenhitach, G. "A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências". (Santa Maria: UFSM, 2008).

5. Ibid.

6. Brasil. Ministério da Defesa. "MD 30-M-01": *Doutrina de Operações Conjuntas 1º vol.*, (Brasília: EMCFA, 2011).

7. Clausewitz, Carl von. "Teoria da Guerra", in Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. London: Oxford University Press, 1984. (versão traduzida pela EGN, p. 138-197)

8. Heleno R. P., A. "O componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti", *Revista Sangue Novo*, n. 12, 1 sem. (Resende: AMAN, 2007).

9. Brasil (2014). Op. Sit.

10. Clausewitz (1984). Op. Sit

11. Bassford, C. *The Primacy of Policy and the 'Trinity' in Clausewitz's Mature Thought*. In STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas. (eds.) "Clausewitz in the Twenty-First Century". (London: Oxford University Press, 2007) p. 74-90.

12. Abegglen, C. M. V. *The Influence of Clausewitz on Jomini's Précis de l'Art de la Guerre*. War Studies King's College. (London, 2003).

13. Clausewitz, (1984). Op. Cit.

14. Echevarria, A. J. "Clausewitz's Center Of Gravity: It's Not What We Thought", *Naval War College Review*, Winter 2003, Vol. LVI, No. 1 (USA: Naval War College, 2003).

15. Howard, M. *Clausewitz: a very short introduction*. London: Oxford University Press, 2002 [1983]. p. 49 - 61.

16. Schnaubelt, C. M. "Complex operations and Interagency Operational Art", *Prism*, v. 1, n. 1, p. 37-50, 2009.

17. Moreland, S.; Jasper, S. *A comprehensive approach to operations in complex environments*. (Monterrey: Center for Civil-Military Relations, 2014).

18. Nye, J. S. *O futuro do poder*. (São Paulo: Benvirá, 2012).

19. Matéria publicada no Portal Brasil, em 10 jun. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/06/companhia-brasileira-de-paz-completa-uma-deca-da-no-haiti> Acesso em: 19 ago. 2015.

20. Schnaubelt (2009) Op. Cit.

21. Jaborandy Jr, J. L.(2014). Entrevista do Force Commander, Gen Div Jaborandy, à Defesanet, em 7 jul. 2014, após dez anos da MINUSTAH. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/15893/Os-desafios-da-Minustah-na-visao--do-Force-Commander-/> Acesso em: 22 ago. 2015.

22. Jaborandy Jr, J. l. (2015) Entrevista do Force Commander, Gen Div Jaborandy, em 23 jan. 2015, ao site G1 da Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/haiti-pode-se-deteriorar-rapidamente-diz-brasileiro-comandante-de-missao.html> Acesso em: 30 ago. 2015.

23. Coning, C. de. "The United Nations and the Comprehensive Approach." International Relations and Security Network (ISN) ETH Zurich Leonhardshalde 21, LEH 8092 (Zurich, Switzerland, 2008). Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lang=en&id=99501> Acesso em: 2 ago. 2015.

24. Jaborandy Jr, J. L., (2015) Op. Cit.

25. Ibid.

26. Ibid.

Um Conceito de Navio para o Comando da África

Brian J. Dunn

O Comando da África (AFRICOM) dos EUA apoia os interesses do país na África por meio do desdobramento de elementos do poder nacional, de forma contínua. Busca evitar que problemas cresçam até proporções de uma ameaça direta, ao intensificar a capacidade dos Estados e das organizações regionais e internacionais de promoverem segurança, estabilização e prosperidade. O AFRICOM precisa de plataformas navais econômicas e não tradicionais — *cruzadores auxiliares* — para projetar os meios do Exército dos EUA e de interagências civis (suplementados por organizações não governamentais, quando apropriado) por todo o continente africano para engajamento em tempos de paz e para fornecer respostas às crises.

Em um artigo, de junho de 2015, da revista *Signal Magazine*, o Alte (Res) James Stavridis, da Marinha dos EUA, apresentou argumentos para um maior emprego das Bases Flutuantes de Concentração Avançadas da Marinha (*Afloat Forward Staging Bases — AFSB*), que, de acordo com ele, podem satisfazer a necessidade de bases no alto mar para apoiar missões do AFRICOM. Ele recomenda opções comerciais para a criação de quantidades adicionais desse tipo de meio: "Tendo em conta os empregos para esse conceito, vale considerar qualquer versão comercial que pode ser comprada por até menos do que as AFSB das Forças Armadas. Embora tenham uma menor capacidade, a quantidade delas proveria muito mais flexibilidade ao distribuí-las entre os comandos combatentes regionais"[1].

(Imagem cortesia da Marinha dos EUA)

Fuzileiros da Marinha de Guerra da Angola se preparam para limpar prédios depois de desembarcar de um navio durante treinamento, em Lobito, Angola, 7 Out 15. Fuzileiros Navais dos EUA e Comandos dos Fuzileiros Navais Reais do Reino Unido treinaram os Fuzileiros da Marinha de Guerra como parte do Posto de Parceria Africana, que é uma iniciativa das Forças Navais dos EUA na África para aumentar a segurança marítima e a capacidade de segurança dos parceiros africanos por meio de colaboração e de cooperação regional.

Da mesma forma, cruzadores auxiliares modularizados, que são navios porta-contêineres civis utilizados pelo governo sob contrato que empregam principalmente tripulações militares e são equipados com uma variedade de sistemas de armas e de apoio encaixados em contêineres de transporte comerciais, podem funcionar como plataformas móveis para a projeção e o apoio às missões militares do Exército e às iniciativas humanitárias e de desenvolvimento civis por toda a África. Em um ambiente de orçamentos limitados, quando a Marinha prioriza os meios da frota de combate para o Comando do Pacífico dos EUA (PACOM), que tem desafios navais mais sofisticados, e para o Comando Central dos EUA (CENTCOM), que

atualmente está executando campanhas militares, os cruzadores auxiliares modularizados são os meios de que o AFRICOM precisa.

Os Desafios do AFRICOM

Para lidar com uma ampla gama de missões por todo o grande e variado continente, o AFRICOM estabeleceu uma missão concisa: "O Comando da África dos Estados Unidos, junto com parceiros interagências e internacionais, constrói capacidades de defesa, responde às crises, dissuade e derrota ameaças transnacionais para avançar os interesses nacionais dos EUA e promover segurança, estabilidade e prosperidade regional"[2].

O estabelecimento do AFRICOM reflete a necessidade dos EUA de engajar a África de uma maneira contínua ao invés de uma forma reativa.

No relatório *National Security Watch* do Institute of Land Warfare, a analista Milady Ortiz descreve a situação de segurança que levou à criação do AFRICOM: "O ambiente pós-11 de Setembro e a priorização do contraterrorismo para a segurança nacional dos EUA, além dos assuntos de segurança tradicional no continente — crises humanitárias, conflitos étnicos e epidemias de saúde — têm elevado a visibilidade geopolítica da África"[3]. Os fracos países africanos, com coesão interna deficiente, têm capacidade limitada para resistir efetivamente à agressão estrangeira, e são vulneráveis aos grupos terroristas que desestabilizam ainda mais o Estado, potencialmente criando refúgios para o planejamento de terrorismo no exterior[4].

O terrorismo é apenas um aspecto da nova importância do continente africano para a segurança. Segundo Kofi Nsia-Pepra, em um artigo publicado pela *Military Review*, em 2014, "Contrário à insignificância estratégica da África para os Estados Unidos imediatamente após a era da Guerra Fria, [a África] obteve primazia pós-11 de Setembro devido ao terrorismo, fontes de energia e à crescente influência chinesa na África"[5]. Precisamos fortalecer os governos e as forças de segurança do continente para que possam resistir às organizações extremistas violentas que tentam se estabelecer em refúgios. Necessitamos reduzir as condições que possam fazer com que a África seja mais vulnerável a essas influências, e precisamos utilizar nossos recursos para aproveitar iniciativas regionais e de governos individuais para derrotar as ameaças à estabilidade e ao progresso.

A África irá, no prazo curto, ser um esforço de economia de meios, parcialmente porque os Estados Unidos estão dedicando um aumento de recursos militares à região Ásia-Pacífico. O surgimento do poder militar e econômico chinês — acoplado com as incertezas sobre como os líderes do país empregarão esse poder — fazem com que o Comando do Pacífico dos EUA (PACOM) seja um teatro de operações priorizado.

Para piorar, o Comando Central dos EUA (CENTCOM), cuja área de responsabilidade os formuladores de política acreditavam ter se acalmado o suficiente para permitir a reorientação para o PACOM, está apresentando muitas crises que atraem a nossa

(Imagem cortesia da OTAN)

Dois navios do 2º Grupo Marítimo Permanente da OTAN (SNMG2, na sigla em inglês), o navio capitânia, FGS *Hamburg* (da Alemanha), e o HDMS *Absalon* (da Dinamarca), chegam para uma visita ao porto de Haifa, Israel, 7 Dez 15.

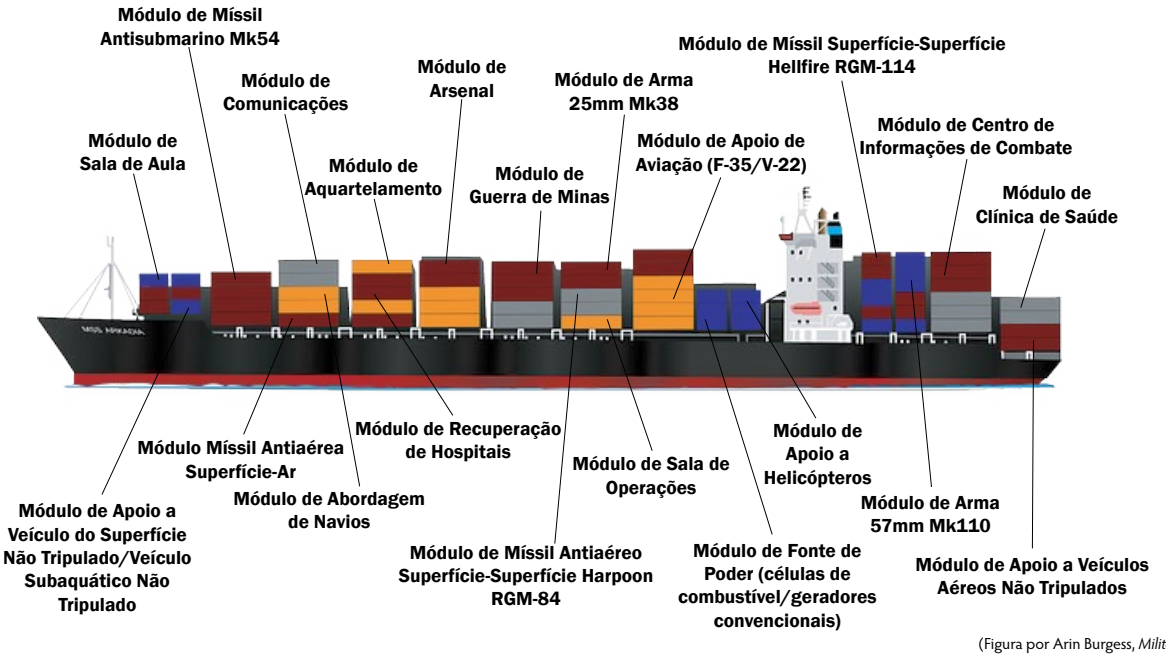
atenção, às custas do AFRICOM. Vários desafios fazem com que o CENTCOM esgote continuamente os meios militares americanos. Esses desafios incluem a instabilidade no Egito, a ascensão do Estado Islâmico, os esforços iranianos para obter armas nucleares, as ameaças iranianas contra aliados norte-americanos no Oriente Médio, a insegurança no tráfego de produtos petrolíferos do Golfo Pérsico, a guerra civil no Iêmen e a instabilidade no Afeganistão.

Por último, o Comando Europeu dos EUA (EUCOM), antigamente considerado um comando do "dividendo de paz" após a queda do Pacto de Varsóvia e da União Soviética, está completamente engajado na reconstrução das capacidades militares da OTAN, para se reconcentrar na novamente agressiva Rússia. Assim, com os gastos norte-americanos de defesa limitados sob o impacto de cortes orçamentários, apesar da aumentada instabilidade e incerteza por todo o mundo, essas exigências significam que o AFRICOM lutará por recursos para lidar com os seus diversos desafios.

Complicando as missões do AFRICOM, o comando precisa projetar poder terrestre no interior do continente. Apenas em Djibuti, na região do Chifre da África, temos uma presença militar contínua, concentrada nas operações contraterroristas[6]. A falta de uma grande força terrestre dos EUA na África é compelida pela aversão local a uma grande presença militar americano "permanente" no continente[7]. Com o tempo, esse sentimento pode mudar, conforme as pessoas e os governos vejam que nossas atividades os ajudam, sem infringir suas autonomias. Até lá, nossa presença terrestre precisa necessariamente ser pequena e temporária, capaz de mudar, aumentar e diminuir, conforme a missão específica.

O resultado é que o AFRICOM carece de suficientes unidades de manobra terrestre desdobradas dentro da sua área de responsabilidade para realizar as suas missões. No início de 2015, quando o Exército declarou que tinha um batalhão de infantaria posicionado em Djibuti, essa unidade permaneceu longe da maioria do continente africano[8]. Mesmo a recém-estabelecida força de reação rápida africana do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), baseada em Morón, na Espanha, com meios aéreos MV-22 designados, a pedido do AFRICOM, tem um raio de ação restringido, limitado ao noroeste da África[9].

Para desdobrar os fuzileiros navais da Espanha além do alcance das suas aeronaves ou para deslocar as unidades terrestres em Djibuti para uma distância significativa, o AFRICOM precisa de mais capacidades de transporte. Segundo um relatório por Sam LaGrone, "O CFN está, da mesma forma, buscando reforçar as unidades de desdobramento terrestre SPMAGTF [força-tarefa ar-terra dos fuzileiros navais com finalidades especiais, na sigla em inglês] em Morón e Sigonella, na Itália, com um componente marítimo que incluiria navios não tradicionais, dos quais os fuzileiros podem ser



(Figura por Arin Burgess, *Military Review*)

Figura 1 Exemplos dos Módulos de Missão em Contêineres

lançados para as regiões mais ao sul, inclusive o Golfo da Guiné"[10]. LaGrone cita o Gen Div Kenneth Glueck, Comandante do Comando de Desenvolvimento de Combate do CFN: "Precisamos continuar a mitigar a falta de transporte anfíbio ao buscar outras formas de fazer o trabalho"[11].

Se os fuzileiros navais não podem contar com as embarcações da Marinha para atuar na África, quão baixa prioridade terão as unidades do Exército? A 101ª Divisão Aeroterrestre, com bastantes meios de helicópteros orgânicos na unidade, enfrentará restrições semelhantes se for desdobrada na África. Os Estados Unidos precisam de embarcações de baixo custo para uma ampla gama de missões em tempos de guerra e de paz, por todo o continente africano. Os cruzadores auxiliares modularizados podem mitigar a falta de transporte anfíbio para o desdobramento de poder terrestre por toda a área de responsabilidade do AFRICOM.

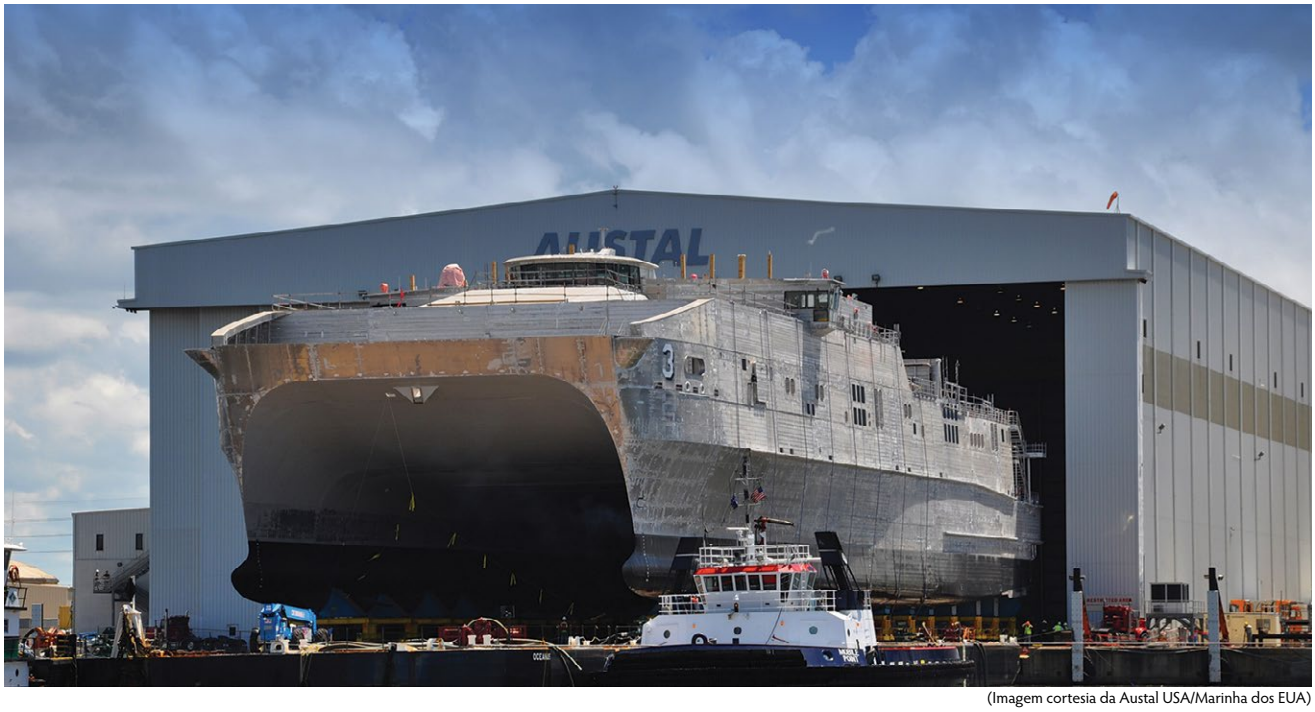
O Design de um Cruzador Auxiliar

Antigamente, os cruzadores auxiliares eram um tipo de belonave comum improvisada para marinhas que precisavam expandir os seus números rapidamente. Os navios civis com canhões aparafusados aos seus conveses, junto com outro equipamento, suplementavam as marinhas durante tempos de guerra.

Essas conversões simples não são viáveis atualmente devido aos sistemas de navio mais complexos. A Marinha dos EUA tem traçado o caminho para conversões efetivas, contudo, com o Navio de Combate Litoral (LCS, na sigla em inglês), que abre possibilidades para cruzadores auxiliares modernos. O casco básico do LCS, apenas com limitadas capacidades de combate orgânicas, é projetado para incorporar o que a Marinha chama de "conjuntos de missão" removíveis construídos a partir de "módulos de missão", que permitem que o navio seja especializado para a limpeza de minas durante um desdobramento e para missões antinavio durante o próximo, depois de trocar o conjunto de missão.

Para os fins do cruzador auxiliar modularizado proposto, modifico o termo da Marinha para os blocos de construção (módulos de missão) para "módulos de missão em contêineres", para enfatizar a sua portabilidade. Adoto, sem mudanças, o termo da Marinha "conjunto de missão" para significar uma coleção de módulos de missão em contêineres especializados em um tipo de missão.

Embora os custos do LCS tenham excedido as expectativas, levando a Marinha a reestruturar radicalmente a classe de navio, o conceito de modularidade ainda tem o potencial para a construção de cruzadores auxiliares modularizados do Exército. A Dinamarca teve mais sucesso, com talvez ambições mais restritas, quando construiu um navio de apoio flexível, de baixo custo, que foi projetado para utilizar intercambiáveis "cubos autônomos de 10 pés (3m) que contêm sistemas



(Imagem cortesia da Austal USA/Marinha dos EUA)

O USNS (*U.S. Naval Ship*) *Millinocket* é deslocado para fora do seu estaleiro em Mobile, no Alabama, 4 Jun 13. O navio foi transferido a uma doca seca flutuante, que foi rebocada para águas mais profundas da Baia de Mobile. Nesse ponto, a doca foi inundada e baixada, a embarcação conjunta de alta velocidade começou a flutuar e rebocadores levaram a embarcação incompleta de volta ao estaleiro para ajustes finais.

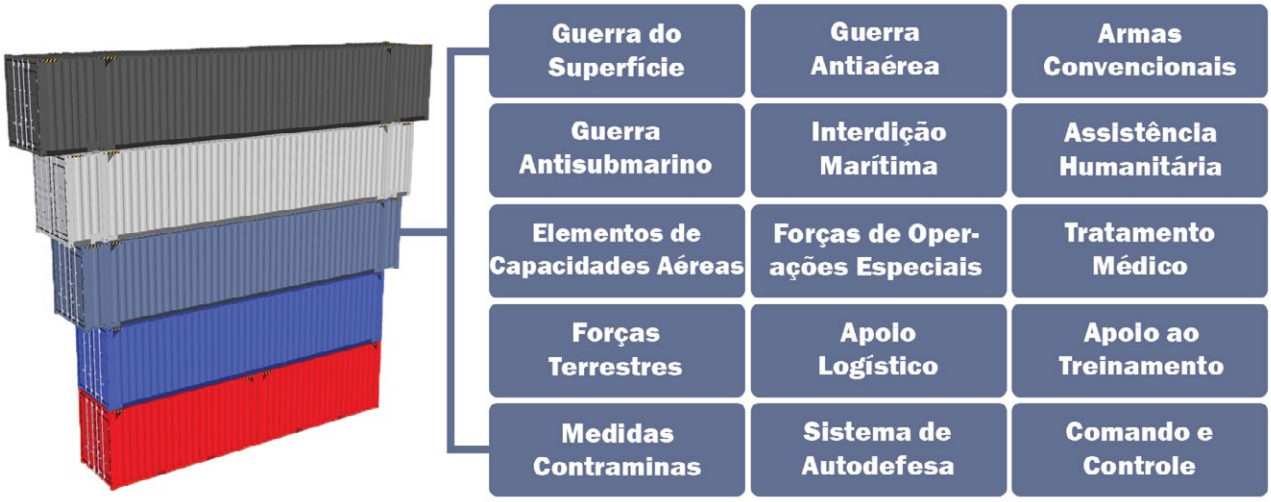
de combate completos"[12]. O navio, HDMS *Absalon*, que atraiu o interesse da Marinha dos EUA, foi "planejado para empregar modularidade e escalabilidade para desempenhar uma ampla variedade de missões", como combate naval, transporte, comando e controle e humanitária[13]. Os conceitos de modularidade e escalabilidade são essenciais.

A parte modular do cruzador auxiliar modularizado seria proporcionada ao construir os componentes dos sistemas em contêineres de transporte. Esses propostos módulos de missão em contêineres seriam fáceis de transportar por mar, estrada, ferrovia ou ar, e seriam em tamanhos padrão industrial utilizados atualmente e blindados para prover proteção para pessoal e equipamento[14].

Os cargueiros empilham contêineres de transporte no convés para maximizar o espaço. Para a disposição do cruzador auxiliar modularizado, no entanto, não visualizo o empilhamento dos módulos de missão em contêineres, para permitir que no teto deles sejam instalados torres de canhão ou outras armas, antenas, sensores e equipamento.

Para missões que exigem capacidades de autodefesa mais fortes, o cruzador seria equipado com módulos de missão em contêineres que incluem mísseis ofensivos e defensivos ou torres com pequenos canhões ou armas automáticas. Outros módulos projetados para os elementos terrestres do Exército, do CFN ou do Comando de Operações Especiais dos EUA apoiariam equipes de tamanho companhia adaptadas para a missão específica, quer seja de combate, de treinamento ou humanitária. Os módulos para apoiar os assuntos civis e as Forças Especiais, e também helicópteros ou veículos aéreos não tripulados, suplementariam os elementos de combate. Alguns módulos conteriam fontes de energia para outros módulos de missão em contêineres, enquanto outros alojariam os sistemas de comunicação para conectar um navio à rede de comando e controle do AFRICOM. A Figura 1 fornece exemplos hipotéticos dos módulos de missão em contêineres.

A parte de escalabilidade do cruzador auxiliar modularizado provém da plataforma. Os navios porta-contêineres mais e menos extensos podem ser escolhidos para conversão, dependendo do tamanho, complexidade e duração da missão prevista. Qualquer navio escolhido teria capacidade no convés para acomodar os módulos de missão em contêineres e espaço para pouso, decolagem e guarda de aeronaves de asa



(Figure by Arin Burgess, *Military Review*)

Figura 2. Exemplos dos Conjuntos de Missão do Cruzador Auxiliar Modularizado

rotativa ou de asa fixa ou, ainda, veículos aéreos não tripulados.

Ao usar um navio porta-contêineres de tamanho apropriado, o cruzador auxiliar modularizado seria convertido, utilizando vários módulos de missão em contêineres para construir os conjuntos de missão instalados no convés. Considerando que as missões para o cruzador iriam mudar e evoluir, os conjuntos seriam diferentes, de uma missão para outra. A Figura 2 fornece exemplos hipotéticos de conjuntos de missão do cruzador auxiliar modularizado. As forças alinhadas regionalmente do Exército seriam adestradas, empregando esses conjuntos de missão no cruzador ou em instalações de treinamento terrestres (ou talvez embarcadas em grandes barcaças) organizadas para simular o posicionamento no convés do cruzador. As Forças Armadas teriam a flexibilidade para adestrar reservistas em instalações de treinamento terrestres antes do desdobramento no exterior.

A fonte dos navios que podem ser convertidos em cruzadores auxiliares modularizados é a frota de navios porta-contêineres, sendo que há aproximadamente 25.000 deles por todo o mundo[15]. Os 25 maiores operadores de navios porta-contêineres controlavam 3.200 desse tipo de cargueiro, em 2014[16]. A parte dos EUA desse número era pequena, porém, com apenas 69 em mãos particulares, em 2014[17]. Assim, o AFRICOM não pode limitar a reserva potencial aos cargueiros de bandeira americana.

O programa da Frota Aérea da Reserva Civil (CRAF, da sigla em inglês) do Departamento de Defesa representa um modelo para a formação de um estoque de navios porta-contêineres disponíveis para criar cruzadores auxiliares modularizados. Esse programa de aviação recompensa linhas aéreas civis norte-americanas ou outras entidades pela inscrição de aeronaves que satisfazem os requisitos de desempenho como uma fonte reserva da capacidade de transporte aéreo. Já em junho de 2014, a Força Aérea tinha 553 aeronaves de 24 linhas aéreas contratadas pela CRAF[18]. O Exército pode criar uma Frota de Cruzadores da Reserva Civil ao pagar as companhias de transporte marítimo pela modificação de certos navios porta-contêineres para acomodar os conjuntos de missão e pelo aviso ao AFRICOM sobre a sua localização e disponibilidade, em todos os tempos. Com uma reserva suficientemente grande de navios porta-contêineres, alguns deles estariam livre de frete em algum dado momento. Em situações de emergência, poderia haver um pagamento maior do governo para recompensar a companhia de transporte marítimo e os donos do frete pela inconveniência.

A China já busca fazer com que navios civis sejam aceitáveis para o emprego militar. Em junho de 2015, o jornal estatal *China Daily* revelou que, para facilitar a mobilização de navios civis, a China determinou que os seus construtores navais façam com que eles sejam mais acessíveis para o aproveitamento militar:

> Os regulamentos exigem cinco categorias de embarcações, inclusive que navios porta-contêineres sejam modificados para "servir às necessidades da defesa nacional". ... A regulamentação "capacitará a China a converter o grande potencial da sua frota civil em força militar"[19].

A China pode simplesmente determinar que as companhias de transporte marítimo particulares forneçam uma força naval reserva, claro. De qualquer forma, a experiência da Força Aérea com a CRAF mostra que uma democracia pode cumprir o mesmo objetivo, utilizando-se de meios cooperativos. Ao contratar grandes companhias de transporte marítimo para modificar partes das suas frotas, o Exército teria uma reserva respeitável de navios que navegam dentro ou perto da área de responsabilidade do AFRICOM. Esses navios podem ser avisados, conforme necessário, para mover-se a portos amigos, onde conjuntos de missão e tripulações — compostas de marinheiros do Exército, da Marinha e da Guarda Costeira, e contratados se for necessário — que foram transportados lá por navio ou aeronave, podem ser instalados e acomodados nos seus conveses.

Os Cruzadores Auxiliares Modularizados do AFRICOM

Os cruzadores auxiliares modularizados operariam tipicamente sozinhos, mas podem atuar enquadrados por uma força-tarefa aliada ou pela Marinha para missões que ocorrem em um ambiente de ameaças elevadas.

(Foto cortesia do Comando Militar de Transporte Marítimo, da Marinha dos EUA)
USNS *Spearhead* durante uma prova de mar, 19 Abr 12.

USNS *Spearhead*

Em dezembro de 2012, a Marinha dos EUA colocou em serviço a sua primeira Embarcação Conjunta de Alta Velocidade (JHSV, na sigla em inglês): o USNS *Spearhead*. Em 2014, o *Spearhead*, que recebeu o seu nome pelo Exército, "conduziu o seu desdobramento operacional inaugural para a Europa e para a África e [apoiou] o Comando Sul", segundo o Comando Militar de Transporte Marítimo, da Marinha dos EUA. Planejada para o transporte rápido de tropas e equipamento militar dentro do teatro de operações, "a JHSV revela ter uma gama mais ampla de aplicações, como apoio logístico, combate ao tráfico e operações médicas em apoio às plataformas maiores, como navios de assalto anfíbio", segundo um relatório por Kris Osborn, em junho de 2015.

Agora, com o novo nome de Transporte Expedicionário Rápido (*Expeditionary Fast Transport — EPF*), o catamarã aluminioso de 338 pés (103m) é projetado para ser rápido, flexível e manobrável, até em águas rasas ou em portos simples. Segundo Osborn, "embora não seja esperado que a JHSV desempenhe missões de combate, pode ser usada para reabastecer rapidamente as forças de operações especiais, em alguns casos". Em março de 2015, o *Spearhead* apoiou "um exercício multinacional de grande escala no litoral da África ... chamado *Obangame Express 2015*". Com base no desempenho da plataforma durante *Obangame Express* e em outros exercícios por todo o mundo, "a Marinha está considerando empregar a JHSC mais frequentemente com uma nova embarcação chamada de Plataforma de Desembarque Móvel (*Mobile Landing Platform — ou MLP)*. Usando um navio-tanque como uma plataforma de base, a MLP pode lançar e receber aerobarcos e é projetada para uma ampla gama de operações navio-praia". As embarcações são operadas por tripulações civis.

Já em março de 2016, o inventário de navios da Marinha incluiu seis EPF, com mais cinco planejados. Originalmente, cinco navios foram designados ao Exército, mas as duas Forças Singulares concordaram em transferir todos para a Marinha.

Fontes:

U.S. Navy Military Sealift Command (MSC), "MSC 2014 in Review," website do MSC, September 2014, acesso em 17 mar. 2016, http://www.msc.navy.mil/annualreport/2014/pm5.htm; Jessica F. Alexander, "USNS Spearhead: Fast, Flexible, First in Class," website do MSC, acesso em 17 mar. 2016, http://www.msc.navy.mil/sealift/2013/March/spearhead.htm.

Kris Osborn, "Navy Sees Broader Role for Joint High-Speed Vessel," DOD Buzz online defense and acquisition journal, 29 Jun. 2015, acesso em 17 March 2016, http://www.dodbuzz.com/2015/06/29/navy-sees-broader-role-for-joint-high-speed-vessel/.

U.S. Navy Fact File, "Expeditionary Fast Transport (EPF)," www.navy.mil, 16 Jan. 2016, acesso em 17 mar. 2016, http://www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=4200&tid=1100&ct=4.

Considerando que as forças de segurança africanas consistem principalmente em exércitos e forças policiais, as forças terrestres norte-americanas precisam assumir a liderança em missões que as apoiam. Ao apoiar missões no interior realizadas por forças terrestres e meios civis para realizar as tarefas principais do AFRICOM, o cruzador auxiliar modularizado seria um meio de projeção de poder, ao invés de um meio empregado somente para missões navais.

Algumas missões baseadas mais em terra podem ser realizadas por forças americanas que permaneceriam em um cruzador auxiliar modularizado quando a opinião local, ou os níveis de ameaça, tornasse o desembarque impossível, até mesmo uma presença terrestre temporária. Neste caso, a embarcação iria entrar no porto ou ficar no alto mar. As missões mais longas podem ser conduzidas por pessoal e conjuntos de missão depositados na terra por meses — na costa ou no interior — por meio de transporte aéreo ou terrestre fornecido por terceirizados. O desembarque de elementos em terra permitiria que o cruzador auxiliar modularizado pudesse se mover para outras localizações e outras missões. Os conjuntos de missão de forças terrestres empregados por pequenos destacamentos do Exército, do CFN ou de tropas do Comando de Operações Especiais podem prover uma opção de força terrestre na área para apoiar a segurança local em uma missão não militar, ou como uma força de reação rápida para as forças alinhadas regionalmente do Exército.

Às vezes, os Estados Unidos precisam de ajuda para lidar com uma crise no exterior, sem o uso de suas forças militares. Quando apropriado, os Estados Unidos podem apoiar os aliados ao prover módulos de missão em contêineres.

Por todo o continente africano, seria uma vantagem usar os cruzadores auxiliares modularizados para as seguintes tarefas-chave reconhecidas pelo AFRICOM:

- Enfrentar organizações extremistas violentas e as suas redes,
- Apoiar a construção das instituições da defesa,
- Fortalecer a segurança marítima,
- Apoiar operações de apoio à paz,
- Apoiar operações humanitárias e resposta aos desastres; e
- Agir contra o tráfico ilícito [de terroristas, pessoas, narcóticas e armas][20].

Enfrentar organizações extremistas violentas. Muitos leitores estão familiarizados com exemplos de grupos insurgentes que ameaçam os interesses dos EUA e dos seus parceiros na África. Por exemplo, as insurgências na Líbia, Somália, Mali e Nigéria já mostraram que governos fracos ou em via de fracassar com uma capacidade militar inadequada podem facilitar o surgimento de organizações jihadistas. Um grupo insurgente menos conhecido é o Exército de Resistência do Senhor. Esse grupo "sequestrou pelo menos 66.000 crianças e jovens ugandenses entre 1986 e 2005" e desalojou quase dois milhões de pessoas no norte da Uganda, induzindo o Departamento de Estado a chamá-lo "um dos grupos armados mais antigos, mais violentos e persistentes da África"[21]. O Exército de Resistência do Senhor se originou na Uganda, em 1986, e atuava lá até que foi empurrado para o oeste até a República Democrática do Congo e a República Centro-Africana (e, com o tempo, a República do Sudão do Sul), onde, já em 2011, mais de 465.000 pessoas foram desalojadas ou estão morando como refugiados[22]. Os horrores do genocídio na Ruanda, há duas décadas, bem como as matanças em andamento na região de Darfur, do Sudão, são advertências que ódios étnicos são uma ameaça potencial contra a estabilidade.

Os cruzadores auxiliares modularizados com conjuntos de missão de combate e de apoio podem realizar uma gama de missões de contraterrorismo diretas contra grupos como o Exército de Resistência do Senhor, como ataques aéreos (com e sem tripulação), ação direta por forças especiais e assessoria para as forças locais. Além disso, podem prover funções essenciais de combate e de apoio para capacitar os aliados a realizarem tais missões. Se as informações indicassem ameaças contra os interesses ou instalações dos EUA, o AFRICOM poderia desdobrar, de Djibuti e da Espanha, forças terrestres do Exército ou do CFN (ou equipes de segurança do Departamento de Estado), junto com elementos aéreos embarcados em um cruzador auxiliar modularizados, para estarem em uma posição para prevenir ou reagir contra um ataque terrorista.

Apoiar a construção das instituições da defesa. Ajudar os participantes locais, nacionais e regionais a treinar as forças de defesa que fortalecem a estabilidade, em vez de miná-la, é essencial para evitar que problemas na África explodam em grandes crises. As

(Cb David M. Shefchuk, Exército dos EUA)

As forças de operações especiais senegalesas conduzem um desembarque na praia durante o exercício *Flintlock 2016*, em Saint Louis, Senegal, 12 Fev 16. As operações ribeirinhas, como essa, são importantes na 2ª Zona Militar em Saint Louis porque a região possui 700km de litoral. O exercício culminou em uma semana de treinamento com forças de operações especiais da Holanda e dos EUA. O *Flintlock 2016* foi planejado para melhorar a interoperabilidade entre todas as nações participantes.

missões de assistência às forças de segurança podem utilizar conjuntos de missão de forças terrestres, com outros módulos de missão em contêineres de apoio, como necessário. Os módulos de sala de aula seriam úteis para o treinamento de forças militares e policiais dos amigos, especialmente quando uma nação anfitriã possuir poucos recursos. Na Somália, por exemplo, os esforços de treinamento internacional, às vezes, começaram a construir as forças locais a partir de uma estrutura militar local extremamente reduzida e deficientemente treinada. Alguns países faltam capacidades não apenas em táticas e planejamento militares, mas também em manter o controle civil das forças armadas e no combate à corrupção e às influências tribais ou sectárias que enfraquecem as instituições da defesa.

O desenvolvimento de forças de reação militar africanas básicas, como a Força de Prontidão Africana multinacional, que é baseada regionalmente e estabelecida sob os áuspices da União Africana para prover uma força para responder aos desastres ou crises africanos, é também uma missão que os cruzadores auxiliares modularizados podem apoiar.

As forças militares norte-americanas e africanas, e outras forças amigas com interesses na África, podem fortalecer a interoperabilidade, empregando conjuntos de missão relacionados ao treinamento desdobrados na terra ou em um cruzador auxiliar modularizado, para uma ampla gama de missões educacionais militares e não militares. Isso aumentaria o conhecimento dos EUA do terreno físico e humano do continente e facilitaria intervenções mais eficientes se as forças locais solicitassem assistência durante uma crise.

Fortalecer a segurança marítima. As forças podem usar conjuntos de missão de guerra naval junto com conjuntos de missão relacionados com o Exército, o CFN e a Guarda Costeira para encontrar, rastrear e atacar ou capturar navios piratas ou resgatar suas vítimas[23]. Os desdobramentos no Golfo da Guiné ou em apoio ao USCENTCOM, na costa da Somália, podem sustentar essas missões. No caso de missões terrestres para destruir bases de piratas serem necessárias, as unidades de manobras ou de operações especiais do Exército ou do CFN podem ser desembarcados em portos amigos para iniciar as operações do local ou operar diretamente do cruzador auxiliar modularizado, empregando meios aéreos.

Além da sua utilidade para a projeção de poder terrestre do Exército, a Marinha pode lidar com a sua incapacidade de dedicar embarcações escassas ao AFRICOM por meio do desdobramento de cruzadores auxiliares modularizados para certas missões. Esses cruzadores seriam um multiplicador de força das capacidades centrais da Marinha[24].

Apoiar as operações de apoio à paz. Os cruzadores auxiliares modularizados podem preencher as lacunas

de capacidades de combate e de logística das forças aliadas ou de coalizão, possibilitando assistência internacional para as operações da paz e promovendo a interoperabilidade. As forças dos EUA podem treinar os parceiros aliados e de coalizão para usar esses conjuntos de missão. Os planejadores podem explorar a facilidade de transportar os módulos de missão em contêineres para levar os conjuntos de missão ao exterior para treinamento em outros países ou trazer as forças de parceiros a locais temporários na África ou até mesmo nos Estados Unidos, para instrução.

Exemplos de países africanos, onde o apoio do AFRICOM pode ser essencial, incluem a República Democrática do Congo, onde os mantenedores da paz têm se esforçado para conter a instabilidade e a violência[25]. Outro é o Zimbábue, que prejudicaria os recursos dos vizinhos se mergulhasse no caos da instabilidade econômica e política[26]. Em Burundi, estudantes manifestantes fugindo de operações policiais, em junho de 2015, entraram no complexo da embaixada dos EUA, uma situação que teria criado uma ameaça se terroristas tivessem entrado com eles[27]. A República Centro-Africana, Sudão e Sudão do Sul também enfrentam desafios em conseguir a estabilidade.

(Sgt Brian Kimball da Força Aérea dos EUA, Exército dos EUA na África)

O Cb Shawn Jouth, um policial do 93º Batalhão de Polícia do Exército, explica um procedimento de movimento tático para integrantes da Força de Defesa da Zâmbia, durante o exercício *Southern Accord 2015*, em Lusaka, Zâmbia, 10 Ago 15. O exercício anual proporciona às Forças Armadas dos EUA, aos aliados das Nações Unidas e à Força de Defesa da Zâmbia uma oportunidade de adestramento como uma força conjunta e combinada de manutenção da paz.

Apoiar operações humanitárias e a resposta aos desastres. O apoio médico com um cruzador auxiliar modularizado equipado com conjuntos de missão apropriados aumentaria a boa vontade de pessoas ao visitar uma região. O cruzador poderia entregar conjuntos de missão e pessoal para estabelecer clínicas temporárias ou projetos de desenvolvimento civil em muitos locais terrestres. Os conjuntos podem apoiar os esforços interagências para construir instalações locais e treinar pessoal da nação anfitriã, que pode reduzir a necessidade para apoio no futuro.

A resposta a desastres para terremotos, enchentes, furacões e ciclones, ou migração de refugiados, pode ser melhorada com conjuntos de médicos e de força terrestre para os esforços de socorro e de segurança local. Esses podem ser enviados por avião diretamente a aeroportos perto da área de desastre para as operações baseadas em terra, e ser sustentados por um cruzador auxiliar modularizado, quando presente na área operacional.

A crise do ébola, de 2014, na África ocidental, demonstrou como as tropas dos EUA podem ser arrastadas para uma crise não militar[28]. Com qualquer tipo de crise de enfermidade, um cruzador auxiliar modularizado pode prover tratamento médico direto, assistência à construção, treinamento e até a verificação de viajantes saindo de uma região infectada, para conter a difusão da doença.

Agir contra o tráfico ilícito de terroristas, pessoas, narcóticos e armas. O tráfico de pessoas (sejam refugiados, vítimas, criminosos ou terroristas), drogas e armas desestabilizam os Estados africanos envolvidos e faz o mesmo ou ameaça outros nos arredores, ou até fora do continente. As aeronaves tripuladas e os veículos aéreos não tripulados podem ser projetados e desdobrados na terra por meio do emprego de cruzadores auxiliares modularizados, para encontrar e rastrear

esses fluxos potencialmente desestabilizadores pelos países africanos. Os cruzadores podem desembarcar forças terrestres para apoiar a segurança local ou missões militares limitadas.

Ao empregar cruzadores auxiliares modularizados com módulos de helicóptero e de abordagem, o AFRICOM pode trabalhar com outros comandos para ajudar a monitorar e interditar os fluxos de narcóticos para a África, provenientes da América do Sul e do sul da Ásia[29]. Pode trabalhar, ainda, com o EUCOM no Mar Mediterrâneo ou com o CENTCOM no Mar Vermelho e no alto mar perto do Chifre da África, onde remessas marítimas de armas iranianas foram despachadas para apoiar as facções rebeldes no Iêmen e o Hamas, na Faixa de Gaza[30].

Uma Missão de Economia de Forças Bem-Sucedida

Com um litoral extenso, e muitas partes do continente perto de águas internacionais, porém longe de bases norte-americanas ou aliadas estabelecidas para projetar o poder terrestre, as plataformas baseadas no mar são essenciais para que o AFRICOM tenha êxito em suas missões. Infelizmente, a Marinha não pode, rotineiramente, fornecer os meios navais necessários. Em um artigo de junho de 2013, Megan Eckstein descreve os esforços recentes do Corpo de Fuzileiros Navais para aumentar a frota de navios anfíbios, empregando "plataformas não tradicionais" e embarcações de marinhas estrangeiras[31]. O CFN reconhece que até com os MV-22, as suas unidades baseadas na Espanha têm um raio de ação relativamente curto na África, sem a capacidade de desdobrar por meio do mar.

Como o *African Queen*, o pequeno navio a vapor fictício de Humphrey Bogart no filme *Uma Aventura na África*, de 1951, que foi modificado para realizar uma missão militar na África Oriental durante a Primeira Guerra Mundial, as plataformas baseadas no mar que desdobram poder de combate não precisam ser embarcações custosas. O Comandante do Comando do Sul dos EUA, o Gen Ex do CFN John F. Kelly, declarou que as necessidades navais para a interdição de drogas na sua área de responsabilidade podem ser proporcionadas por meios simples: "Então como eu disse, eu não preciso de uma belonave. Preciso de um navio, algo que flutue, com um helicóptero"[32]. Um cruzador auxiliar modularizado pode prover isso, e muito mais. O *African Queen* do Século XXI não precisa ser reluzente ou elegante para realizar as variadas missões que o AFRICOM precisa conduzir. Os cruzadores auxiliares modularizados podem prover as plataformas para lidar com as tiranias de distância e de orçamentos que desafiam a nossa capacidade de moldar o ambiente de segurança na África. ■

Brian J. Dunn é bacharel em Ciências Políticas e História pela University of Michigan e mestre em História pela Eastern Michigan University. Aposentou-se do seu trabalho como analista de pesquisa apartidário para a Legislatura do Estado de Michigan, e serviu na Guarda Nacional do Exército do Estado de Michigan por seis anos. Publicou nas revistas Army, Joint Force Quarterly, Military Review *e em outras publicações, e escreve sobre a defesa e assuntos de segurança nacional para seu jornal on-line,* The Dignified Rant.

Referências

1. James Stavridis, "Incoming: Floating Bases Are an Old Idea Whose Time May Have Come Again," revista on-line Signal (AFCEA [Armed Forces Communications and Electronics Association] International), 1 Jun. 2015, acesso em 1 mar. 2016, http://www.afcea.org/content/?q=Article-incoming-floating-bases-are-old-idea-whose-time-may-have-come-again.

2. United States Africa Command (USAFRICOM), "AFRICOM Command Brief," (apresentação de slides, 22 out. 2014), p. 5, acesso 1 mar. 2016, http://www.africom.mil/newsroom/document/23774/africom-command-brief-2014.

3. Milady Ortiz, *U.S. Africa Command: A New Way of Thinking*, National Security Watch report no. 08-1 (Arlington, VA: Association of the United States Army, Institute of Land Warfare, 13 Mar. 2008), p. 1.

4. Isaac Kfir, "The Challenge That Is USAFRICOM," *Joint Force Quarterly* 49 (October 2008): p. 111.

5. Kofi Nsia-Pepra, "Militarization of U.S. Foreign Policy in Africa: Strategic Gain or Backlash?" *Military Review* (January-February 2014): p. 51, acesso em 1 mar. 2016, http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/

MilitaryReview_20140228_art010.pdf.

6. USAFRICOM, *United States Africa Command 2015 Posture Statement*, apresentado ao 114º Congresso, 1ª sessão (Washington, DC: Department of the Army, March 2015), acesso em 1 mar. 2016, http://www.africom.mil/newsroom/document/25285/usafricom-posture-statement-2015.

7. Ortiz, p. 5-6, 8.

8. John M. McHugh e Raymond T. Odierno, *A Statement on the Posture of the United States Army 2015*, apresentado ao 114º Congresso, 1ª sessão (Washington, DC: Department of the Army, March 2015), p. 3, acesso em 1 mar. 2016, http://www.army.mil/aps.

9. Sam LaGrone, "Spain and U.S. Sign Permanent Basing Agreement for up to 3,500 U.S. Marines," website do USNI [United States Naval Institute] News, 18 Jun. 2015, acesso em 1 mar. 2016, http://tinyurl.com/guary45.

10. Ibid.

11. Ibid.

12. Shawn P. Eklund, "SECNAV [Secretary of the Navy] Tours State of the Art Shipyard," website da U.S. Navy, 23 Feb. 2007, acesso em 1 dez. 2015, http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=27971.

13. Ibid.

14. "Container Specifications," website da Evergreen Marine Corporation, acesso em 3 mar. 2016, http://www.evergreen-marine.com/tei1/jsp/TEI1_Containers.jsp. Os contêineres de transporte de padrão industrial vêm em uma variedade de tamanhos. Um pequeno contêiner de uso geral é 20' (pés) de cumprimento por 8' de largura por 8.5' de altura (6.10m X 2.44m X 2.59m). Alguns são 40' de cumprimento por 8' de largura e 8.5' ou 9.5' de altura (12.19m X 2.44m X 2.59m ou 2.90m), sendo que o último é chamado um "hicube". Até existem contêineres frigoríficos, de tanque de combustível e de geradores/fonte de poder.

15. Alphaliner, "Cellular Fleet at 1st July 2013," in *Container Vessel Fleet*, website do World Shipping Council, acesso em 1 mar. 2016, http://www.worldshipping.org/about-the-industry/liner-ships/container-vessel-fleet.

16. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *Review of Maritime Transport, 2014*, annual report (New York: United Nations, 2014), table 2.4.

17. United States Maritime Administration, "United States Flag Privately-Owned Merchant Fleet, 2000-2014," website da United States Maritime Administration, 7 Jan. 2014, acesso em 1 mar. 2016, http://www.marad.dot.gov/wp-content/uploads/xls/US-Fleet_Summary_Table_2000-2014.xls.

18. U.S. Air Force Air Mobility Command, "Civil Reserve Air Fleet," U.S. Air Force online fact sheet, 2015, acesso em 1 mar. 2016, http://www.amc.af.mil/library/factsheets/factsheet_print.asp?fsID=234&page=1.

19. Agence France-Presse, "Report: China Orders Civilian Ships Adapted For Military Use," website da Defense News, 18 Jun. 2015, acesso em 3 dez. 2015, http://www.defensenews.com/story/defense/international/asia-pacific/2015/06/18/report-china-orders-civilian-ships-adapted-military-use/28952269.

20. USAFRICOM, "AFRICOM Command Brief 2014," p. 6.

21. Department of State, Office of the Spokesperson, "The Lord's Resistance Army: Fact Sheet," website do Department of State, 23 Mar. 2012, acesso em 29 fev. 2016, http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/03/186734.htm.

22. Ibid.

23. Esses conjuntos de missão são planejados para serem descritivos por natureza, refletindo capacidades de movimento de tropas navio-praia e navio-navio, respectivamente. Assim, quaisquer pessoas podem usar esses conjuntos — não apenas fuzileiros navais ou marinheiros da Guarda Costeira.

24. Para uma descrição mais detalhada das missões essenciais da Marinha, consulte o blog Dignified Rant; "Forward … to a Thousand-Ship American Navy," uma entrada do blog por Brian J. Dunn, 18 Dec. 2009, acesso em 1 mar. 2016, http://thedignifiedrant.blogspot.com/2009/12/forward-to-thousand-ship-american-navy.html.

25. United Nations, "MONUSCO: United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo," website das Nações Unidas, acesso em 1 mar. 2016, http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/background.shtml.

26. International Crisis Group, *Zimbabwe: Waiting for the Future* (Johannesburg/Brussels: International Crisis Group, Africa briefing no. 103, 29 Sep. 2014), acesso em 1 mar. 2016, http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/africa/southern-africa/zimbabwe/b103-zimbabwe-waiting-for-the-future.pdf.

27. Marc Santora e Paulo Nunes Dos Santos, "Burundi Students Enter U.S. Embassy as Political Tensions Escalate," website da New York Times, 25 Jun. 2015, http://www.nytimes.com/2015/06/26/world/africa/vice-president-burundi.html.

28. Jim Garamone, "DoD May Deploy up to 4,000 Troops to Combat Ebola," website da Department of Defense News, 3 Oct. 2014, acesso em 1 mar. 2016, http://www.defense.gov/News-Article-View/Article/603381.

29. USAFRICOM, "AFRICOM Command Brief 2014," p. 9.

30. Voice of America, "Yemen And Iranian Supplied Weapons," editorial no website da Voz da América, 19 Feb. 2013, acesso em 1 mar. 2016, http://editorials.voa.gov/content/iran-yemen-proliferation/1606405.html; Office of the Press Secretary, "Press Briefing by Press Secretary Josh Earnest, 4/21/2015," website da Casa Branca, 21 Apr. 2015, acesso em 1 mar. 2016, https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/04/21/press-briefing-press-secretary-josh-earnest-4212015; Department of State Bureau of Counterterrorism, "State Sponsors of Terrorism Overview," in *Country Reports on Terrorism 2014*, website do Departamento de Estado, acesso em 1 mar. 2016, http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2014/239410.htm.

31. Megan Eckstein, "Marines Testing Operating from Foreign Ships, Near-Forgotten Platforms to Bring Units Back to Sea," website da USNI News, 23 Jun. 2015, acesso em: 1 mar. 2016, http://news.usni.org/2015/06/23/marines-testing-operating-from-foreign-ships-near-forgotten-platforms-to-bring-units-back-to-sea.

32. Claudette Roulo, "More Ships Equal More Drugs Seized, SOUTHCOM Commander Says," website do Comando Sul dos EUA, 13 Mar. 2014, acesso em 1 mar. 2016, http://www.southcom.mil/newsroom/Pages/More-Ships-Equal-More-Drugs-Seized,-SOUTHCOM-Commander-Says.aspx.

(Sgt Justin A. Moeller, Relações Públicas da 4ª Brigada de Combate)

Com a assistência de um intérprete, o 1º Tenente Alex Graves da 4ª Brigada de Combate, 101ª Divisão Aeroterrestre, conversa com um comandante da 1ª Brigada, 203º Corpo de Exército do Exército Nacional Afegão, durante uma missão na Província de Khost, no Afeganistão, 30 Mai 13.

A Arte de Comando e a Ciência de Controle

O Comando de Missão no Escalão Brigada na Guarnição e em Operações

Cel Val Keaveny, Exército dos EUA, e
Cel Lance Oskey, Exército dos EUA

A intenção deste artigo é prover um sistema e algumas ferramentas para aprimorar a aplicação prática do Comando de Missão no escalão brigada, tanto na guarnição quanto em operações. Como um ex-comandante de brigada e de batalhão e um antigo observador/controlador sênior de força-tarefa no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (*Joint Readiness Training Center — JRTC*), eu, Cel Val Keaveny, tenho passado os últimos 10 anos do meu serviço militar concentrado na condução de Comando de Missão nos escalões batalhão e brigada.

A nossa brigada (506º Regimento de Infantaria, 4ª Brigada de Combate) recebeu um conjunto de diversas missões durante nosso recente desdobramento de nove meses no leste do Afeganistão, o qual incluía uma missão de assessoria e de assistência, operações de segurança tradicionais, remoção de equipamento agressivo [de combate] e requisitos de fechamento de bases de operações avançadas e de postos de combate. A brigada assumiu missões adicionais conforme as condições e as exigências evoluíram, os quais incluíam a assunção de responsabilidade por quatro províncias adicionais, a transferência do nosso centro de operações táticas de brigada a uma província diferente e o estabelecimento de um quartel-general de comando e controle para uso futuro de um oficial-general. Este artigo esboça as ferramentas que, por todas essas atividades, eram essenciais para a capacidade da nossa brigada de cumprir as missões.

O artigo "Applying Mission Command Through the Operations Process" ("A aplicação do Comando de Missão pelo Processo Operacional", em tradução livre), de Michael Flynn e Chuck Schrankel, publicado na *Military Review*, em 2013, define e resume a razão pela qual o Comando de Missão como doutrina e prática é tão importante, mas falta uma especificação sobre como implementar o Comando de Missão dentro de um elemento nível batalhão ou brigada[1]. Para preencher a lacuna, este artigo descreve as oito ferramentas essenciais que nossa brigada de combate desenvolveu como parte de um produto funcional de Comando de Missão. Essas ferramentas são interconectadas e planejadas para complementar uma à outra. Elas servem para acrescentar atividades centradas no comandante (como o reconhecimento do campo de batalha e o estudo da situação pelo comandante) para cumprir a missão. Essas ferramentas não são novas ou originais, mas a disciplina para garantir que sejam incluídas, atualizadas e executadas é essencial para o êxito geral:

- Intenção do Comandante,
- Arcabouço do plano de campanha,
- Processo decisório cíclico (seleção de objetivos),
- Ritmo de combate,
- Termos de referência,
- Definição de "os combates",
- Calendário de longo prazo e
- Sistema de gerenciamento de conhecimento.

Há muitos outros mecanismos, sistemas e organizações (como centro de operações táticas, *design* operacional, sequência de planejamento de ações em tempos de crise e planejamento linear deliberado usando o *processo decisório militar* do Exército) que são essenciais para o êxito geral da missão, mas as ferramentas acima listadas eram essenciais para nossa implementação do Comando de Missão.

A Intenção do Comandante: O Compartilhamento da Visão

Na Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas* (JP 3-0, *Joint Operations*), o termo *Intenção do Comandante* é definido como:

> Uma expressão clara e precisa do objetivo da operação e da situação militar final desejada que apoia o Comando de Missão, proporciona foco ao estado-maior, e ajuda comandantes subordinados e de apoio a agirem para realizar os resultados desejados do comandante sem mais ordens, mesmo quando a operação não se desdobra como planejado[2].

Esta primeira ferramenta de Comando de Missão me permitiu compartilhar a minha missão e direção com o estado-maior e as unidades subordinadas. A última parte da definição é essencial. Rascunhei a minha Intenção do Comandante inicial em um documento formal durante o desdobramento mais recente da brigada no Afeganistão, seis meses antes de assumir responsabilidade no teatro de operações, — a maior parte desse documento passou sem alterações, até que mudanças operacionais e táticas significativas no ambiente e na missão exigiram uma atualização.

Durante a Operação *Enduring Freedom*, esse documento (combinado como o nosso "arcabouço de plano de campanha") me permitiu fornecer orientação

(Foto cortesia da Força-Tarefa Combinada e Conjunta-1, Afeganistão)

Militares da 4ª Brigada de Combate, 101ª Divisão Aeroterrestre, FT Currahee, fornecem segurança do topo de uma montanha na Província de Paktika durante a Operação *Surak Basta III*, 23 Jun 11.

operacional aos comandantes de batalhão, aos assessores seniores da força de segurança e ao meu estado-maior de brigada, sendo igualmente aplicável ao comandante de companhia de fuzileiros ou ao assessor afegão. Ao conduzir a circulação do campo de batalha, inicialmente verifiquei os meus comandantes de nível companhia em dois aspectos: primeiro, se as medidas de segurança estavam devidamente planejadas e executadas; e segundo, se os comandantes entendiam a minha Intenção. Embora não esperasse que os comandantes de companhia fossem capazes de repetir os detalhes sob cada linha de ação do meu arcabouço de campanha (embora os comandantes e estados-maiores de batalhão precisassem saber esse nível de detalhe), eu, absolutamente, esperava que eles entendessem e se aderissem à minha Intenção.

Arcabouço do Plano de Campanha: Um Roteiro para Realizar a Sua Intenção

Na Publicação Conjunta 5-0, *Planejamento Operacional Conjunto* (JP 5-0, *Joint Operational Planning*), um plano de campanha é definido como:

> Uma série de grandes operações relacionadas visadas a cumprir objetivos estratégicos operacionais dentro de um determinado espaço e tempo. O planejamento para uma campanha é apropriado quando as operações militares contempladas excedem o alcance de uma única grande operação. Assim, campanhas são, frequentemente, as operações conjuntas mais extensivas em termos de tempo e de outros recursos. A maior aplicação do planejamento de campanha está na condução das operações de combate de grande escala, mas pode ser usado por toda a gama de operações militares[3].

A doutrina conjunta e do Exército não reconhecem formalmente um plano de campanha (pela definição doutrinária) como uma ferramenta no nível tático das operações do Exército. No entanto, a maioria das Unidades, desde os tempos iniciais das Operações *Enduring Freedom* e *Iraqi Freedom*, tem criado e incorporado as suas operações de desdobramento, ao longo do tempo e do espaço, usando o modelo de campanha. De fato, considerando que as missões e as

complexidades das operações excederam em muito os procedimentos doutrinários de planejamento estabelecidos, descobri que a criação de um arcabouço de companha (tanto na guarnição quanto em desdobramento) é um complemento natural e necessário para a minha Intenção do Comandante. A minha Intenção raramente mudou; contudo, o meu plano de campanha foi atualizado (repetidamente, com base nos nossos ciclos de planejamento, e apenas depois de um processo de planejamento completo e deliberado recomendar essas mudanças) para refletir as mudanças que eram menos grandiosas do que aquelas que teriam necessitado uma atualização da minha Intenção.

Na guarnição, estruturei o meu plano de campanha em torno de três linhas de esforço lógicas: desenvolvimento da liderança, instrução militar e fortalecimento da equipe. Em combate, minhas três linhas de esforço eram o desenvolvimento da Força de Segurança Nacional Afegã, operações de segurança e remoção [de equipamento bélico]. Nos dois casos, o estado final dos meus planos de campanha espelhavam a Intenção do Comandante, mas os pontos principais, os objetivos e as linhas de esforço subordinadas mudavam periodicamente para lidar com as realidades no terreno.

Como o plano de campanha e a minha Intenção serviam como uma bússola imutável (em grande medida) para as nossas operações, o processo decisório cíclico permitia que a brigada fizesse pequenas correções de rumo ao longo do caminho.

A Seleção de Objetivos: O Processo Decisório Cíclico Oportuno

A *Seleção de Objetivos* é definida na JP 3-0 como "o processo de selecionar e priorizar alvos e determinar a resposta apropriada para eles, considerando as exigências e capacidades operacionais"[4].

Embora a nossa brigada usasse o Processo Decisório Militar doutrinário do Exército para uma parte do nosso planejamento convencional (por exemplo, o desenvolvimento do plano de campanha inicial e a ordem operacional de redesdobramento), descobrimos que o uso de um processo decisório do estilo de Seleção de Objetivos era mais responsivo para o ritmo rápido de operações e ele se encaixou diretamente no meu plano de campanha. Embora haja várias abordagens para a seleção de objetivos dentro do nosso Exército, eu o defino como um processo de planejamento cíclico e deliberado. O meu primeiro ciclo de seleção de objetivos era de duas semanas, desde que descobri que isso era adequado para antecipar as condições variáveis durante o nosso desdobramento. Mais tarde, alonguei o processo para um ciclo de quatro semanas, depois do final do período de combate (i.e., os meses agradáveis no Afeganistão). Na realidade, o tempo do processo não era tão importante quanto a execução, a qual aprimoramos durante o nosso desdobramento do Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto para um modelo de três dias. O insumo mais importante de usar um modelo de seleção de objetivos (em vez do processo decisório militar) é a avaliação do comandante subordinado que começa cada ciclo. A produção de ordens imediatas permite que o batalhão tenha um ciclo inteiro de seleção de objetivos para refinar o planejamento, antes da execução no nível companhia.

O planejamento seis semanas antes da execução me permitia moldar eventos no nível brigada de uma forma sincronizada e coordenada, apesar de a brigada estar distribuída por duas províncias e fazer parceria com uma variedade de organizações da Força de Segurança Afegã. A minha seleção de objetivos garantiu que, embora as operações táticas e a assessoria de nível Unidade ocorressem diariamente nos escalões pelotão, companhia, tropa e equipe de assessoria e assistência de força de segurança (SFAAT, na sigla em inglês), todas as atividades se juntavam para um estado final comum da brigada.

Considerei nossa batalha não como mil engajamentos não relacionados, mas como mil engajamentos táticos interconectados unificados, com um estado final compartilhado e realizado por meio de objetivos comuns que estabelecemos em nossa reunião de seleção de objetivos. No final de cada ciclo de seleção de objetivos, publicamos uma ordem fragmentária de seleção de objetivos que priorizava e sincronizava os bens (tempo, recursos e prioridades) ao longo da duração do ciclo. O ciclo me permitia que priorizasse e sincronizasse as tarefas essenciais da minha Intenção do Comandante para combinar com os desafios táticos e operacionais durante um dado período de tempo.

Ritmo de Combate: Pequenos Passos Levam a Grande Mudança

No Manual de Campanha 6-0, *Organização e Operações do Comandante e do Estado-Maior* (FM 6-0,

Commander and Staff Organization and Operations), a doutrina define o *ritmo de combate* como "um ciclo diário deliberado de atividades do comando, do estado-maior e da Unidade intencionado para sincronizar as operações atuais e futuras"[5].

Com a Intenção do Comandante e o arcabouço do plano de campanha determinando a bússola, e o ciclo de seleção de objetivos fornecendo a correção de rumo, a manutenção diária do esforço da brigada foi realizada por meio de uma aderência rígida ao ritmo de combate. O documento do ritmo de combate da brigada (gerenciado habilidosamente pelo oficial administrativo da brigada) servia para definir o momento certo, comparecimento, insumos e produtos de cada reunião, *briefing* e grupo de trabalho da brigada ao longo da semana e do mês. Com mudanças e eliminações aprovadas por exceção, a aderência estrita com o ritmo de batalha me permitia, e ao meu estado-maior, manter um estudo da situação comum de forma rápida e eficiente. A aderência com o ritmo de combate fornecia previsibilidade aos meus comandantes e aos chefes seniores de SFAAT (que sabiam quando eu precisava do seu comparecimento nas reuniões essenciais) e garantia que a minha visualização do campo de batalha fosse compartilhada com o estado-maior e a brigada inteira. Por exemplo, nosso *briefing* diário de atualização da batalha, geralmente completado em 45 minutos, servia como a minha estimativa diária e atualizada de estado-maior. Mais do que apenas uma recitação dos fatos e dos números, esse *briefing* servia como a análise da missão para o ciclo letal de seleção de objetivos da nossa brigada — normalmente executado entre 24 e 48 horas depois com base na ordem de missões aéreas e na disponibilidade de plataformas de Inteligência, reconhecimento e observação. Essa reunião era essencial na criação de uma força ágil. O ritmo de combate fornecia o mecanismo pelo qual conseguíamos planejar e reagir às mudanças significativas de missão e de tarefas durante o nosso desdobramento.

Quando a nossa brigada recebeu a missão de transferir o seu Centro de Operações Táticas da bem estabelecida Base de Operações Avançada Salerno para um posto avançado muito menor, localizado em uma outra província (que não tinha a infraestrutura necessária), nosso ritmo de combate permitiu que pudéssemos planejar, preparar e executar essa mudança. Todas as reuniões, *briefings* e grupos de trabalho eram determinados anteriormente — o estado-maior simplesmente tinha de ajustar os assuntos e o programa para cada reunião abordar os assuntos do dia (reconheço completamente o trabalho hercúleo de estado-maior associado a cada uma dessas operações). Raramente foi necessário reunir para sessões especiais de planejamento para abordar a última mudança de missão. Fechar cedo as principais bases de operações avançadas, assumir várias províncias como áreas de operações adicionais, criar o novo quartel-general para um general de uma estrela — essas são, apenas, umas poucas das transições significativas que nossa brigada foi incumbida de cumprir — além de (não em lugar de) nosso conjunto existente de missões.

Termos de Referência, Definição de "Os Combates", Calendário de Longo Prazo e Sistema de Gerenciamento de Conhecimento

As últimas quatro tarefas são aquelas que eu considerava essenciais para manter efetividade e sincronização operacionais ideais. Da mesma forma do que todos os meus produtos, eu tinha uma versão para a guarnição e uma outra para o desdobramento, mas elas serviam o mesmo propósito: prover definições, expectativas e normas comuns para equipar os produtos com pessoal que, quando completados devidamente e atualizados regularmente, proporcionavam valor ao estado-maior e aos comandantes.

Nosso documento dos "termos de referência" listava as posições e expectativas dos oficiais e graduados chaves dentro da brigada. Embora à primeira vista pareça tedioso, esse documento era essencial quando estávamos atarefados com o estabelecimento de um quartel-general de um general de uma estrela. Para satisfazer as exigências do novo quartel-general, éramos capazes de usar os termos de referência como um documento base e atualizá-lo eficientemente com novas posições e deveres que, anteriormente, não precisávamos preencher.

Nosso documento de organização de tarefas era semelhante a aquele que todas as unidades preparam e atualizam. Contudo, no trato com as estruturas de comando desconhecidas ou com as novas organizações, esse documento era essencial para o sucesso, conforme executávamos diversas grandes transições. Por exemplo, em certo ponto, nossa brigada era responsável pela metade de uma província em que nenhuma das nossas

(Foto courtesia do Cel Val Keavenly)

O Cel Val Keavenly sobrevoa a antiga área de operações da sua brigada na Província de Khost, no Afeganistão, 31 Out 13. Foi o último voo que saiu da Base de Operações Avançada Salerno antes de ela ser transferida aos afegãos.

forças foram designadas — e a capital provincial estava sob o controle de uma força da coalizão que tinha limitações nacionais independentes. Sob essas circunstâncias, eram essenciais uma clara organização das tarefas e as responsabilidades bem definidas.

O documento não doutrinário intitulado "os combates" se originou da minha experiência como um observador/controlador, onde aparentemente todos os meios existentes no inventário do Exército foram designados ao comandante de companhia que estava recebendo fogos diretos e indiretos no momento. O aturdido comandante de companhia não tinha a capacidade ou o tempo de otimizar e sincronizar cada recurso para um melhor uso. O documento "os combates" definia as responsabilidades dos comandantes e estados-maiores de companhia, batalhão e brigada com base no conjunto singular de missões designadas. Eu exigia que fosse usado para todas as principais missões. Por exemplo, a nossa missão de remoção exigia grande esforço dos comandantes de companhia do ponto de vista de mão-de-obra, mas a maioria do esforço no planejamento e na execução era feita pelos estados-maiores de batalhão e brigada. Esse documento também provou ser inestimável na determinação de papéis e

responsabilidades para nossa missão de SFAAT e no estabelecimento do quartel-general de uma estrela.

Finalmente, o calendário de longo prazo e o sistema de gerenciamento de conhecimento captavam os resultados das nossas sessões de planejamento diárias, semanais e mensais. O calendário nos permitia garantir que as nossas operações permanecessem sincronizadas com as outras variáveis do tempo (incluindo feriados afegãos e padrões meteorológicos sazonais). O estabelecimento e a aderência com um sistema colaborativo de gerenciamento de conhecimento (usamos o site para quase todo o nosso trabalho) eram essenciais para garantir que a informação disponível fosse compartilhada mutuamente.

Sempre levava comigo apenas uns poucos documentos: o meu plano de campanha, um slide do resumo da seleção de objetivos mais atualizado e o calendário de longo prazo. Eu conseguia conduzir a circulação do campo de batalha por umas horas, ou até uns dias, com a confiança em que as nossas unidades e estados-maiores estavam trabalhando para realizar a minha Intenção por meio de nossos objetivos mensuráveis, por meio da execução de nosso ciclo de seleção de objetivos e do ritmo de combate diário.

O Comando de Missão envolve uma mistura complexa de mecanismos de controle, tanto prescritivos quanto detalhados, que permitem com que os comandantes subordinados executem as ordens de missão no momento da execução, dentro dos limites estabelecidos pela Intenção do Comandante. Muita aderência a um processo pode resultar em um ambiente que parece microgerenciado, porém uma falta de estrutura resulta em atividades de estado-maior e de Unidade que são frenéticas, inoportunas e não sincronizadas com os objetivos e estados finais comuns.

Recomendações: Continuar a Aprimorar o Comando de Missão

As ferramentas e técnicas esboçadas neste artigo me foram úteis, e recomendei o seu uso a vários comandantes de brigada durante o meu período como observador/controlador sênior da força-tarefa de brigada do Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto e como um comandante de brigada. No entanto, percebi que algumas dessas ferramentas não são doutrinárias e, portanto, talvez não sejam ensinadas universalmente em nossas salas de aulas e nos centros de instrução militar. Em conclusão, ofereço várias recomendações.

Primeiro, estou convencido de que um modelo de planejamento baseado no plano de campanha é uma ferramenta extremamente valiosa para os comandantes de batalhão e de brigada para ajudar a visualizar, descrever e dirigir as ações das suas organizações. Eu usava o modelo de plano de campanha na guarnição e no combate que estava incorporado nos planos do escalão superior. A utilização dessa ferramenta é um próximo passo natural no uso da metodologia de *design* do Exército. Até sem uma codificação formal, enfatizo a sua utilização.

Segundo, recomendo que comandantes identifiquem um processo de planejamento cíclico para reanalisar, medir e ajustar seus planos de campanha e de longo prazo. Os métodos estruturados de planejamento de estado-maior do Exército são o Processo Decisório Militar e os procedimentos de liderança de tropas. Doutrinariamente, a seleção de objetivos do Exército consiste em um processo formal, dentro da função de combate fogos, para sincronizar os fogos indiretos e conjuntos contra um dado conjunto de seleção de objetivos[6]. Nossa brigada combinava o rigor do Processo Decisório Militar dentro do arcabouço de um modelo de seleção de objetivos para permitir que a nossa brigada moldasse o ambiente.

Terceiro, recomendo a formalização de um processo de planejamento diário do estilo de seleção de objetivos para abordar rapidamente os problemas, tarefas e ameaças emergentes. Nossos centros de instrução militar já identificaram algumas das melhores práticas, mas recomendo que o Exército codifique nossas técnicas letais e não letais de seleção de objetivos, como praticadas ao longo dos últimos 12 anos, e atualize a nossa doutrina.

Quarto, a instrução de gerenciamento do conhecimento deve incluir credenciamento de SharePoint

[uma plataforma de aplicações Web com utilização na criação de portais e intranets empresariais, gestão documental e criação de portais colaborativos — N. do T] e outros sistemas técnicos (como Command Post of the Future [CPOF]) para oficiais designados ao escalão brigada. Tínhamos um oficial de gerenciamento do conhecimento que era talentoso em uma variedade de áreas, mas lhe faltava a instrução formal no uso técnico dos sistemas comumente distribuídos. Além disso, os sistemas de informação de Comando de Missão ainda precisam de uso extensivo por parte de terceirizados para a manutenção, e eles não são universalmente compatíveis (e.g., CPOF e SharePoint).

Finalmente, sei que essas técnicas e procedimentos de Comando de Missão capacitavam a nossa brigada a cumprir uma ampla variedade de missões — e, no final, salvar vidas. Contudo, no momento da execução, militares e comandantes que exibiam a aderência com os altos padrões, a disciplina e o trabalho em grupo enquanto executavam com uma mentalidade ágil e adaptável eram tão importantes quanto os planos e ordens que foram promulgados. Esse foco no militar, no comandante e no desenvolvimento de equipes é o que me motivou garantir que os meus sistemas para o exercício do Comando de Missão estivessem otimizados para que verdadeiramente tirássemos proveito do potencial da equipe.

O Cel Val Keaveny serve, atualmente, como o Chefe do Estado-Maior da 101ª Divisão Aeroterrestre. Era o último comandante da 4a Brigada de Combate (506º Regimento de Infantaria), 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo) antes da sua desativação. Comandou o 3º Batalhão, 509º Regimento de Infantaria no Iraque. É bacharel em Administração de Aviação/Tecnologia de Aviação pelo Florida Institute of Technology, mestre pelo U.S. Army Command and General Staff College e outro pelo U.S. Army War College.

O Cel Lance Oskey está cursando atualmente o U.S. Army War College. Serviu como subcomandante da 4ª Brigada de Combate (506º Regimento de Infantaria) e comandou o 2º Batalhão, 54º Regimento de Infantaria, Forte Benning, na Geórgia. É bacharel em Finança Empresarial pela California University of Pennsylvania e mestre em Relações Internacionais pela Troy State University.

Referências

1. Mike Flynn e Chuck Schrankel, "Applying Mission Command through the Operations Process," *Military Review*, 93(2) (March--April 2013): p. 25-31.

2. Joint Publication (JP) 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], August 2011).

3. JP 5-0, *Joint Operational Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011).

4. JP 3-0.

5. Field Manual (FM) 6-0, *Commander and Staff Organization and Operations*, (Washington, DC: U.S. GPO, May 2014).

6. FM 3-60, *The Targeting Process* (Washington, DC: U.S. GPO, November 2010).

Foto ONU/Martine Perret

Oficial de ligação brasileiro da UNMIT levanta informações sobre situação de segurança antes das eleições no Timor Leste (2007).

A Força de uma Trajetória

O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015)[1]

Eduarda Passarelli Hamann

Esta é uma versão revisada e atualizada da Nota Estratégica 19, publicada pelo Instituto Igarapé em outubro de 2015.

Este artigo visa identificar elementos que refletem o caminho percorrido pelo Brasil nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), desde a primeira participação, em 1947, até os dias de hoje. Trata-se de desvendar um importante legado que o Brasil deixa não apenas para

si mesmo, mas também para as discussões sobre o futuro das operações das Nações Unidas. Em tempos de crise, como os atuais, a identificação de padrões de comportamento torna-se ainda mais relevante, na medida em que aspectos recorrentes poderão orientar a tomada de decisão depois de dissipada a névoa da incerteza.

Para tanto, foram analisadas *todas* as contribuições do Brasil para as missões da ONU, incluindo missões de manutenção da paz, missões políticas especiais e forças multinacionais. Os principais resultados, trazidos à tona neste artigo, incluem:

- Ao todo, entre 1947 e 2015, o Brasil enviou militares e policiais para 47 missões da ONU;
- Das 71 missões de *manutenção* da paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), 43 contaram com brasileiros no terreno, o que equivale a 61%. Além dessas, houve participação brasileira em 3 missões políticas especiais e em 1 força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança;
- O número de missões com participação de brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil participava de três missões e, hoje, o país participa de 9 missões, o que corresponde a um crescimento de 300%;
- Ao todo, mais de 48 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, 87% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- Houve apenas três momentos que se destacam pelos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I), anos 1990 (Angola/UNAVEM III) e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada com Líbano/UNIFIL);
- A participação do Brasil nas missões da ONU parece ser motivada por interesses específicos e por interesses gerais: as missões prioritárias para a política externa brasileira (interesse específico) atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as missões menos prioritárias (de interesse geral ou global) atraem um baixo, porém constante, número de profissionais no terreno, e apenas ajudam o Brasil a marcar presença em espaços multilaterais; e
- Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões.

Essas são evidências de que o perfil do país para questões de paz e segurança alcançou tamanha envergadura que já não é possível voltar atrás sem grandes prejuízos para a organização do sistema internacional. E sem grandes prejuízos para a própria posição relativa do país na ordem global. É importante ter consciência da grandeza do papel brasileiro a fim de que o governo mantenha elevado esse perfil nos anos vindouros.

Apresentação

Em função do tipo de dados hoje existentes, há pelo menos duas formas de analisar o envolvimento do Brasil nas missões da ONU. A primeira é mais ampla e considera a série histórica em sua íntegra, compreendendo toda a contribuição brasileira com pessoal uniformizado, de 1947 a 2015. A segunda é mais específica e confere destaque apenas aos últimos 25 anos. Além de ser o período mais recente, é também quando o engajamento do Brasil e da própria ONU fica mais dinâmico. Ambas as formas são adotadas neste trabalho, não apenas por serem complementares, mas também por revelarem dados importantes sobre os padrões de comportamento passados e presentes, que podem refletir no futuro.

Os dados da série histórica revelam que, entre 1947 a 2015, o Brasil enviou militares e/ou policiais para 47 missões da ONU, em cerca de 30 países e territórios[2]. Dessas, 43 são de manutenção da paz (sob a coordenação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz - DPKO), 3 são missões políticas especiais (sob a coordenação do Departamento de Assuntos Políticos - DPA), e 1 é força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança. Ao todo, o Brasil autorizou e financiou o desdobramento de 48.689 profissionais uniformizados brasileiros (militares e policiais) para trabalhar sob a bandeira azul das Nações Unidas[3].

O início da participação do Brasil se confunde com as próprias origens das missões de paz da ONU, no fim dos anos 1940. Foi baixo o engajamento do país durante o regime militar (1964-1985), com a manutenção de um punhado de oficiais na função de observadores, com a notável exceção do desdobramento de três contingentes em uma missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) na República Dominicana[4]. Esse período de baixa participação coincide com o auge da Guerra Fria, quando o congelamento do Conselho de

Foto ONU (sem autor)

Tropas brasileiras em cerimônia militar na UNAVEM III (Angola 1997).

Segurança da ONU (CSNU) também coibiu a autorização de novas missões.

No início da década de 1990, tanto o CSNU como o Brasil retornam com mais dinamismo às operações de manutenção da paz. A maioria das missões passou a receber mandatos multidimensionais, o que demandou maior engajamento não só de militares, como também de policiais e especialistas civis. Pressionado pela ONU, o Brasil começou a desdobrar policiais militares em Angola (1991) e Moçambique (1993), e em outras várias missões.

No início dos anos 2000, as primeiras mulheres passaram a integrar os contingentes brasileiros das missões de paz. A pioneira foi ao Timor Leste (2003) e, até 2015, dezenas de mulheres participam de mais 6 missões[5]. O número máximo de mulheres brasileiras no terreno foi alcançado em março de 2012, quando havia 30 militares e policiais desdobradas em diferentes missões, ao mesmo tempo. O recorde em uma única missão foi obtido na MINUSTAH, em dezembro de 2015, quando 26 militares do segmento feminino fizeram parte do contingente brasileiro, integrando um quadro total de 983 tropas[6].

O Brasil optou por enviar seus nacionais a um maior número de missões a partir dos anos 2000, o que será explorado na próxima seção. A partir de 2004 também aumentou exponencialmente o número de militares e policiais no terreno, graças à participação no Haiti (MINUSTAH). Embora o auge tenha em sido 2010-2012, os altos índices perduram até hoje.

Este artigo confere destaque a aspectos recorrentes que identificam padrões de comportamento do Brasil nas operações da ONU, tanto no âmbito do discurso diplomático, como principalmente no âmbito da prática militar, manifestado pela análise detalhada do desdobramento de brasileiros. Por se tratarem de macrotendências, esses elementos ultrapassam as noções de tempo e, de certa forma, dizem respeito a políticas de Estado e não apenas de governo. Os principais padrões trazidos à tona pela pesquisa são os seguintes:

- Ao todo, entre 1947 e 2015, o Brasil enviou militares e policiais para 47 missões da ONU;

- Das 71 missões de *manutenção* da paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), 43 contaram com brasileiros no terreno, o que equivale a 61%. Além dessas, houve participação brasileira em 3 missões políticas especiais e em 1 força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança;
- O número de missões com participação de militares e policiais brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil participava de três missões e, hoje, o país participa de 9 missões, o que corresponde a um crescimento de 300%;
- Desde a primeira missão, mais de 48 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, 87% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- Ao todo, houve apenas três momentos que se destacam devido aos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I); anos 1990 (Angola/UNAVEM III, conjugada em menor escala com missões em Timor Leste e Moçambique); e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada com Líbano/UNIFIL);
- A participação do Brasil nas missões da ONU parece ser motivada por interesses específicos e por interesses gerais: as missões prioritárias para a política externa brasileira (interesse específico) atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as missões menos prioritárias (de interesse geral ou global) atraem um baixo, porém constante, número de profissionais no terreno, e apenas ajudam o Brasil a marcar presença em espaços multilaterais;
- Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões; e
- O engajamento do Brasil nas missões da ONU parece motivado tanto por interesses específicos como por interesses gerais: as missões de interesse específico atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as de interesse geral evidenciam a busca do Brasil por marcar sua presença em espaços multilaterais, ainda que com baixo número de profissionais no terreno.

É evidente que questões financeiras, políticas ou ideológicas, relacionadas a governos específicos, têm impacto na quantidade de missões que recebem o apoio do Brasil, e/ou no número total de militares e policiais que o país efetivamente desdobra. Mas o que os dados revelam é que há padrões que se mantêm relativamente estáveis, a despeito das diferenças político-partidárias no governo federal. Como consequência, os elementos centrais de tais padrões poderão orientar a política externa brasileira no futuro próximo, assim como poderão ser úteis aos debates sobre o futuro das operações de paz.

Metodologia

A metodologia adotada envolve uma combinação de análises quantitativas e qualitativas. Junto com aspectos temporais e espaciais, tais abordagens deixam evidente a trajetória do Brasil nas operações das Nações Unidas.

Apesar dos esforços, houve problemas metodológicos acerca da contagem de cada um dos componentes das missões (militares, policiais e civis). Os dados do DPKO, a principal fonte internacional sobre o tema, só evidenciam quantos profissionais estavam no terreno a cada mês. Assim, para obter o total de brasileiros em cada missão, recorreu-se a planilhas consolidadas pelo Ministério da Defesa e pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro (EME/EB), para a contagem dos militares das três forças, e dados obtidos com a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Comando de Operações Terrestres (IGPM/COTER), também do Exército, para a contagem dos policiais militares. As planilhas com os dados dos militares não identificam os "veteranos", de maneira que alguns profissionais foram contabilizados mais de uma vez[7]. Assim, optou-se por conferir semelhante tratamento à contagem dos PMs, a fim de que ficasse equiparada à dos militares.

Quase não há registro de especialistas civis brasileiros em missões da ONU e o único livro que menciona, de autoria de um diplomata brasileiro, foi publicado em 1999 e está desatualizado. Por essa razão, apenas o "pessoal uniformizado" (ou seja, todos os militares e policiais) foi contabilizado nessa pesquisa.

Em termos de números desagregados, esses só foram disponibilizados a partir de novembro de 1990 pelo site do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO). Há mais de 4 mil dados com identificação da participação de brasileiros, integrados a 505 documentos. Houve tão poucas interrupções que não chegam a afetar a visão geral.

Os dados selecionados para análise foram enquadrados em duas categorias, que serão detalhadas nas duas próximas seções e são resumidas a seguir:

(1) Dados que evidenciam a busca, pelo Brasil, de participar regularmente das missões da ONU, engajando-se tanto em missões de interesses específicos como em missões de interesses gerais/globais; e
(2) Dados que giram em torno do debate sobre o engajamento da ONU, e do Brasil, em missões regidas sob o Capítulo VII da Carta[8].

Além desses aspectos, outros elementos também ficaram evidentes na análise da trajetória do Brasil nos últimos 70 anos, mas não farão parte desse artigo por falta de espaço e porque requerem mais tempo de pesquisa. Exemplos incluem o tímido engajamento com mulheres a partir de 2003, com maior ênfase em 2012 e 2015; bem como os esforços logísticos, doutrinários e de adestramento em retomar o engajamento de tropas depois de um distanciamento de quase vinte anos entre a UNAVEM III (1995-1997) e a MINUSTAH (2004-presente)[9]. Também pode ser útil discutir de que maneira as crises financeiras das décadas de 1990 e de 2010 não chegaram a afetar o engajamento do Brasil com tropas no exterior. São ideias para futuras pesquisas, que muito contribuirão para o avanço do debate.

Na próxima seção, o artigo fará uma análise quantitativa, com pinceladas qualitativas, nos aspectos que se traduzem como um esforço do Brasil em garantir a realização de seus interesses específicos e em promover ativamente iniciativas de interesse gerais, contribuindo para a geração de bens públicos globais. No fim do artigo, serão discutidas as participações do Brasil em missões sob o Capítulo VII e suas implicações para a política externa brasileira.

A Garantia de Interesses Específicos e a Promoção de Interesses Gerais

Há fortes evidências de que o Brasil tenha contribuído, regularmente, com um baixo número de militares e policiais para um alto número de missões que não estão no centro da política externa brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000. Isso indicaria que o Brasil estaria motivado pela vontade de contribuir com o multilateralismo e com a produção de bens públicos globais. Ao mesmo tempo, os dados também indicam que as missões da ONU em regiões ou territórios prioritários para a política externa contaram com o desdobramento de números significativos de tropas[10]. Assim, ficam evidentes pelo menos duas motivações do Brasil para participar das missões da ONU ("interesses gerais/globais" e "interesses específicos"), o que será explorado na presente seção.

Entre 1947 e 2015, 71 missões de manutenção da paz foram autorizadas pelo CSNU[11]. Os últimos 25 anos foram mais intensos do que os 42 anos anteriores, em função da polarização do sistema internacional durante a Guerra Fria, representada no CSNU. No início da década de 1990, porém, o número de novas missões aprovadas aumentou de maneira exponencial. Somente de 1988 a 1994, por exemplo, o Conselho aprovou 20 novas missões[12].

O Brasil participou, com militares ou policiais, de 43 operações de manutenção da paz, o que equivale a 61% do total[13]. Foi a partir de 1990, e principalmente no século atual, que a participação brasileira se fez mais ativa, com desdobramentos em 25 novas missões.

O gráfico 1 inclui todas as missões de manutenção da paz da ONU que contaram com a participação do Brasil, entre 1947 e 2015.

Tal gráfico evidencia que o país se engajou com um grande número de missões, simultaneamente,

Foto ONU/Pasqual Gorriz

Brasil assume o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano 2011).

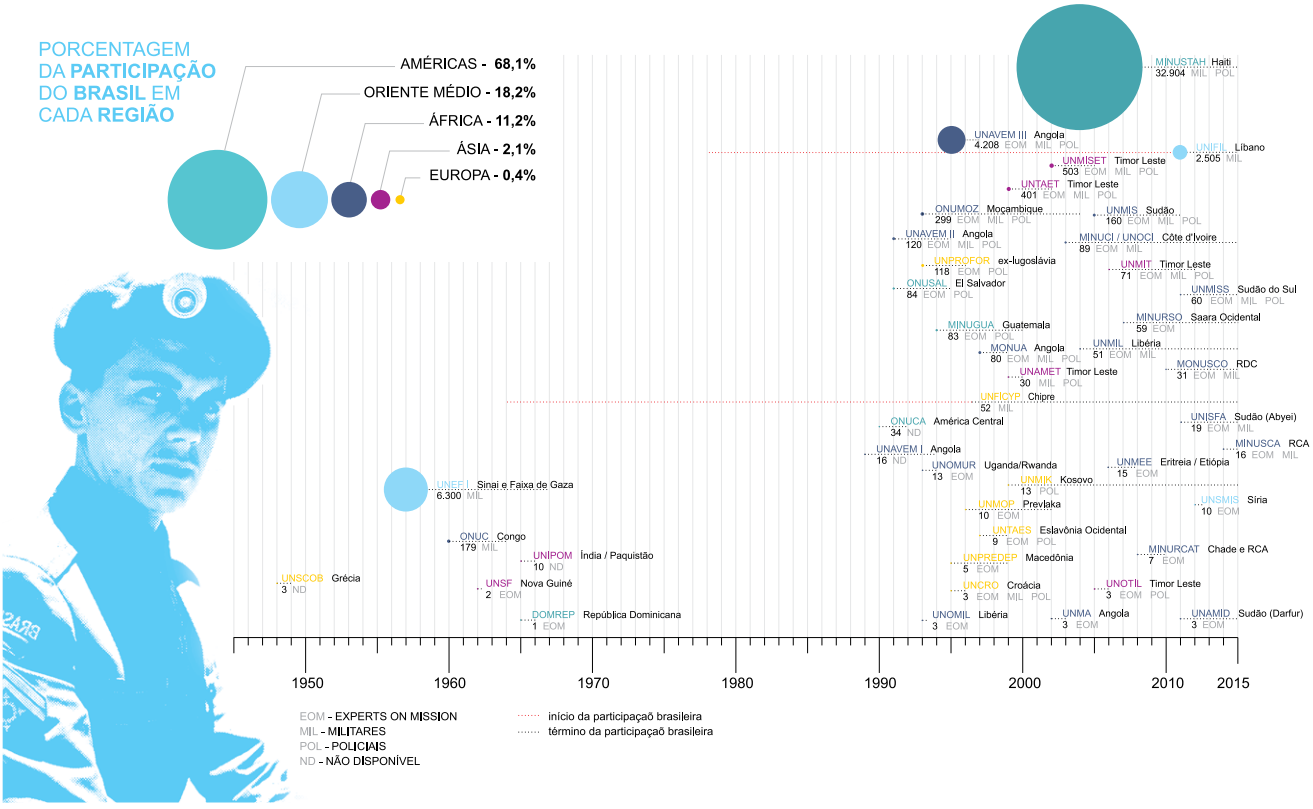


Gráfico 1. Militares e policiais brasileiros em missões de manutenção da paz da ONU (1947-2015)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.
Fontes: Exército Brasileiro (2015), DPKO (1990 a 2015) e Fontoura (2005).
Nota: As linhas na vertical indicam o mês/ano de início da participação brasileira, que geralmente coincide com o início da missão. Só foram contabilizadas as missões coordenadas pelo DPKO – ficaram de fora UNIOGBIS (Guiné Bissau), UNMIN (Nepal) e UNOWA (Senegal), além da INTERFET (Timor Leste).

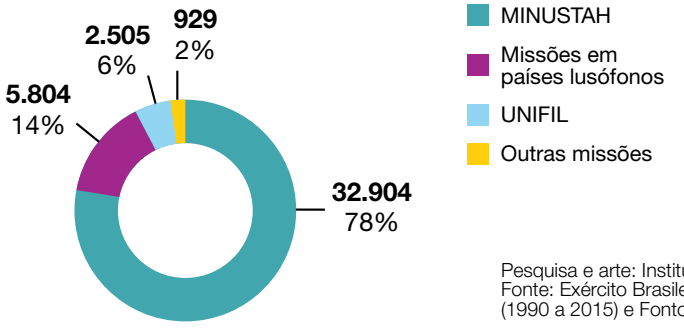
a partir do final dos anos 1990. Pelo tamanho dos círculos, que são proporcionais ao tamanho dos contingentes brasileiros, também é possível verificar que apenas algumas missões receberam altos números de brasileiros. Esses dois aspectos foram interpretados como motivados por *interesses gerais* e *interesses específicos*, respectivamente, e serão analisados a seguir.

Interesses específicos: número de brasileiros no terreno

Os interesses específicos estão presentes em qualquer política externa, de maneira a promover – ou no mínimo proteger – valores, princípios e conceitos relevantes para o núcleo-duro do interesse nacional. No caso do Brasil, ao analisar a quantidade de militares e policiais que o país envia para o terreno, verifica-se que o cerne do interesse nacional gira em torno de três eixos prioritários: (1) Haiti; (2) países lusófonos (Angola, Moçambique e Timor Leste e, em menor escala, Guiné Bissau); e (3) Líbano.

Isso fica evidente na análise quantitativa: entre 1947 e 2015, o Brasil desdobrou 48.689 militares e policiais em 47 missões da ONU[14]. Desses, 42.142 (87%) foram desdobrados nos últimos 25 anos, dos quais 32.904 (78%) passaram pela missão da ONU no Haiti (MINUSTAH), 5.804 (14%) participaram de missões em países lusófonos[15] e 2.505 (6%) estiveram na missão da ONU no Líbano (UNIFIL)[16]. Os 2% restantes (929 profissionais) participaram de 26 operações, ao longo de 25 anos, o que evidencia o baixo número de brasileiros enviados para missões não prioritárias, ou seja, missões que não sejam de interesse específico, o que será explorado no próximo item. O Gráfico 2 ilustra essa proporção.

Os dados evidenciam que, em toda a trajetória do Brasil nas operações da ONU, somente três eixos receberam o apoio significativo de tropas brasileiras, manifestados pelos desdobramentos, em ordem cronológica, na UNAVEM III[17] (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente) e UNIFIL (2011-presente)[18]. Em segundo patamar, em termos de quantidade de tropas, encontram-se mais três missões, todas no Timor Leste: INTERFET, UNMISET e UNTAET[19]. Todas as demais missões da ONU receberam brasileiros por meio de desdobramentos individuais. Trata-se, portanto, de um padrão de comportamento em que só há desdobramento de tropas (de pelotões a batalhões) em missões de interesse específico.



Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.
Fonte: Exército Brasileiro (2015), DPKO (1990 a 2015) e Fontoura (2005).

Gráfico 2. Distribuição dos brasileiros nas missões da ONU (nov./1990-dez./2015) (total: 42.142 militares e policiais)

Cabe ainda destacar que a MINUSTAH e a UNIFIL, que são os mais recentes engajamentos com tropas brasileiras, também contam com oficiais generais brasileiros em posições de destaque, como *Force Commander* (MINUSTAH, desde 2004) e como comandante da Força-Tarefa Marítima (UNIFIL, desde 2011)[20].

Outra maneira de visualizar o impacto dos três eixos prioritários é por meio do Gráfico 3, a seguir. Trata-se de uma linha do tempo que ilustra toda a participação do Brasil em missões de paz da ONU entre 1990 e 2015. Os destaques visuais são atribuídos à UNAVEM III (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente, com dois batalhões entre 2010 e 2012, no imediato pós-terremoto) e UNIFIL (2011-presente).

O Gráfico 3 também traz indício de que a política externa para missões de paz tem elementos de política de Estado, e não só de governo, uma vez que o desdobramento com tropas passou por três administrações diferentes: Presidente Fernando Henrique Cardoso (UNAVEM III), Presidente Lula (MINUSTAH) e Presidente Dilma Rousseff (UNIFIL).

"Interesses gerais: número de missões com a participação do Brasil".

A análise quantitativa da trajetória do Brasil nas missões da ONU revela um dado importante, que pode ser interpretado como o valor que o país confere ao multilateralismo. Este aspecto teve início na década de 1940, ganhou força novamente nos anos 1990 e teve projeção ainda maior a partir dos anos 2000. Nos últimos 20 anos, a participação do Brasil não só se tornou mais diversificada, como também ganhou maior complexidade logística e operacional.

O Gráfico 1 demonstrou que o Brasil participa de várias missões ao mesmo tempo e em países ou regiões que não necessariamente são relevantes para os interesses específicos brasileiros. É a disposição do Brasil de participar de missões que atendam ao interesse geral da comunidade internacional, determinado pelo Conselho de Segurança. Esse argumento também pode ser bem visualizado no Gráfico 4, a seguir, que indica a participação do Brasil nos últimos 25 anos, com "retratos" tirados a cada cinco anos.

Para a análise comparada, tomam-se como exemplos os anos 2000 e 2015. Em 2000, o Brasil manteve militares e policiais em apenas três missões de paz da ONU: Guatemala (MINUGUA), Timor Leste (UNTAET) e ex-Iugoslávia (UNMOP). Dessas, as duas primeiras foram desdobradas em locais de interesse específico para a política externa brasileira. Já em dezembro de 2015, havia profissionais uniformizados brasileiros em 9 missões de paz da ONU: Chipre (UNFICYP), Costa do Marfim (UNOCI), Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL), Libéria (UNMIL), República Centro-Africana (MINUSCA), Saara Ocidental (MINURSO), Sudão (UNISFA) e Sudão do Sul (UNMISS)[21]. Das 9 missões atuais, apenas duas (MINUSTAH e UNIFIL) parecem ter sido motivadas principalmente por

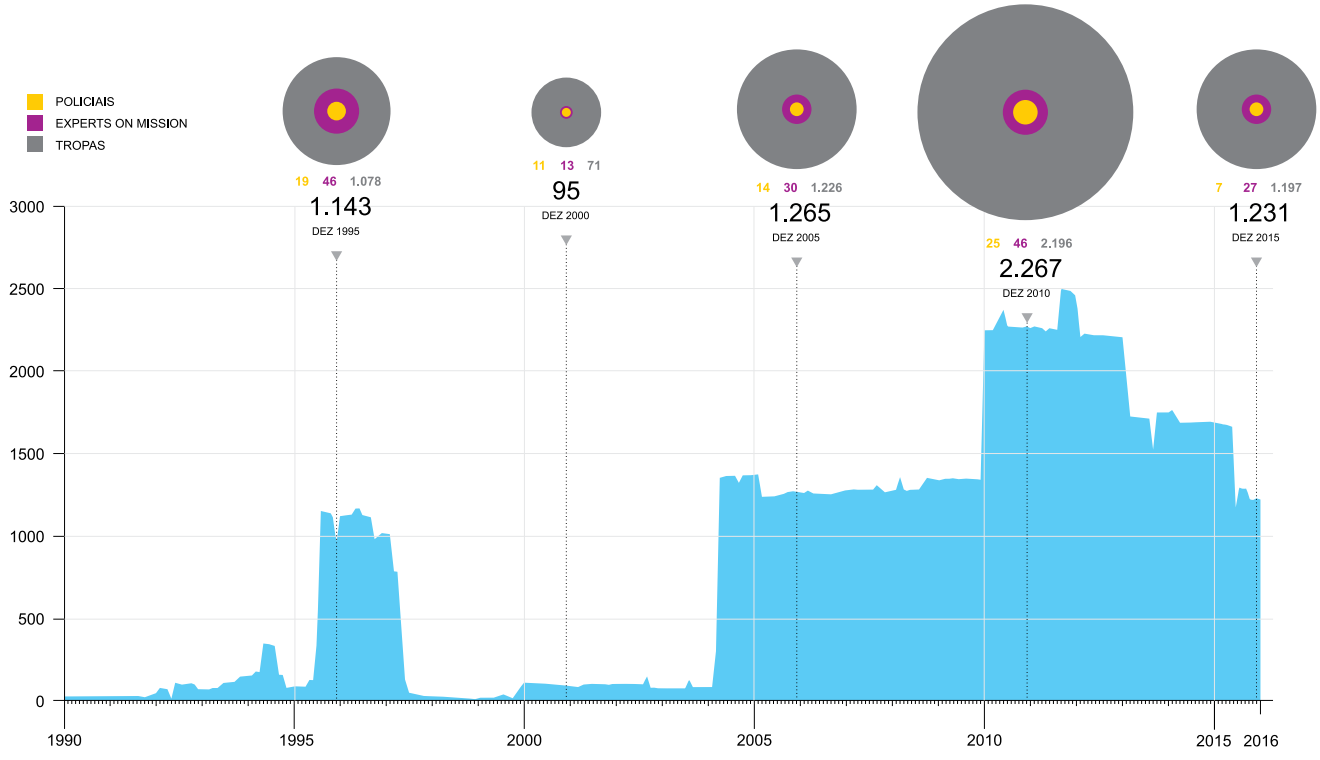


Gráfico 3. Evolução da participação do Brasil nas missões de paz da ONU, com destaques aos componentes da missão a cada 5 anos (1990-2015)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.
Fonte: DPKO (1990 a 2015).
Nota: Os dados contidos nos círculos são referentes ao mês de dezembro de cada ano e contêm a distribuição dos brasileiros conforme a função – a legenda fala em "policiais", "militares" (tropas) e "experts on mission" (militares em missão individual).

interesses específicos, ou seja, a maioria dos desdobramentos (7 missões, ou 78%) está relacionada a interesses gerais.

Esses mesmos dados evidenciam que, em um período de 15 anos, o número de missões com brasileiros cresceu exponencialmente, passando de 3, em 2000, para 9, em 2015 – o que equivale a um aumento de 300%. Também é possível constatar que, em 2000, havia representação brasileira em 19% das missões de paz da ONU, enquanto que, em 2015, essa porcentagem passou para 56% do total[22].

Como mencionado na seção anterior, a análise qualitativa das novas missões com participação do Brasil, sobretudo as motivadas por interesse geral, indica que a maioria delas, senão todas, recebe brasileiros em missão individual. Trata-se de um grande esforço doméstico, que exige estreita coordenação entre vários atores e em diversas frentes, sobretudo política, diplomática, logística e financeira. Como resultado, o engajamento em um número relativamente alto de missões, apesar do desdobramento de pequenos contingentes, evidencia a preocupação do Brasil de participar da divisão de tarefas do sistema internacional e de contribuir para a produção de bens públicos globais, sendo a manutenção da paz e da segurança internacional um dos mais importantes.

Esse seria, portanto, o segundo padrão de comportamento revelado pela pesquisa, ou seja, há evidências de desdobramento e manutenção de nacionais em missões da ONU mesmo quando não haja interesses específicos em jogo. Existem inúmeros custos por trás dessa estratégia e o país, durante no mínimo 15 anos, pareceu disposto a assumi-los.

O Brasil e as Missões da ONU sob o Capítulo VII – Releitura?

A seção atual fará uma análise de outro dado que ficou evidente na pesquisa: a regular participação de brasileiros em missões da ONU sob o Capítulo VII

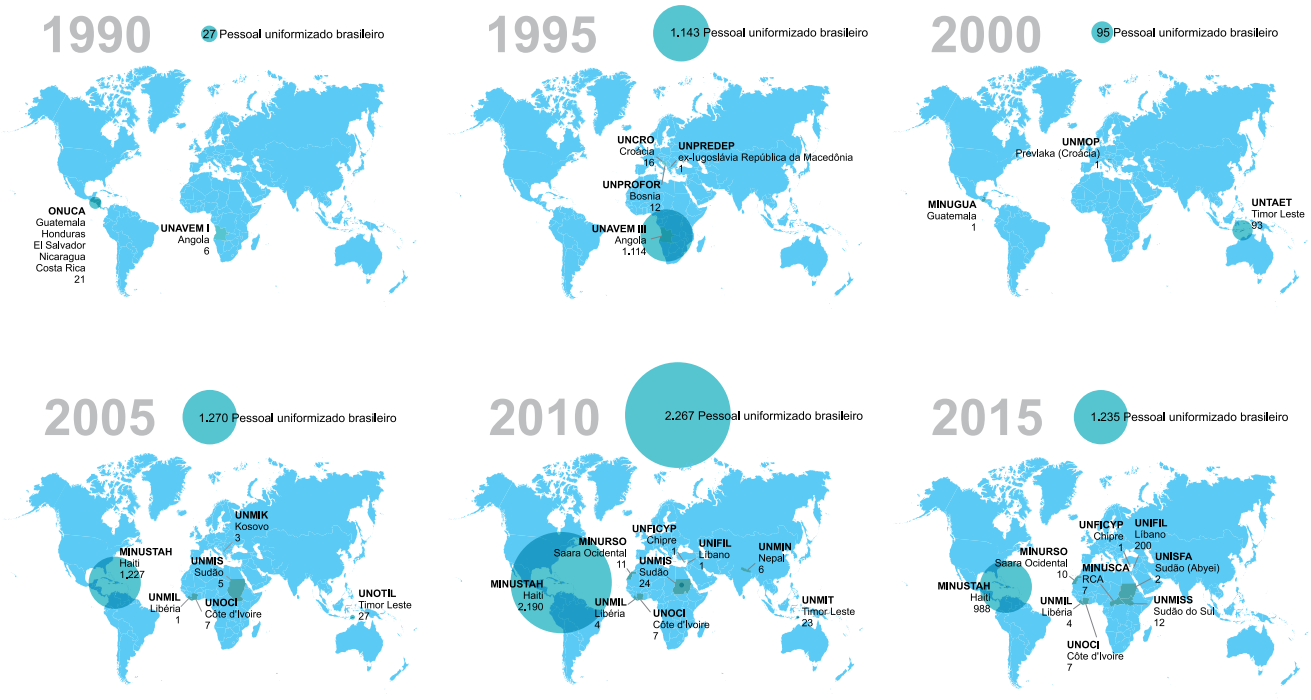


Gráfico 4. Quantidade de missões da ONU com pessoal uniformizado brasileiro (a cada 5 anos)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.
Fonte: DPKO (nov.1990, dez.1995, dez.2000, dez.2005, dez.2010 e dez.2015).

da Carta da organização, ou seja, com mandatos que autorizam o uso da força e em contextos altamente instáveis.

A política externa brasileira para intervenções internacionais (que inclui missões de manutenção da paz e missões de imposição da paz) tem sido marcada por posições que resistem ao uso da força por parte da ONU. De maneira bem específica, a posição brasileira tem sido a de evitar que a ONU se envolva em missões sob o Capítulo VII: o país defende, inclusive, a delegação de tais missões para forças multinacionais ou para organizações regionais e sub-regionais[23].

A posição brasileira contrária ao uso da força manteve-se intacta mesmo em situações de graves violações de direitos humanos, como evidenciado nos discursos do Brasil no Conselho de Segurança nos casos do Kosovo (1998-1999), Darfur (2004-2005) e Líbia (2011)[24]. O país não estava de acordo com a intervenção militar nesses três casos, embora tenha sido favorável, anos antes, à intervenção em Ruanda (1993-1994)[25].

Por um lado, os elementos que subsidiam essa posição tendem a enaltecer a soberania, a prevenção de conflitos e a resolução pacífica de controvérsias. Por outro lado, tal posição também se justifica pelas tentativas do Brasil de controlar eventuais abusos por parte dos tomadores de decisão do CSNU, em busca de soluções mais responsáveis.

No que se refere especificamente às operações de paz, a posição brasileira também privilegia a soberania e a não intervenção, nesse caso traduzidas pelos três princípios básicos do *peacekeeping*: imparcialidade, consentimento e não uso da força, a não ser para auto-defesa ou em cumprimento do mandato.

Tal posição tornou-se um pouco mais flexível no início dos anos 2000 – década altamente significativa para os debates sobre o tema no Brasil, tanto por causa da evolução no discurso da diplomacia brasileira, mas principalmente por causa de uma nova prática militar no terreno. Ambos os aspectos ainda se encontram em consolidação e serão analisados a seguir.

Em 2004, o discurso diplomático brasileiro passou a incluir elementos de proteção de civis (PoC) no âmbito

das operações de manutenção da paz, defendendo que os *peacekeepers* fossem responsáveis pela implementação de estratégias de PoC[26]. Em 2009, o país passou a ser mais vocal em questões sobre legalidade e prestação de contas (*accountability*), sugerindo que as ferramentas do Capítulo VII fossem usadas somente com alto grau de especificidade e de monitoramento[27]. E, em 2011, finalmente, depois da polêmica autorização do CSNU em relação à missão na Líbia, o Brasil lançou a expressão "responsabilidade ao proteger" (RwP)[28].

A RwP ainda não encontrou muitos ecos nos debates sobre operações de paz, embora seus princípios e valores traduzam os preceitos do direito internacional dos conflitos armados e do direito internacional humanitário, ambos há muito inseridos nas operações de paz. Acontece que a RwP traz à discussão o olhar de longo prazo e, principalmente, a consciência de que o uso irresponsável da força pode minar a sustentabilidade da paz, pela possibilidade de causar mais instabilidade do que pretendia evitar ou mais mortes do que tentou impedir – e esses são elementos extremamente úteis aos debates sobre operações de paz sob o Capítulo VII.

Tal noção sofisticada de uso responsável da força também sugere que o próprio governo brasileiro deva fazer uma releitura do que significam as missões de paz sob o Capítulo VII. Se não é possível evitá-las, como sugere o discurso diplomático, como fazer com que tenham mandatos claros e razoáveis e que sejam implementados de maneira eficiente e eficaz?

Caso a evolução dentro do pensamento diplomático não seja suficiente para impulsionar tal releitura, a análise dos dados sobre a participação do Brasil no terreno deverá fazê-lo, como se vê a seguir.

Há três missões da ONU com participação do Brasil que merecem destaque nesta seção, pois representam quebras de paradigma em relação ao discurso diplomático oficial, geralmente contrário a missões sob o Capítulo VII. São as seguintes: (1) INTERFET (Timor Leste); (2) MINUSTAH (Haiti); e (3) MONUSCO (República Democrática do Congo). São missões regidas pelo Capítulo VII, total ou parcialmente, e contaram com apoio de brasileiros no terreno.

Foto ONU/Logan Abassi

Soldados brasileiros fazem operação em Porto Príncipe, pela MINUSTAH (2008).

A INTERFET não é uma "missão de paz", mas foi autorizada pelo Conselho de Segurança para apoiar a estabilização do Timor Leste[29]. Apesar da curta duração (de setembro a outubro de 1999), essa operação corresponde à primeira quebra de paradigma quanto ao envio de *tropas* brasileiras a missões sob o Capítulo VII. Pela primeira vez, o país desdobrou tropa para uma missão do Capítulo VII – no caso, um pelotão da Polícia do Exército (PE). Não houve, porém, autorização brasileira para o uso da força no terreno, a não ser para autodefesa. Depois da INTERFET, outras duas missões no Timor Leste, ainda sob o Capítulo VII, também contaram com o apoio brasileiro, cuja presença aumentou de um pelotão (primeiro com 50, depois com 70 militares) para uma companhia (cerca de 125 militares).

A MINUSTAH, iniciada em junho de 2004, corresponde à segunda quebra de paradigma, quando o Brasil empregou pela primeira vez um batalhão (cerca de 800 militares) em uma missão regida parcialmente pelo Capítulo VII. Mais do que isso, o batalhão brasileiro efetivamente recebeu autorização da ONU e do próprio Brasil para usar a força no nível tático. E assim o fez, sobretudo entre 2005 e 2007, durante os processos que levaram à pacificação de alguns bairros da capital haitiana, com destaque a Bel Air e Cité Soleil.

A MONUSCO, por sua vez, corresponde à terceira quebra de paradigma, ainda que não haja desdobramento de *tropas* brasileiras, apenas militares em missão individual. Em abril de 2013, o General Santos Cruz, oficial da reserva do Exército Brasileiro, foi convidado pela ONU para atuar como *Force Commander* dessa missão, o que incluía também o comando da controversa Brigada de Intervenção (FIP – *Force Intervention Brigade*)[30]. O governo brasileiro foi bastante reticente no início, pois nunca escondeu suas restrições em relação à FIP. Em alguns meses, porém, o país tornou-se mais condescendente e chegou a desdobrar oficiais de Estado-Maior em apoio ao *Force Commander* – apoio esse que durou dois anos (set./2013 - out./2015).

Aos poucos, portanto, parece haver algum tipo de releitura quanto ao engajamento do país *com tropas* em missões da ONU sob o Capítulo VII, que começou com a "negação" e agora alcança a "participação comedida". Surpreende, porém, que pouco ou nada seja ponderado acerca de todas as outras operações da ONU sob o Capítulo VII que contaram ou ainda contam com a participação de brasileiros desdobrados individualmente.

Os dados evidenciam que há pelo menos 25 anos o Brasil envia seus nacionais para missões sob esse Capítulo. Desde 1990, quando o DPKO começa a contabilizar a participação dos Estados-membros, das 23 missões sob o Capítulo VII autorizadas pelo CSNU, 17 contaram com apoio de brasileiros no terreno. Isso corresponde à imensa maioria, ou 74% do total. Em outras palavras, o governo brasileiro efetivamente autorizou e financiou o desdobramento de militares e policiais para 3/4 de todas as missões de paz da ONU que são regidas, total ou parcialmente, pelo Capítulo VII da Carta.

A participação dos brasileiros nessas missões tem ocorrido por meio de contribuições individuais, exceto nos casos mencionados de Timor Leste e Haiti, em que houve contribuições com tropas. Trata-se de mais um padrão de comportamento que precisa ser absorvido pelas posições oficiais do país nos principais foros de paz e segurança internacional. É de se admirar que as missões sob o Capítulo VII causem tanto repúdio ao Brasil quando seus próprios nacionais também contribuem para o sucesso dessas missões, ainda que não usem a força quando desdobrados.

A tabela a seguir elenca todas as missões de paz regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente) e traz detalhes sobre a eventual participação do Brasil em cada uma.

As evidências demonstram que os brasileiros, nessas missões, cumprem papeis variados, mas nenhum deles exigiu/exige o uso da força para além da autodefesa, à exceção da MINUSTAH. Porém – e mais importante – os mesmos dados sugerem uma verdadeira anuência por parte do governo brasileiro a missões dessa natureza, o que parece contrariar o discurso diplomático oficial. Tal aquiescência se traduz pelo efetivo apoio, há pelo menos 25 anos, ao desdobramento e à manutenção de mais de 1.500 brasileiros no terreno, por meio de pagamento de salários, compra de equipamentos, emissão de passaportes e passagens aéreas, além de outros investimentos. Assim, é fundamental que a política externa brasileira incorpore de alguma forma esse padrão de comportamento a fim de ser coerente com uma

REGIÃO	LOCAL	MISSÃO	PERÍODO	BRASILEIROS?	SE SIM, COMO FOI A PARTICIPAÇÃO?
África	Burundi	ONUB	jun/2004 – dez/2006	NÃO	-
	Côte d'Ivoire	UNOCI	abr/2004 – presente	SIM	89 militares: na MINUCI, atuaram como oficiais de ligação e, na UNOCI, como observadores militares, oficiais de ligação e oficiais de Estado-Maior. (53 EB, 23 MB e 13 FAB)
	Libéria	UNMIL	set/1993 – set/1997	SIM	51 brasileiros atuaram como observadores militares (34 EB, 5 MB e 12 FAB).
	Mali	MINUSMA	abr/2013 – presente	NÃO	-
	República Centro-Africana	MINURCAT	set/2007 – presente	SIM	7 brasileiros atuando como observadores militares (4 EB, 2 MB e 1 FAB).
		MINUSCA	abr/2014 – presente	SIM	16 militares atuando como oficiais de Estado-Maior (11 EB e 5 MB).
	República Democrática do Congo	MONUC	nov/1999 – jun/2010	NÃO	-
		MONUSCO	mai/2010 – presente	SIM	31 militares atuaram como Force Commander e oficiais de Estado-Maior (só EB). NB: A MONUSCO continua ativa, mas não há mais brasileiros: os militares saíram em out.2015 e o Force Commander brasileiro encerrou a sua missão em dez./2015.
	Serra Leoa	UNAMSIL	out/1999 – dez/2005	NÃO	-
	Somália	UNOSOM I	abr/1992 – mar/1993	NÃO	-
		UNOSOM II	mar/1993 – mar 1995	NÃO	-
	Sudão	UNMIS	mar/2005 – jul/2011	SIM	160 brasileiros, sendo que 148 como observadores militares (129 EB, 8 MB e 11 FAB), mais 12 policiais.
	Sudão (Darfur)	UNAMID	jul/2007 – presente	SIM	3 militares - com o fim da UNMIS, os militares que não haviam concluído seu tempo de missão foram realocados temporariamente na UNAMID.
	Sudão (Abyei)	UNISFA	jun/2011 – presente	SIM	19 militares como oficiais de Estado-Maior (12 EB, 3 MB e 4 FAB).
	Sudão do Sul	UNMISS	jul/2011 – presente	SIM	60 brasileiros, sendo 43 militares atuando como oficiais de Estado-Maior (34 EB, 3 MB e 6 FAB), mais 17 policiais.

REGIÃO	LOCAL	MISSÃO	PERÍODO	BRASILEIROS?	SE SIM, COMO FOI A PARTICIPAÇÃO?
Américas	Haiti	MINUSTAH	abr/2004 – presente	SIM	32.904 brasileiros, sendo 32.857 militares atuando como tropas e oficiais de Estado-Maior (26.998 EB, 5.574 MB e 285 FAB), mais 47 policiais.
Ásia	Timor Leste	INTERFET*	set/1999 – out/1999	SIM	51 militares empregados como tropa (só EB).
		UNTAET	out/1999 – mai/2002	SIM	401 brasileiros, dos quais 378 atuaram como observadores militares, oficiais de Estado-Maior e Polícia do Exército (o efetivo da PE passou de 51 para 70) (só EB), mais 23 policiais.
		UNMISET	mai/2002 – mai/2005	SIM	503 brasileiros, sendo 488 militares (478 EB e 10 MB), mais 15 policiais. Em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125.
Europa	Ex-Iugoslávia/ Bósnia	UNPROFOR	fev/1992 – mar/1995	SIM	118 brasileiros, sendo 96 atuando como observadores militares (47 EB, 37 MB e 12 FAB), mais 22 policiais.
	Ex-Iugoslávia/ Croácia	UNCRO	mar/1995 – jan/1996	SIM	3 brasileiros, sendo 2 militares atuando como observadores militares (só EB), mais 1 policial.
		UNTAES	jan/1996 – jan/1998	SIM	9 brasileiros como observadores militares (6 EB e 3 MB).
	Ex-Iugoslávia/ Kosovo	UNMIK	jun/1999 – jun/2008	SIM	13 policiais.

Tabela 1. Missões de paz da ONU sob o Capítulo VII e a participação do Brasil (1992-2015)

A INTERFET é a única missão da tabela acima que não pode ser considerada uma "missão de manutenção da paz". Apesar disso, foi incluída por ter sido estabelecida pelo Conselho de Segurança, sob o Cap. VII, e por ter contado com a participação do Brasil.
Legenda: "EB" - Exército Brasileiro, "MB" - Marinha do Brasil e "FAB" - Força Aérea Brasileira.
Nota: Dados compilados de fevereiro de 1992 até dezembro de 2015.
Fontes: Exército Brasileiro (2015 e 2016), DPKO (vários), Fontoura (2005), Melo Neto (2015) e Morais (2015).

realidade que perdura há mais de duas décadas. A diplomacia deve assumir que o Brasil desempenha/desempenhou um papel pequeno, mas não desprezível, em um alto número de missões autorizadas sob o Capítulo VII (74% do total). Deve-se, ainda, refletir sobre o que isso significa para as posições do Brasil em foros multilaterais e para o desenho da própria trajetória brasileira nas missões da ONU.

Conclusões e Recomendações

A participação do Brasil nas missões da ONU foi analisada a partir de milhares de dados, organizados neste artigo em duas grandes categorias temáticas. Primeiro, verificou-se que o Brasil atua em missões da ONU, principalmente as missões de paz, motivado por interesses específicos (que se reflete pelo *número de brasileiros* desdobrados no terreno em um dado momento), e também por interesses gerais (que equivale ao *número de missões* com participação de brasileiros).

Foi possível identificar que a intensidade do apoio brasileiro à ONU variou de acordo com interesses específicos (o Brasil só enviou tropas para missões em países prioritários para a sua política externa), mas

Foto ONU/sem autor

Brasil conclui o rodízio do 7º contingente na UNEF I (1961).

também há evidências de preocupação com interesses gerais, como a participação em missões que produzissem bens públicos globais.

Segundo, verificou-se que é fundamental realizar uma nova reflexão sobre as posições oficiais acerca do uso da força em missões da ONU regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente), sobretudo as que contam com o apoio de brasileiros, em função de uma práxis militar existente há 25 anos. Nos próximos anos, deve-se esperar por um aumento – ou no mínimo a permanência – do número de missões autorizadas sob o Capítulo VII. Assim, é fundamental que o Brasil reflita sobre a sua própria participação em missões sob esse Capítulo, e também sobre a eventual necessidade de realinhamento entre discurso e prática, a fim de fortalecer a sua própria posição nos foros de paz e segurança internacional. É importante definir, por exemplo, se a MINUSTAH corresponde a um precedente ou uma exceção.

Ao longo do artigo, receberam destaque três padrões de comportamento que perpassam diferentes governos e que, por isso, representam indícios de políticas de Estado. Devem, portanto, ser considerados em futuros processos de tomada de decisão:

A participação com tropas (missões coletivas) só ocorreu em três eixos prioritários: Haiti, Líbano e países lusófonos (com destaque a Angola e Timor Leste e, em menor escala, Moçambique). As demais contribuições do Brasil a missões de paz, salvo raras exceções, ocorreram e ainda ocorrem por meio de desdobramento de indivíduos;

A busca pela diversificação nas missões apoiadas por brasileiros é relevante e tem início nos anos 2000. Em dezembro de 2015, o país tinha representantes em 9 das 16 missões de paz coordenadas pelo DPKO, o que corresponde a 56,3%; e

Há pelo menos 25 anos o Brasil envia nacionais (militares e policiais) para missões da ONU regidas pelo Capítulo VII. Houve/há representação brasileira em 74% das missões dessa natureza.

A análise da trajetória brasileira indica que não é possível voltar aos padrões anteriores aos da década de 1990 sem altos custos políticos. Os dados evidenciam que, nos últimos 25 anos, e principalmente a partir dos anos 2000, o Brasil alcançou um perfil internacional tão elevado que não pode diminuí-lo drasticamente sem que isso afete a própria dinâmica atual da paz e segurança. Além disso, ficariam frustradas as expectativas individuais e globais sobre as contribuições do Brasil, construídas em larga medida a partir do sucesso de sua participação em missões de paz ao longo da última década. Como consequência, isso também afetaria a reputação brasileira, bem como a própria projeção de *soft power* por parte do Brasil.

O artigo, como um todo, apresenta a trajetória brasileira com altos e baixos, imperfeições e incoerências, com a certeza de que as análises quantitativas e qualitativas sobre passado e presente contribuem para a qualificação do debate e para a tomada de decisão no futuro.

Eduarda Passarelli Hamann é Coordenadora do Programa de Consolidação da Paz do Instituto Igarapé. É advogada, e possui mestrado e doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), obtidos em 2002 e 2007 respectivamente. Trabalhou como consultora em várias instituições brasileiras e internacionais, governamentais e não governamentais, como o Banco Mundial, Viva Rio, Canal Futura e Ministério de Desenvolvimento Social (governo brasileiro). Tem experiência como professora de graduação no IRI/PUC-Rio e de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Cândido Mendes.

Notas Explicativas

1. Agradeço imensamente pelos subsídios compartilhados pela 5ª SubChefia do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Também agradeço pelo apoio recebido de Renata Giannini, Maiara Folly e Pedro Maia, a quem não se pode atribuir qualquer responsabilidade pelo conteúdo do presente artigo.

2. A 1ª missão da ONU com participação de brasileiros foi aprovada pela Assembleia Geral no final de 1947, mas os brasileiros só chegaram no terreno em meados de 1948. A contagem tem início, portanto, na aprovação da missão e na decisão de enviar brasileiros, e não no desdobramento em si.

3. Dados até dezembro de 2015.

4. Entre maio de 1965 e setembro de 1966, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz, missão da OEA, com três contingentes de aproximadamente 1.000 militares cada (3 batalhões de infantaria e 3 companhias de fuzileiros navais), totalizando cerca de 3.330 tropas desdobradas, em rodízio, ao longo de 16 meses. Foi a única operação da OEA que contou com a participação de tropas brasileiras. As demais receberam, e algumas ainda recebem, o apoio de militares brasileiros em missão individual.

5. Ao todo, houve/há mulheres brasileiras (policiais e militares) em 7 missões, desdobradas em 6 países: MINUSTAH (Haiti), UNIFIL (Líbano), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul), UNMISET/UNMIT (Timor Leste) e UNOCI (Côte d'Ivoire).

6. DPKO (vários anos).

7. Entrevistas com alguns militares do Exército indicaram que há, sim, veteranos mas não se sabe quantos são. No caso dos policiais, dos 423 profissionais com experiência em missões da ONU, 55 participaram de 2 ou mesmo 3 missões diferentes (Exército Brasileiro 2016).

8. O Capítulo VII da Carta da ONU diz respeito à ação coletiva, de todos os membros da organização, em situações de ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Entre os instrumentos que podem ser autorizados estão as sanções, os embargos e também as controversas missões que autorizam o uso da força a despeito do consentimento das partes beligerantes. As últimas são fonte de polêmica entre um grande número de Estados-Membros, inclusive para o Brasil.

9. Segundo Aguilar (2015), há vários benefícios em participar das missões da ONU, a exemplo de: (1) manter parte do efetivo adestrada em ambiente de conflito; (2) renovar os equipamentos; (3) de receber, no nível individual, um aporte financeiro extra uma vez desdobrado; (4) aprimorar a doutrina militar devido à convivência com tropas de diferentes países; entre outros.

10. Por "número significativo" entende-se o emprego de no mínimo um batalhão (de 600 a 1.000 militares).

11. ONU/DPKO (2015a).

12. ONU/DPKO (2015b).

13. Não foi possível obter informações sobre o número de especialistas civis brasileiros, autorizados e desdobrados pelo governo federal, em missões de manutenção da paz e missões políticas especiais.

14. Os números incluem as missões do DPKO, as missões do DPA e a força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança (INTERFET).

15. Entre 1989 e 2015, houve 13 missões da ONU em países lusófonos: uma em Moçambique (ONUMOZ), cinco em Angola (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, MONUA e UNMA), seis no Timor Leste (UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISET, UNOTIL e UNMIT) e uma na Guiné Bissau (UNIOGBIS). Todas as missões, exceto a última, estiveram/estão sob a coordenação do DPKO.

16. Embora a UNIFIL tenha iniciado em 1964, o Brasil só começou a participar em 2011.

17. O Brasil desdobrava um batalhão de infantaria (aprox. 800), uma companhia de engenharia (200), dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes), além de cerca de 40 oficiais do Estado-Maior. Também contou com um pequeno número de observadores policiais e militares (Brasil 2015).

18. O ponto fora da curva é a UNEF I (1957-1967), que pode ser considerada sui generis e parece ter merecido tanto apoio por parte do Brasil unicamente por ter sido a primeira missão de paz da ONU.

19. A INTERFET não é uma missão de manutenção da paz, de maneira que não foi incluída no cômputo do DPKO. Foi, porém, autorizada pelo Conselho de Segurança com mandato sob o Capítulo VII, de modo que é incluída na análise como "missão da ONU" e não como "missão de manutenção da paz" ou "missão sob coordenação do DPKO". A INTERFET contou com um pelotão da Polícia do Exército (50 militares). A UNTAET contou com observadores militares, oficiais do Estado-Maior e um pelotão da PE (50, que posteriormente aumentou para 70). Os militares que estavam na UNTAET foram incorporados à UNMISET e, em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125 (uma companhia) (Brasil 2015).

20. O Brasil foi o primeiro país do sul global a assumir o comando da força naval.

21. Entre set./13 e out./15, o Brasil manteve militares na República Democrática do Congo (MONUSCO): além do Force Commander (Gen. Div. Carlos Alberto dos Santos Cruz), também foram desdobrados oficiais do Estado-Maior (6 oficiais entre set./2013 e ago./2014 e 5 entre nov./14 e out./15).

22. O número total de missões do DPKO em dez./2000 é o mesmo de dez./2015 (16 missões).

23. Fontoura (2005), p. 277.

24. São três episódios emblemáticos, ocorridos quando o Brasil exercia mandatos de membro não permanente no CSNU.

25. O Brasil estava no CSNU quando a crise em Ruanda escalou (1993-1994) e assumiu a posição de defender o uso da força para frear o genocídio. Ver Hamann (2012), Hermann (2011) e Britto (2012).

26. Ver os seguintes discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU: Embaixador Valle, na reunião n. 4990 (14 jun 2004); Emb. Ronaldo Sardenberg, na reunião n. 5209 (21 jun 2005); Emb. Maria Luiza Ribeiro Viotti, na reunião n. 6066 (14 Jan 2009) e Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6216 (11 nov 2009).

27. Ver o discurso da Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6151 do CSNU (26 jun 2009).

28. Para o discurso na íntegra, ver Brasil (2011a). Ver também Brasil (2011b).

29. Ver a resolução que cria a INTERFET (S/RES/1264), disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/264/81/PDF/N9926481.pdf?OpenElement.

30. O Gen Div Santos Cruz comandou a MONUSCO entre jun./2013 e dez./2015.

Referências

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz (2015). "A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro". *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2 (Mar 2015). http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/20231/18133.

BRASIL (2011a). Discurso feito pela presidente Dilma Rousseff, na abertura da 66ª sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU, em 21 set. Disponível em português em: http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BR_pt.pdf.

_____ (2011b). Ministério das Relações Exteriores - Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. "Letter dated 9 November 2011 from the permanent representative of Brazil to the United Nations addressed to the secretary general" (A/66/551 e S/2011/701). Nova Iorque, 11 Nov. 2011. Disponível em: www.un.int/brazil/speech/ConceptPaper-%20RwP.pdf.

BRITTO, Andréa. (2012), "A tradição da continuidade: análise do lançamento do conceito de responsabilidade ao proteger pela diplomacia brasileira".

EXÉRCITO BRASILEIRO (2015). 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. Base de dados com o número total de militares brasileiros (das três Forças Armadas) que participaram de todas as missões da ONU e da OEA (atualizada até dezembro de 2015).

EXÉRCITO BRASILEIRO (2016). IGPM/COTER – Inspetoria Geral das Polícias Militares do Comando de Operações Terrestres. Base de dados com o número total de policiais militares brasileiros que participaram de todas as missões da ONU (atualizada até fevereiro de 2016).

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarrisse da. (2005). "O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas". Brasília: IRBr e FUNAG.

HAMANN, Eduarda (2012). "Brazil and R2P: A Rising Global Player Struggles to Harmonise Discourse and Practice". In: "The Responsibility to Protect – from evasive to reluctant action? The role of global middle powers". Hans Seidel Foundation, Konrad-Adenauer Stiftung, Institute for Security Studies and South African Institute of International Affairs. www.kas.de/wf/doc/kas_32598-1522-1-30.pdf?121102092609.

HERMANN, Breno. (2011), "Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro". Brasília: FUNAG.

MELO NETO, Sergio Carrera de A. (2015). Entrevista do Maj PMDF Carrera à autora, concedida em agosto.

MORAIS, Marco Antonio dos Santos (2015). Operações de Paz: a evolução histórica da OU, da Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e a participação da Brigada Militar. Porto Alegre: Imprensa Livre.

ONU/DPKO - *Department of Peacekeeping Operations* (2015a). "Peacekeeping Factsheet". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml.

_____ (2015b). "Post-Cold War surge". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/operations/surge.shtml.

_____ (vários). "Monthly Contributions", com dados obtidos mensalmente, entre novembro de 1990 até dezembro de 2015.

Discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU (seleção):

Reunião n. 4990 (14 jun 2004): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4990.

Reunião n. 5209 (21 jun 2005): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.5209.

Reunião n. 6066 (14 jan 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6066.

Reunião n. 6151 (26 jun 2009) www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6151.

Reunião n. 6216 (11 nov 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6216%28Resumption1%29.

(Imagem cedida pelo 2º Sgt Chad J. McNeeley, Marinha dos EUA)

O Alte Mike Mullen, então Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, dirige-se aos professores e alunos do U.S. Army CGSC, no Forte Leavenworth, Kansas, 04 Mar 10.

Uma Educação Rigorosa para um Futuro Incerto

Cel Francis J. H. Park, Exército dos EUA

Em um artigo sobre a Universidade do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), a *Army University*, publicado na edição em inglês de Julho-Agosto de 2015 da *Military Review*, o Gen Div Robert B. Brown, Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, declara: "Nosso atual sistema [educacional do Exército] é inadequado para enfrentar a crescente complexidade, volatilidade e incerteza do ambiente de segurança do século XXI"[1]. Caso não seja atualizado, o sistema de

ensino profissional militar do Exército dos EUA não estará à altura dos desafios que a Força e seus líderes enfrentarão no futuro. A criação de uma estrutura educacional para melhor desenvolver pensadores críticos e criativos no Exército não constitui um ônus para a Força. Ao contrário, é um investimento de longo prazo em sua saúde. Representa um componente fundamental para possibilitar a educação, que é, nas palavras do Gen Brown, a "cobertura de risco estratégica de investimento mais confiável que o Exército pode fazer diante de um futuro incerto"[2].

Os comandantes de brigada de 2025 estão ingressando no U.S. Army Command and General Staff College (CGSC) este ano. Aumentar o rigor do ensino profissional militar, um dos objetivos da recém-criada *Army University*, oferece um método para desenvolver a "cobertura de risco" estratégica do Exército dos EUA[3]. Um elemento dessa cobertura é um rigoroso programa de Ensino de Nível Intermediário (*Intermediate-Level Education — ILE*), que selecione, eduque e designe oficiais de modo a maximizar a capacidade intelectual da Força, além da instrução e experiência tática. Para isso é preciso questionar duas premissas implícitas do sistema tradicional: a de que todos os oficiais estejam aptos a concluir o ILE e a de que a seleção por uma comissão seja mais importante do que a formação para avaliar o potencial para promoção. Conforme as unidades de escalões inferiores se depararem com circunstâncias que a instrução e experiência tática não possam resolver, um ILE mais rigoroso lhes proporcionará uma espécie de "seguro" contra as incógnitas que enfrentarão.

O Estado do Ensino de Nível Intermediário

O Exército experimentou diversas abordagens, ao longo do tempo, para oferecer um ILE de alta qualidade, que atenda às necessidades da Força. De 1946 a 2004, a admissão ao curso presencial do ILE era decidida por uma Comissão de Escola de Comando e Estado-Maior (*Command and Staff College — CSC*), que selecionava por volta dos 50% melhores da turma sendo considerada naquele ano, para cursarem, presencialmente, o CGSC, a escola de uma das demais Forças Singulares ou uma escola de estado-maior estrangeira[4]. Os oficiais que não recebessem os benefícios dessa educação consideravam o fato de não terem sido selecionados como um elemento discriminador negativo, que os levava a crer, por sua vez, que suas perspectivas para permanecer na Força futuramente não eram boas[5].

Para lidar com essa discrepância em instrução e suas percepções culturais, e em conformidade com as recomendações constantes do documento *Army*

(Imagem cedida pelo U.S. Army Command and General Staff College)

O Cel Douglas C. Cardinale, Diretor da Escola de Comando e Estado-Maior, U.S. Army CGSC, dirige-se à turma de 2016 pela primeira vez em 06 Ago 15, no Auditório Eisenhower, Forte Leavenworth, Kansas.

Training and Leader Development Panel Officer Study Report to the Army ("Relatório do Estudo de Oficiais elaborado pela Comissão de Adestramento e Desenvolvimento de Líderes do Exército dos EUA", em tradução livre), publicado em 2003, a Força instituiu a participação geral e presencial no curso essencial comum, ou *core*, do ILE no Forte Leavenworth e em diversos campi "satélites*"[6]. Em seguida, os oficiais nas Armas "Básicas**" concluíam o ILE com o Curso de Operações Avançadas de Combate (*Advanced Operations Warfighting Course*) — posteriormente, Curso de Operações Avançadas (*Advanced Operations Course — AOC*) — no Forte Leavenworth ou pelo Ensino a Distância, enquanto os oficiais de Áreas Funcionais concluíam o ILE com seus respectivos cursos de qualificação. Essa abordagem, aliada aos requisitos operacionais do Exército dos EUA, gerou alguns desafios à efetividade.

Quando o Exército começou a crescer em 2004, para atender às necessidades de tempo de guerra, sua demanda cada vez maior por oficiais superiores resultou em prazos mais curtos de promoção e comissões menos seletivas. Os oficiais tinham menos oportunidades para participar de missões voltadas a diversificar sua experiência. Gradualmente, o constante rodízio de forças por zonas de combate — embora proporcionasse

[Notas do Tradutor:
*O campus satélite é semelhante ao conceito do "campus fora de sede" no sentido de ser um campus secundário, situado em área diferente da localidade da sede. Contudo, existem diferenças quanto às regras relativas a níveis de autonomia e localização, já que os campi satélites das universidades norte-americanas podem estar situados em um outro Estado ou até mesmo país.
**No Exército dos EUA, as Armas, Quadros e Serviços "Básicos" são: Infantaria, Blindados, Artilharia; Engenharia; Comunicações; Pessoal; Intendência; Finanças, Material Bélico; Corpo Químico; Transporte; Polícia do Exército; e demais armas, quadros e serviços básicos que o Secretário considerar necessários (*Title 10, United States Code: Armed Forces*). Além disso, o documento *Department of the Army Pamphlet 611–21, Military Occupational Classification and Structure* (revisado em 26 Abr 12) os especifica conforme segue: Departamento de Pessoal, Artilharia de Defesa Antiaérea, Blindados, Aviação, Corpo Químico, Assuntos Civis, Engenharia, Artilharia de Campanha, Finanças, Infantaria, Inteligência Militar, Polícia do Exército, Material Bélico, Operações Psicológicas, Intendência, Comunicações, Forças Especiais, Transporte e aqueles para os quais o Comando de Recursos Humanos do Exército dos EUA-Alexandria exerça funções de gestão de designação de pessoal.]

uma base sólida em tática e comando no escalão Unidade e abaixo — deixou pouco tempo para que a maioria dos oficiais adquirisse a base doutrinária e teórica no combate de armas combinadas acima do escalão Unidade[7].

A separação entre o curso essencial, ou *core*, e o AOC impeliu a maioria dos oficiais das Áreas Funcionais e das Armas "Especiais" [que abarcam os Quadros do Serviço de Saúde, o Quadro de Capelães Militares e o *Judge Advocate General Corps* (advogados do Exército) do Exército dos EUA — N. do T.] para os campi satélites, bloqueando seu acesso a outros programas eletivos, resultantes em identificadores de habilidades adicionais [além da qualificação militar principal; ASI, na sigla em inglês — N. do T.], como, por exemplo, Estudos Estratégicos, Poder de Fogo Conjunto, Historiador, Segurança Interna e Operações Espaciais[8]. Reduziu-se, com isso, o intercâmbio de conhecimentos que resultava, anteriormente, da existência de uma população diversificada de alunos, com uma variedade de experiências, entre oficiais oriundos das Armas "Básicas", Áreas Funcionais e Armas "Especiais".

Outro desafio diante do ILE é que ele precisa servir como "um curso para os próximos dez anos". Considerando os rigorosos índices de seleção das instituições de pós-graduação das Forças Armadas, apenas um pequeno número de alunos do ILE chegará a cursar uma Escola de Guerra, fazendo dele a única formação estratégica para a maioria dos oficiais. Os verdadeiros requisitos de formação estratégica do Exército dos EUA — especialmente em forças-tarefas conjuntas e comandos combatentes — ultrapassam, em muito, o investimento da Força no fornecimento desse tipo de instrução[9]. Se os oficiais tiverem uma experiência limitada acima do nível tático antes de iniciar o ILE e, então, cursarem um currículo com pouca ou nenhuma instrução de nível estratégico, terão dificuldades para obter uma proficiência sólida em operações militares além das táticas. Infelizmente, os concludentes do ILE incapazes de compreender a condução da guerra acima do nível tático constituem um risco para seus futuros comandos.

Em 2015, o desempenho acadêmico no ILE tinha pouca influência na colocação de um oficial após a formatura. Antes de 2011, mais ou menos na época em que o Exército atingiu seu efetivo total máximo de tempo de guerra, o CGSC não utilizava a classificação "ultrapassou os padrões do curso" no relatório de avaliação acadêmica. Essas circunstâncias contribuíram para uma tendência semelhante à "Lei de Gresham", de disparo na demanda pelos concludentes, relativamente escassos e mais valiosos, dos Programas de Estudos Militares Avançados (*Advanced Military Studies Programs — AMSP*), como a School of Advanced Military Studies (SAMS). Diferentemente dos companheiros que cursavam apenas o ILE, os concludentes dos AMSP eram admitidos por meio de um processo seletivo formal[10]. A demanda por estes últimos não representava uma aprovação dos AMSP, e sim uma crítica tácita ao ILE.

O Exército pode melhorar o ILE para atender às necessidades da Força, em conformidade com os objetivos da *Army University*. A criação de um ILE mais rigoroso, que prepare os oficiais para os desafios que enfrentarão, implica quatro mudanças:

1. Um exame de admissão e a exigência de uma pontuação mínima no Teste Geral Revisado do *Graduate Record Examination* (GRE) para cursar o ILE em Leavenworth. [O GRE é um exame amplamente utilizado nos processos seletivos dos programas de pós-graduação das universidades norte-americanas — N. do T.]
2. Uma comissão de CSC mais seletiva.
3. Um modelo de desligamento para o ILE.
4. O ILE como ferramenta de colocação.

Mudança Nr 1: Um Exame de Admissão e o Teste Geral do GRE para Cursar o ILE em Leavenworth

A primeira mudança proposta seria instituir um exame de admissão para os que desejassem cursar o ILE em Leavenworth ou em um campus satélite (Forte Belvoir, Forte Gordon ou Forte Lee). Essa não é uma proposta nova: a Força-Tarefa do Sistema de Gestão Profissional de Oficiais XXI propôs um exame em 1997, como também o fez o Gen Div (Res) Leonard D. Holder, depois de deixar a função de Comandante do CGSC, em um artigo publicado em 1998 na revista *Joint Force Quarterly*, com o co-autor Williamson Murray. A justificação fornecida para os exames de admissão era vincular o ingresso no curso a padrões acadêmicos como um pré-requisito para o ensino profissional militar, em vez de selecionar apenas com base no histórico de designações, reputação e avaliações[11].

Holder e Murray citaram, especificamente, crenças arraigadas de que a aprendizagem em cursos do ensino

profissional militar era algo secundário à percepção de que frequentá-los era uma recompensa pelo desempenho anterior do oficial e uma oportunidade para relaxar. Essas atitudes refletiam uma cultura de anti-intelectualismo por parte de muitos oficiais que cursavam o CGSC em Leavenworth, uma tendência que as pesquisas recentes continuam a observar[12].

Um exame de admissão avaliaria e selecionaria com base em conhecimentos, habilidades e atributos militares gerais e específicos da respectiva Arma, Quadro ou Serviço, além de habilidades acadêmicas básicas. A admissão ao curso em Leavenworth ou em um campus satélite exigiria uma pontuação mínima no exame, que seria aplicado anualmente. Os que desejassem fazer o curso em Leavenworth também teriam de enviar sua pontuação no GRE, no mesmo nível do padrão utilizado em instituições de pós-graduação civis[13].

A seleção de alunos com base em habilidades básicas em combate de armas combinadas, acadêmicas e de redação reduziria a necessidade de que o CGSC mantivesse um programa de apoio voltado a dificuldades de escrita. Possibilitaria que a instrução começasse a partir de uma linha-base de conhecimento mais elevada, aumentando o nível geral para os alunos. Isso reduziria a carga de trabalho adicional para os instrutores em Leavenworth e seus campi satélites, que estão ensinando habilidades básicas para alunos mal qualificados para o trabalho no nível de pós-graduação. Como parte dessa mudança, a conclusão de um mestrado em Artes e Ciências Militares seria obrigatória para todos em Leavenworth. Ao ser aprovado no exame de admissão e atender aos critérios de seleção baseados no GRE, cada aluno demonstraria ter a aptidão para um programa de dissertação de pós-graduação, o que representaria um passo em direção a eliminar a diferença em prestígio, observada pelo Gen Brown, entre as instituições acadêmicas do Exército e as do segmento civil. Esse requisito também resultaria em uma fonte maior de estudos originais sobre temas de especial interesse para o Exército dos EUA, porque mais oficiais estariam conduzindo pesquisas[14].

Exigir que todos os alunos em Leavenworth sejam aprovados em um exame de admissão e obtenham uma pontuação mínima no GRE e, então, concluam um mestrado em Artes e Ciências Militares para se formarem provavelmente levaria alguns oficiais a se inscreverem nos campi satélites de ILE. Isso beneficiaria todos os grupos, porque a distribuição resultante de alunos incentivaria o intercâmbio de conhecimentos entre oficiais de todas as Armas em todos os campi, em vez de reservar a participação no ILE em Leavenworth quase exclusivamente aos oficiais com um fluxo de carreira voltado ao comando. Além disso, os campi satélites atenderiam melhor às necessidades individuais quanto a datas e horários, caso um aluno em potencial não pudesse frequentar o curso em um certo ano ou iniciá-lo naquele verão.

Mudança Nr 2: Uma Comissão de CSC Mais Seletiva

A segunda mudança seria tornar a comissão de CSC, que foi restabelecida em 2012, mais seletiva. Em vez da prática atual, em que uma comissão seleciona os 60% melhores da turma correspondente a um único ano, o Exército deveria selecionar uma elite de capacidades[15]. A porcentagem da população admissível que frequentaria o curso em Leavenworth talvez chegasse a apenas 30%, considerando os dois critérios, de um exame de admissão e da pontuação no GRE.

Os oficiais que desejassem fazer o curso em Leavenworth só poderiam ser considerados após obterem a pontuação exigida no exame de admissão e no GRE, sem dispensas. A comissão de CSC selecionaria, então, os oficiais mais bem qualificados para a admissão. Esse processo levaria em consideração tanto a aptidão acadêmica quanto o desempenho e o potencial, conforme expressos por avaliações do oficial e relatórios de avaliação acadêmica. Essa seleção é particularmente importante para áreas de especialização como as áreas funcionais 48 (especialista em serviço exterior), 49 (pesquisa de operações e análise de sistemas), 50 (gestão da força), 52 (pesquisa e operações nucleares) e 59 (estrategista), em que até mesmo um excelente comando de companhia não constitui uma garantia de futuro sucesso.

Os oficiais que não desejassem cursar o mestrado em Artes e Ciências Militares, caso selecionados pela comissão, concluiriam o currículo essencial comum do ILE em uma localidade satélite. Os oficiais nas localidades satélites estariam sujeitos ao mesmo padrão de exame de admissão que os alunos em Leavenworth, mas não precisariam enviar resultados do GRE. Alguns deles já teriam diplomas de pós-graduação

antes do ILE, enquanto outros decidiriam não cursar um programa de pós-graduação por outras razões. Após concluírem o currículo essencial comum do ILE em uma localidade satélite, os oficiais das Armas "Básicas" cursariam o AOC por meio do ensino a distância, ao passo que os oficiais das Áreas Funcionais estariam aptos a iniciar seus cursos de qualificação imediatamente depois do curso essencial comum, sem terem de esperar até a conclusão do AOC.

Uma comissão de CSC mais seletiva ofereceria outras oportunidades. Primeiro, não impediria que um oficial cursasse a SAMS (Escola de Estudos Militares Avançados) ou programas equivalentes nas demais Forças Singulares, que são cursos voluntários, que não dependem de nenhuma comissão de seleção centralizada do Exército (não dependendo, portanto da comissão de CSC)[16]. Segundo, os alunos nos campi satélites teriam maior flexibilidade para começar o curso essencial comum do ILE, em vez de terem uma oportunidade por ano apenas, como no caso do curso em Leavenworth. A disponibilidade de várias datas de início durante o ano, seguida da conclusão do AOC ou do curso de qualificação da Área Funcional relevante, proporcionaria um fluxo de concludentes do ILE à Força ao longo do ano. A terceira, e quiçá mais intangível, oportunidade criada por uma comissão de CSC extremamente seletiva seria prevenir que os campi satélites fossem considerados um local de "despejo" para oficiais menos qualificados. A seleção de oficiais que houvessem frequentado cursos satélites do ILE para o comando e estudos futuros por comissões seletivas centralizadas também ajudaria a prevenir possíveis estigmas.

Mudança Nr 3: Um Modelo de Desligamento para o ILE

Um método para aumentar o rigor do ensino profissional militar, em conformidade com um dos objetivos da *Army University*, seria reduzir, significativamente, os obstáculos ao cancelamento da matrícula de um aluno que não atendesse aos padrões acadêmicos. Com base em minha experiência com diferentes equipes durante um período de dois anos em que lecionei no Forte Leavenworth e no Forte Lee, observei a existência de um consenso informal entre os professores quanto ao fato de que alguns alunos, por não haver nenhum mecanismo de seleção, apresentavam habilidades acadêmicas muito aquém dos padrões necessários para o estudo no nível de pós-graduação. A presença desses alunos mais fracos às vezes obrigava os instrutores a ensinar o mínimo denominador comum de conhecimento. Isso ficava bastante aparente durante a instrução em grupo, em disciplinas como o planejamento deliberado [para situações de contingência — N. do T.]. A expressão "nenhum major será deixado para trás" [trocadilho baseado em um

(Imagem cedida pelo U.S. Army Command and General Staff College)

Alunos do U.S. Army Command and General Staff College participam de uma aula em 23 Set 14 no Centro Lewis and Clark, Forte Leavenworth, Kansas.

programa federal norte-americano, relacionado ao ensino fundamental — N. do T.] disseminou-se entre os alunos, refletindo a impressão amplamente difundida de falta de rigor e de concludentes de ILE claramente menos capazes que os de antes de 2004[17].

O atual padrão do CGSC coloca os alunos em um período "probatório", caso recebam um conceito final de C+ ("abaixo da média", variando de 78 a 79,99) ou U ("insatisfatório", abaixo de 70) em uma disciplina. Exige-se uma comissão de avaliação acadêmica, no caso de uma terceira nota final C+, C ("mínima", entre 70 e 77,99) ou abaixo; ou de uma segunda nota U[18]. Qualquer nota U exige uma recuperação antes da conclusão do curso, mas também coloca tal aluno em desvantagem, por ter de retomar os materiais da disciplina em que foi reprovado, enquanto tenta acompanhar o ritmo dos colegas de turma.

Em vez do atual sistema, o aluno que recebesse duas notas finais de C+ ou C ou qualquer nota U ao terminar uma disciplina deveria ter sua matrícula naquela fase do ILE cancelada imediatamente, sem prejuízo a seus demais direitos. Em vez de gastar tempo e energia em comissões de retenção acadêmica para conservar alunos que apresentem um fraco desempenho e que talvez nunca alcancem seus colegas em termos intelectuais, educacionais ou profissionais, essas comissões só deveriam ocorrer em circunstâncias realmente atenuantes. Os que desejem concluir o ILE precisam começar seus estudos com suficientes habilidades acadêmicas, profissionais e de comunicação para atender aos padrões, sem exceção.

Os efeitos agregados de um modelo de desligamento de curso no ensino profissional militar, acrescidos a rigorosos critérios de admissão, desafiariam os alunos ao criarem um ambiente intelectualmente rigoroso, para promover maior autodisciplina. Um modelo de desligamento também contribuiria para resolver a diferença de prestígio mencionada pelo Gen Brown.

Mudança Nr 4: O ILE como Ferramenta de Colocação

Outra norma cultural do Exército dos EUA com respeito ao ILE é a de que o tempo dedicado ao estudo é um descanso dos deveres, em vez de consistir em uma preparação para futuras responsabilidades. Um indício dessa norma é a expressão "só é muita leitura para quem ler", um comentário comum entre os alunos do ILE[19]. A prevalência dessa expressão também reflete a relativa falta de importância dada às notas em cursos do ILE, validando a observação de Brown quanto a uma abordagem herdada da "Era Industrial", voltada à produção em massa de forças[20].

Em vez disso, o desempenho acadêmico deveria ser um importante fator na designação de funções após a conclusão do ILE. O documento *Army Vision* ("Visão do Exército") de 2015 determina que o Exército dos EUA deve "comprometer-se com políticas de pessoal que melhor desenvolvam e administrem seus militares e civis, a fim de otimizar o desempenho individual, atender melhor às necessidades de alocação de pessoal e assegurar a saúde e bem-estar da Força"[21].

Vincular o desempenho acadêmico no ILE a futuras designações seria um passo significativo para promover todos esses objetivos e, ao mesmo tempo, lidar com as atuais normas culturais que desvalorizam as notas no ILE. Também exigiria adaptar as políticas de pessoal para levar em consideração essas notas, incluindo o redirecionamento de oficiais que apresentassem uma queda significativa no desempenho acadêmico durante o ano. O atrito resultante da implantação desse sistema seria compensado pelos ganhos que seriam obtidos com a alocação de concludentes do ILE com determinadas habilidades e desempenho acadêmico às unidades que mais as necessitassem. Atrelar o desempenho dos alunos do ILE às designações subsequentes também forneceria um incentivo tangível para que eles maximizassem seu esforço durante o curso.

O Benefício

Os desafios da complexidade e da incerteza no ambiente de segurança atual e futuro, aliados aos efeitos em cascata do desenvolvimento de líderes sobre o resto da Força, requerem que o Exército dos EUA tenha a coragem de preparar os oficiais intelectualmente para enfrentá-los. Revitalizar o lugar que o CGSC ocupa no ensino profissional militar é um passo crucial para preparar a Força para o futuro, por meio tanto de seus alunos quanto de seus instrutores.

Mudar o sistema ofereceria alguns benefícios imediatos. Primeiro, um exame de admissão e a pontuação no GRE, aliados a uma comissão de seleção, identificariam e serviriam melhor àqueles oficiais mais aptos a se beneficiarem dos recursos singulares disponíveis em Leavenworth. A quantidade de alunos nos campi

satélites, após aprovação no exame de admissão e pela comissão de seleção, seria, necessariamente, maior que a dos alunos em Leavenworth. Entretanto, a distribuição dos oficiais mais bem qualificados, provenientes de todas as Armas, Quadros e Serviços, por todas as localidades do ILE beneficiaria a Força como um todo. Isso transformaria o ILE em uma verdadeira Escola de Armas Combinadas para todos, e não apenas para os alunos em Leavenworth.

Além disso, espalhar o talento nos diferentes tipos de ILE introduziria a diversidade entre os alunos que cursassem os AMSP. Os concludentes desses programas de segundo ano têm incluído oficiais provenientes de Leavenworth, de escolas de comando e estado-maior das demais Forças Singulares e de países aliados, assim como alunos que concluíram o ILE inteiramente por meio do ensino a distância. A distribuição de concludentes dos AMSP, inicialmente em divisões e corpos de exército, ampliou-se de modo proporcional à expansão da SAMS no início dos anos 2000. A atual distribuição de concludentes desses programas inclui quase 40 requisições adicionais, cuja maioria consiste em posições de reforço em forças-tarefas conjuntas e comandos no âmbito de teatro de operações. A contínua demanda por concludentes dos AMSP, aliada ao fato de que nem todos os alunos do ILE de Leavenworth se inscrevem em tais programas, indica que eles continuarão a atrair candidatos oriundos de todos os tipos de ILE[22].

O estabelecimento de uma linha-base de qualidade por meio de um exame de admissão, seguido da identificação dos maiores talentos no universo de candidatos por meio de uma comissão de seleção, pagaria dividendos no longo prazo. Aumentar o rigor dessa forma distinguiria oficiais com um desempenho superior dos meramente competentes, ao mesmo tempo que advertiria os que não estivessem preparados para servir acima do nível tático. O rápido cancelamento da matrícula de alunos com um mau desempenho no ILE, sem prejuízo a seus demais direitos, serviria como um fator catalisador para que aqueles que precisassem de recuperação a buscassem, ao mesmo tempo que eliminaria das fileiras os que não pudessem atender aos padrões. O retorno sobre o investimento para o Exército no longo prazo, na forma de uma maior capacidade intelectual sendo devolvida à Força em decorrência de um CGSC mais rigoroso, superaria em muito os eventuais custos de oportunidade no curto prazo. A implementação introduziria um padrão de capacidade intelectual que beneficiaria toda a Força e ensinaria os oficiais a não se prenderem às suas experiências imediatas, mas a tomá-las como um ponto de partida para o desenvolvimento. O verdadeiro benefício viria com o tempo, à medida que os concludentes desse ILE reformulado aplicassem os rigores de sua formação para liderar suas unidades em meio aos desafios de um futuro incerto. ■

O Coronel Francis Park, do Exército dos EUA, é estrategista junto ao Gabinete do Comandante do Exército dos EUA, Grupo de Estudos da Operação Enduring Freedom, *Forte McNair, Washington, D.C. Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior (não presencial), o Programa de Arte Estratégica Básica do U.S. Army War College e a School of Advanced Military Studies. Concluiu o doutorado em História pela University of Kansas. Serviu, anteriormente, em missões na área de planejamento e política estratégica nos escalões divisão e força-tarefa conjunta no Iraque e no Afeganistão e no Comando de Operações Especiais do Exército dos EUA; como instrutor do ensino de nível intermediário no Forte Leavenworth, Estado do Kansas; como Chefe do Setor de Estratégia, Divisão de Planos, Conceitos e Doutrina Estratégica, Quartel-General, Operações e Planos (G-3/5) do Departamento do Exército; e como Vice-Diretor, Grupo de Ação do Comandante, Força Internacional de Assistência à Segurança.*

Referências

1. Lt. Gen. Robert B. Brown, "The Army University: Educating Leaders to Win in a Complex World", *Military Review* 95(4) (July–August 2015): p. 19.

2. Ibid., p. 22.

3. Ibid., p. 19–22.

4. Hanson W. Baldwin, "Army College Expands: Leavenworth Broadens Scope, Has 496 U.S. Officers and 52 From Abroad", *New York Times*, 17 January 1949, p. 8, apud Michael D. Stewart, "Raising A Pragmatic Army: Officer Education at the U.S. Army Command and General Staff College [CGSC], 1946–1986", (tese de doutorado, University of Kansas, 2010), p. 30; Army Regulation (AR) 350-1, *Army Training and Leader Development* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 18 December 2009), p. 71.

5. Officer Personnel Management System [OPMS] XXI Task Force, *Officer Personnel Management System XXI Study* (Washington, DC: Headquarters, Department of the Army [HQDA], 1997), p. 4-12; OPMS XXI Task Force, "OPMS XXI Precursor Study Issue Paper: Nonselection for Resident CGSC and Its Career Implications", (issue paper, HQDA, Washington, DC, 9 April 1996).

6. U.S. Army Combined Arms Center, *The Army Training and Leader Development Panel Officer Study Report to the Army* (Fort Leavenworth, KS, 2003), OS-12–OS-13, ADA415810, Defense Technical Information Center.

7. A necessidade de retomar o foco em tarefas negligenciadas anteriormente era um dos desafios de instrução do Exército, conforme descrito em John M. McHugh e Raymond T. Odierno, *A Statement on the Posture of the United States Army 2015*, presented to the 114th Congress, 1st sess. (Washington, DC: Department of the Army, March 2015), p. 7-8. Um exemplo mais imediato consiste na reorientação da 2ª Brigada de Combate, 1ª Divisão de Cavalaria, em Justin Naylor, "New 'Black Jack' Command Team Focused on Basics", U.S. Army Homepage, 14 April 2010, acesso em 15 mar. 2016, http://www.army.mil/article/37347.

8. O Curso de Estratégia de Defesa do Army War College e o Programa de Educação e Desenvolvimento Estratégico do Setor de Operações e Planos do Exército (G-3/5), conhecido anteriormente como Programa de Estrategistas de Harvard, conferem o identificador de habilidade adicional (ASI, na sigla em inglês) 6Z, o mesmo que o do fluxo de estudos estratégicos. Os concludentes do curso da Escola de Combate Conjunto e Combinado, ministrado pelo Joint Forces Staff College, recebem o ASI 3H, o mesmo que o de planejador conjunto, em Leavenworth.

9. Os requisitos para a formação estratégica são descritos em AR 350 1, "Army Training and Leader Development", 19 August 2014, p. 77.

10. U.S. Army Lt. Col. Jon Griese, former HQDA G-3/5 (Operations and Plans) functional area (FA) 59 proponent, email to author, 25 August 2015; HQDA G-3/5, periodic memoranda regarding distribution of advanced military studies program (AMSP) students (Washington, DC: HQDA G-3/5, 2005–2013). O oficial encarregado da área funcional 59 (estrategistas) na Divisão de Liderança Estratégica, G-3/5 (Operações e Planos) também é responsável pela distribuição dos concludentes de programas de estudos militares avançados (AMSP) e lida com as solicitações vindas da força por oficiais com esse perfil. O processo de candidatura a um AMSP sofreu pequenas mudanças desde o princípio do curso. Harold R. Winton, interview by Richard Mustion, 5 April 2001, U.S. Army War College Senior Officer Oral History Program, Maxwell Air Force Base, AL; School of Advanced Military Studies, *Program Guide AY 2016* (Fort Leavenworth, KS: School of Advanced Military Studies, 2015), p. 18.

11. OPMS XXI Task Force, Tab 17, "Officer Education System Revisions", dated in Annex D, "OPMS XXI Task Force Recommendations", *Officer Personnel Management System XXI Final Report*, vol. III, prepared for the Chief of Staff of the Army (Washington, DC: Headquarters, OPMS XXI Task Force, 1997); Leonard D. Holder and Williamson Murray, "Prospects for Military Education", *Joint Forces Quarterly* 18 (Spring 1998): p. 86-88.

12. Holder e Murray, "Prospects for Military Education": p. 90; Charles D. Allen e George J. Woods, "Developing Army Enterprise Leaders", *Military Review* 95, no. 4 (July–August 2015): p. 42–49; Jason Warren, "The Centurion Mindset and the Army's Strategic Leader Paradigm", *Parameters* 45(3) (Autumn 2015): p. 28–38.

13. O antigo padrão do Teste Geral de GRE para instituições de pós-graduação civis consistia em 500 em raciocínio verbal, 500 em raciocínio quantitativo e 4.0 pela escrita. Com base na tabela de conversão do ETS para resultados anteriores a 01 Ago 11, a atual pontuação do Teste Geral do GRE é 143 para a seção verbal, 147 para a quantitativa e 4.0 para a escrita.

14. O U.S. Army War College publica uma lista de temas estratégicos de especial interesse para o Exército dos EUA anualmente, chamada *Key Strategic Issues List* ("Lista de Questões Estratégicas Principais"). O CGSC é credenciado pela entidade North Central Association of Colleges and Schools para conferir títulos de mestrado. O componente do credenciamento que seria afetado por um aumento no número de títulos de mestrado em Artes e Ciências Militares sendo conferidos é denominado Core Component 2b, "The organization's resource base supports its educational programs and its plans for maintaining and strengthening their quality in the future", U.S. Army CGSC, CGSC Bulletin 933, CGSC Accreditation Program, 14 July 2011, p. 16.

15. As comissões de seleção de CSC baseada em mérito foram reinstituídas pelo Secretário do Exército John McHugh, memorandum to Principal Officials of Headquarters, Department of the Army, et al., Army Directive 2012-21, Optimization of Intermediate-Level Education, 14 September 2012.

16. O processo de candidatura à SAMS inclui um exame de admissão escrito mais longo que as seções verbal e de redação do GRE.

17. O rótulo de "nenhum major deixado para trás", uma expressão comum entre os alunos (incluindo os do próprio autor) e concludentes do CGSC, quando a participação presencial geral era regra, deve-se à impressão de que houve uma diminuição dos padrões a fim de comportar uma população maior de oficiais frequentando o ILE presencialmente, na falta de uma comissão de seleção. Tanya Biank, *Undaunted: The Real Story of America's Servicewomen in Today's Military* (New York: NAL Caliber, 2013), p. 170.

18. U.S. Army CGSC, CGSC Bulletin 903, *Command and General Staff College Academic Performance, Graduation and Awards Policies and Procedures* (Fort Leavenworth, KS: U.S. Army CGSC, 30 January 2012), p. 9.

19. Thomas E. Ricks, "A Field Grade Army Officer on What the Problem is with U.S. Military Education", Foreign Policy online, 11 December 2014, accessed 15 March 2016, http://foreignpolicy.com/2014/12/11/a-field-grade-army-officer-on-what-the-problem-is-with-u-s-military-education/.

20. Brown, "The Army University: Educating Leaders to Win in a Complex World": p. 19–20.

21. John M. McHugh and Raymond T. Odierno, *The Army Vision* (Washington: Headquarters, Department of the Army, 2015), p. 7.

22. Jon Griese, email to author; HQDA G-3/5, memoranda regarding distribution of AMSP students.

(Cb Franklin R. Ramos/ Força Aérea dos EUA)

O Sgt Jerome Duhan da Força Aérea dos EUA, um administrador de rede de computação do 97º Esquadrão de Comunicações, insere um disco rígido no servidor de retina do centro de controle de rede na Base da Força Aérea Altus, na Oklahoma, em preparação para uma inspeção de comando na área de prontidão cibernética, 24 Jan 14.

A Força Cibernética dos EUA

Prevendo a Próxima Guerra

Maj Matt Graham, Exército dos EUA

No livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, Adam Smith explica como a divisão do trabalho permite a maior eficiência: fazendeiros se concentram na produção de comida, ferreiros na manufatura de artigos de metal, e assim por diante[1]. O princípio ainda é válido hoje; indivíduos e organizações desenvolvem suas habilidades ao se concentrarem em uma única atividade. Nas Forças Armadas dos EUA, a divisão do trabalho entre as Forças Singulares consegue essa perícia: a Força Aérea se concentra na superioridade aérea, permitindo que o Exército se dedique à guerra terrestre e a Marinha

se preocupe com o combate marítimo. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) desenvolve a sua perícia ao preencher a lacuna entre a terra e o mar.

Embora possua algumas características muito diferentes dos domínios físicos, o ciberespaço tem emergido recentemente como um domínio independente que exige a sua própria perícia militar. Com as nações buscando obter vantagens nesse novo domínio, a competição dentro do ciberespaço já assumiu muitas das características de guerra e, atualmente, exige o mesmo nível de perícia que é necessário para vencer guerras no mundo físico. As Forças Armadas precisam de uma Força Cibernética dos EUA independente, equivalente ao Exército, à Marinha, à Força Aérea e ao Corpo de Fuzileiros Navais, para se concentrar no domínio do ciberespaço.

A Abordagem Atual ao Ciberespaço

As Forças Armadas não têm estado inativas durante o advento e o desenvolvimento do ciberespaço e da guerra cibernética. O Departamento de Defesa estabeleceu o Comando Cibernético dos EUA (CYBERCOM), em 2009, como um quartel-general conjunto para coordenar os esforços do departamento no ciberespaço. Integrantes de todas as Forças Singulares se unem dentro do CYBERCOM para abordar as ameaças ao ciberespaço. Uma parte do orçamento do Departamento de Defesa é diretamente alocada ao CYBERCOM, e alguns dos seus recursos são provenientes das Forças Singulares. Sob o CYBERCOM, cada Força Singular estabeleceu um comando do componente (e.g., o Comando Cibernético do Exército ou o Comando Cibernético da Esquadra) para apoiar os esforços do Departamento de Defesa no ciberespaço. A importância emergente do ciberespaço, com certeza, justifica cada uma dessas ações. Contudo, o fato de cada Força Singular dedicar uma fração da sua atenção ao ciberespaço garante apenas dois resultados: elas estão se desviando dos seus papéis tradicionais de combate nos domínios físicos e os esforços no ciberespaço são ineficientes (na melhor das hipóteses), incoerentes (provável) ou fratricidas (no pior dos casos). Atualmente, essa ineficiência não é uma grande preocupação e resulta, principalmente, em frustração burocrática. No entanto, quando os riscos aumentarem e os guerreiros cibernéticos dos EUA precisarem provar que são melhores que seus adversários, essas ineficiências não serão toleradas.

A abordagem atual (com cada Força Singular contribuindo para o esforço conjunto do controle do ciberespaço) não é apenas ineficiente, mas também desnecessária. Uma operação no ciberespaço é predominantemente autônoma da plataforma ou do domínio físico pelo qual o guerreiro cibernético acessa o ciberespaço. O raciocínio empregado ou a vulnerabilidade da rede explorada pelo guerreiro cibernético são os mesmos se forem executados na ponte de comando de um navio-aeródromo, dentro da barriga de uma aeronave de comando e controle ou em uma escrivaninha com ar condicionado de um complexo comercial.

Decisiva em uma operação no ciberespaço é a exploração das vulnerabilidades do sistema do adversário antes que ele possa identificar e mitigá-las (e vice-versa). Quando considerado nesse contexto, os guerreiros cibernéticos da Marinha e da Força Aérea compartilham mais semelhanças com os seus homólogos do ramo do que com outros marinheiros e soldados da sua Força Singular.

A Força Cibernética dos EUA Proveria Foco

Em contraste com a abordagem atualmente usada pelo Departamento de Defesa, uma força cibernética independente pode proporcionar o nível necessário de concentração nas operações no ciberespaço. Maior atenção é necessária para construir competência no ciberespaço por todas as Forças Armadas, e avanços particulares podem ser antecipados em três áreas: o desenvolvimento de liderança, a formação de guerreiros cibernéticos e a atuação dentro do ciberespaço.

Liderança A Força Cibernética dos EUA garantiria que os comandantes mais antigos do ramo possuíssem uma experiência profunda nas operações no ciberespaço. Atualmente, os oficiais mais antigos dentro de cada uma das Forças Singulares são promovidos pelo desempenho no domínio da sua Força (e.g., o Comandante da Força Aérea é piloto de caça, e o Comandante da Marinha é oficial de submarino). É apropriado que esses oficiais tenham experiência no tipo de combate do seu domínio. Precisam transmitir os desafios associados com os seus domínios aos formuladores de políticas. Depois, esses comandantes interpretam a orientação política e disseminam a verba para a sua Força Singular. A questão é: quem realiza essa função para o domínio cibernético? O comandante do CYBERCOM,

atualmente, intercede a favor do ciberespaço. Contudo, o CYBERCOM é subordinado ao Comando Estratégico (STRATCOM) dos EUA, possuindo vários escalões entre ele e os formuladores de políticas. Além disso, o Comandante do CYBERCOM ascendeu ao posto de dentro de uma das Forças Singulares, em grande medida governada por oficiais que se concentram nos seus domínios físicos. Considerando que as Forças Singulares determinam quais oficiais são promovidos, até o Comandante do CYBERCOM precisa dividir a sua atenção entre o espaço cibernético e o domínio da sua Força Singular ou corre o risco de não conseguir avançar. O estabelecimento da Força Cibernética, inclusive com o seu próprio membro na Junta de Chefes de Estado-Maior, permitiria que comandantes com profunda experiência no ciberespaço comuniquem efetivamente os desafios da guerra cibernética aos formuladores de políticas. Por sua vez, os chefes da Força Cibernética podem empregar eficientemente a orientação e os recursos destinados às operações militares no ciberespaço.

Guerreiros Cibernéticos Além de desenvolver comandantes experientes para o ramo, a Força Cibernética iria atrair e formar guerreiros cibernéticos mais qualificados. Atualmente, civis que querem defender a nação no ciberespaço precisam escolher entre uma das Forças Singulares existentes e passar pelo seu currículo de treinamento básico. Embora esses programas sejam adaptados precisamente para a produção de soldados, marinheiros, aviadores e fuzileiros navais, talvez sejam desnecessários e intimidadores para civis que simplesmente querem participar na competição predominantemente mental da guerra cibernética. Com certeza, o Departamento de Defesa emprega muitos civis que estão envolvidos nas atividades do ciberespaço, porém isso não é a solução ideal. Há complicações legais ter civis conduzindo a guerra, e o recrutamento de guerreiros cibernéticos como militares mais precisamente reconhece a sua contribuição e permite mais mobilidade ascendente e comando. Ao estabelecer a Força Cibernética, as Forças Armadas iriam apropriadamente recrutar e categorizar os seus guerreiros cibernéticos, sem dissuadir civis interessados e influenciá-los a entrar nas indústrias lucrativas de computação e comunicações.

O treinamento dos guerreiros cibernéticos também ficaria mais eficiente na Força Cibernética. Atualmente, cada Força Singular está formando um programa de treinamento para os seus respectivos guerreiros cibernéticos. Por exemplo, o Exército estabeleceu o Centro Cibernético de Excelência, no Forte Gordon, na Geórgia. Esse método distribuído para o desenvolvimento de guerreiros cibernéticos quase garante ineficiência para o maior esforço do Departamento de Defesa no ciberespaço. Embora o CYBERCOM

trabalhe para estabelecer padrões comuns para o treinamento cibernético entre todas as Forças Singulares, as interpretações entre elas divergirão, embora apenas ligeiramente. Os professores em cada um desses centros produzirão resultados desiguais. Por exemplo, o Exército pode empregar o melhor instrutor de código de programa, enquanto o CFN talvez contrate o melhor instrutor de redes de computadores. Apesar de padrões comuns de treinamento, as interpretações diferentes e as habilidades variadas dos instrutores produzirão

guerreiros cibernéticos de qualidade inferior ao ideal. De modo inverso, a Força Cibernética poderia concentrar os melhores professores em um único centro de instrução do ciberespaço e, assim, melhor supervisionar a implantação dos padrões. Além disso, considerando que os estudantes estariam também no mesmo lugar, haveria uma maior interação entre eles, principalmente entre os destaques das turmas, e o corpo docente facilitaria uma pesquisa mais aprofundada sobre o ciberespaço.

(Exército dos EUA)

Militares da 780ª Brigada de Inteligência Militar conduzem operações no ciberespaço durante um rodízio de treinamento para a 2ª Brigada de Combate Stryker, 2ª Divisão de Infantaria, no Centro Nacional de Treinamento, no Forte Irwin, Califórnia. A unidade, com sede no Forte Meade, Maryland, era uma de várias organizações cibernéticas que participaram no rodízio como parte de um programa piloto planejado para ajudar o Exército a construir e empregar capacidades cibernéticas nas suas formações táticas.

O desenvolvimento continua após o treinamento. As designações e a prática começam quando o treinamento termina. Como uma Força Singular independente, a Força Cibernética pode habilidosamente adaptar o desenvolvimento de carreira dos seus guerreiros cibernéticos. Campos apropriados podem ser estabelecidos (e.g., codificação, comunicação inter-rede, proteção antivírus ou controle de intrusões), e os planos de carreira podem, também, ser projetados, incluindo designação nas unidades de ciberespaço, agências de desenvolvimento de capacidade e estados-maiores conjuntos, onde podem integrar efeitos do ciberespaço com operações nos domínios físicos. Atualmente, os guerreiros cibernéticos devem obediência às necessidades dos recursos humanos da sua Força Singular e, frequentemente, são vistos como intercambiáveis com o pessoal de comunicações. Embora certamente exista uma justaposição entre os campos de comunicações e de guerra cibernética, uma força cibernética capacitará melhor o discernimento de perícia e melhor gestão do capital humano.

Atuação dentro do ciberespaço. A vantagem principal do estabelecimento de uma Força Cibernética independente é a capacidade de desenvolver a força mais competente possível. Contudo, a atuação dentro do ciberespaço também ficará menos arriscada e mais eficiente. Nos domínios físicos, é relativamente fácil dividir o campo de batalha por localização física: o Exército opera no interior, a Marinha no mar, o CFN nos litorais e a Força Aérea no céu. No entanto, não existem essas fronteiras óbvias no ciberespaço, e todas as quatro Forças Singulares atuam por todo ele. A oportunidade de uma Força Singular infringir, ou sabotar inadvertidamente, uma operação no ciberespaço de outra é muito maior do que nos domínios físicos separados. O ônus de comando e controle e o risco de fratricídio no ciberespaço aumentam com o número de guerreiros cibernéticos das quatro Forças Singulares diferentes atuando independentemente no domínio. Outra consequência de quatro distintos esforços no ciberespaço é o potencial de redundância não intencional (i.e., duas Forças Singulares podem dedicar recursos para resolver o mesmo problema ou desenvolver a mesma capacidade). Um esforço conjunto de supervisão pode reduzir um pouco da redundância, porém mais burocracia acrescenta tempo e custos a um processo de desenvolvimento de capacidade já demorado. A

remoção das quatro Forças Singulares do combate pelo ciberespaço reduz o risco de elas pisotearem umas às outras e de desperdiçar recursos.

As vantagens para as Forças Armadas. No livro *Good to Great - Empresas Feitas para Vencer*, Jim Collins moderniza alguns dos pensamentos de Adam Smith e observa que as empresas bem-sucedidas se apegam aos seus conceitos centrais, repudiando distrações. Collins oferece três perguntas para ajudar a determinar um conceito central de uma empresa: Está apaixonado profundamente com o que? Em que pode ser o melhor do mundo? O que compele o seu motor econômico?[2] Embora a última pergunta seja difícil traduzir para o setor público, as primeiras duas ajudam a esclarecer a razão pela qual o ciberespaço não deve ser uma competência central para as Forças Singulares existentes. É difícil imaginar a Marinha como a melhor do mundo na guerra cibernética, ao mesmo tempo em que é a melhor do mundo na guerra marítima. Da mesma forma, poucos fuzileiros navais se descreveriam como profundamente apaixonados com a guerra cibernética. A natureza delicada e distante da guerra cibernética se conflita com a cultura de combate aproximado e pessoal do CFN. Ao tirar a distração da guerra cibernética e transferi-la para a nova Força Cibernética, as Forças Singulares atuais mantêm a sua concentração nos seus domínios específicos.

(Imagem cortesia do CERDEC)

Os limites entre as ameaças cibernéticas tradicionais e as ameaças tradicionais de guerra eletrônica têm se tornado indistintos. O Programa Integrado de Guerra Cibernética e de Guerra Eletrônica, do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia de Comunicações-Eletrônica (CERDEC), emprega as capacidades de guerra cibernética e eletrônica como um sistema integrado para aumentar o conhecimento da situação do comandante.

Como uma Força Singular, a Força Cibernética pode prover contingentes a cada um dos comandos combatentes, na forma de um Comando do Componente Cibernético (CCC). Da mesma forma que os componentes existentes das Forças Singulares servem, frequentemente, duplas funções como componentes funcionais (e.g. um comando componente da Força Aérea pode, também, servir como um comando componente da força aérea conjunta), o CCC arcaria com as responsabilidades funcionais da guerra cibernética. A Força Cibernética pode equipar cada um dos comandos combatentes geográficos com um CCC focado nos sistemas da área de responsabilidade. O CCC do Comando Estratégico dos EUA (STRATCOM) pode servir como um sincronizador mundial das ameaças que atravessam áreas de responsabilidade, e o CCC do Comando das Operações Especiais dos EUA (SOCOM) pode prover guerreiros cibernéticos capazes de infiltração física para obter acesso direto aos sistemas de circuito fechado do adversário. Talvez com o consentimento alvará do Departamento de Defesa, o CCC do Comando de Transporte dos EUA poderia fortalecer os sistemas cibernéticos dos parceiros-chave do setor de transporte (e.g., empresas particulares de transporte de carga, controladores de tráfico aéreo e empresas ferroviárias), ajudando a força conjunta a superar os desafios de antiacesso. Operar uma força cibernética é muito mais simples e mais eficiente do que ter as Forças Singulares existentes a contribuir com o CYBERCOM, o qual tem que juntar improvisadamente as unidades cibernéticas e entregá-las aos comandos combatentes posteriormente.

(Sgt Chuck Burden, Exército dos EUA)

O Comandante do Exército, Gen Ex Mark Milley, observa oficiais do Instituto Cibernético do Exército na Academia Militar dos EUA, em West Point, Nova York, demonstrar o abatimento de um veículo aéreo não tripulado (VANT) utilizando-se de um fuzil com capacidades cibernéticas.

Outra abordagem para aumentar a eficiência. Uma terceira abordagem, separada da abordagem atual do Departamento de Defesa e de uma força cibernética completamente independente, envolveria a promoção do CYBERCOM atual para um comando combatente funcional, no mesmo nível do STRATCOM ou do SOCOM. A elevação do CYBERCOM para esse nível seria um passo intermediário apropriado e provável para o estabelecimento da Força Cibernética independente. Isso pode remover uma das camadas hierárquicas entre o CYBERCOM e os formuladores de políticas. Além disso, o SOCOM conta com bastante influência sobre o desenvolvimento de tropas especiais das Forças Singulares. No entanto, esse arranjo resolve apenas uma parte do problema. Como um comando combatente, o CYBERCOM ainda seria dependente das Forças Singulares existentes para a execução das suas operações. Os guerreiros cibernéticos ainda enfrentariam a decisão de ter de escolher um canal de ciberespaço entre as Forças Singulares para navegar o caminho para o trabalho no CYBERCOM. Esse arranjo funciona para o SOCOM porque o treinamento para um piloto AC-130 da Força Aérea é diferente do de um SEAL (Forças Especiais) da Marinha, que é, também, diferente do desenvolvimento de um soldado das Forças Especiais do Exército, mas isso não é verdadeiro considerando o ciberespaço. Uma operação no ciberespaço é a mesma, independente do domínio físico do qual é lançada. A solução que fornece ao Departamento de Defesa unidades de ciberespaço melhor alocadas de pessoal, treinadas e equipadas é uma força cibernética independente.

O Estabelecimento da Força Cibernética dos EUA: Após a Próxima Guerra

Com tantas razões que apoiam o estabelecimento da Força Cibernética dos EUA, o que o impede? Há dois grandes obstáculos. Primeiro, o ciberespaço ainda não foi provado ser uma zona de combate nas mentes de muitos oficiais de alto escalão na área de segurança.

(Foto cortesia da Agência de Segurança Nacional)

O Comando Cibernético dos EUA é localizado no Forte Meade, Maryland, junto com as sedes da Agência de Segurança Nacional e do Serviço de Segurança Central.

Segundo, na ausência de uma ameaça de segurança significativa, os recursos de segurança nacional necessários para tal grande revisão permanecerão indisponíveis. O próximo grande conflito dos Estados Unidos provavelmente eliminará os dois obstáculos.

Como provar que o ciberespaço é um espaço de combate. O domínio aéreo exerceu um papel na Primeira Guerra Mundial, sendo que balões de observação e duelos entre aeronaves (guerra aérea, no estilo do Barão Vermelho) foram as características aéreas predominantes desse conflito. No entanto, os combatentes da Segunda Guerra Mundial realmente entendiam a significância da superioridade aérea. A Batalha da Grã-Bretanha, a campanha de bombardeio estratégico dos aliados, o advento de unidades paraquedistas e, por último, o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki demonstraram a importância do combate no céu.

Atualmente, o ciberespaço se encontra no tipo de incerteza que o poder aéreo tinha durante os anos entre-guerras. Não obstante, houve uns poucos casos isolados de guerra cibernética entre Estados. Em abril de 2007, a Rússia conduziu um ataque efetivo de negação de serviço contra as grandes redes da Estônia, paralisando muitas das funções econômicas e governamentais dessa nação[3]. Da mesma forma, a Rússia atacou a Geórgia pelo ciberespaço, junto com a sua invasão da Ossétia do Sul, em 2008[4]. Além disso, os governos rotineiramente usam o ciberespaço para penetrar redes, roubando planos de mísseis, fórmulas químicas e dados financeiros[5]. Contudo, semelhante ao poder aéreo em 1920, as operações cibernéticas desempenharam um papel relativamente pequeno durante as últimas guerras dos EUA, e alguns céticos ainda consideram o ciberespaço uma arena de uma pessoa dedicada a um hobby ou *o domínio que pode-se desligar*.

As atividades no ciberespaço impactam cada vez mais as operações cotidianas das Forças Armadas e a economia dos EUA, bem como as operações dos seus aliados e adversários (tanto estatais, quanto não estatais). Durante a próxima guerra, é provável que o

ciberespaço seja uma característica mais predominante do que nos conflitos anteriores. Se os Estados Unidos vencerem ou perderem as batalhas no ciberespaço da próxima guerra, a importância dos combates justificará a criação de uma Força Cibernética. Se os guerreiros cibernéticos dos EUA saírem-se vitoriosos, como os aviadores fizeram nos céus da Europa em 1944, o ciberespaço haverá sido provado como um domínio legítimo de combate, e o argumento para a independente Força Cibernética será validado. Se os Estados Unidos não conseguirem superioridade no ciberespaço e sofrerem as consequências sufocantes, as ineficiências da abordagem atual do Departamento de Defesa para o ciberespaço serão enfatizadas, e uma força cibernética servirá como o remédio.

Carl von Clausewitz observou que a guerra exige o uso máximo de força que uma nação pode reunir: "Se um dos lados utiliza a força sem remorso ... enquanto que o outro abstém-se de utilizá-la, o primeiro estará em vantagem"[6]. Trazer a máxima força ao inimigo, incluindo efeitos pelo ciberespaço, é a garantia mais segura de sucesso, e organização ineficiente impedirá esse esforço.

Novas guerras, novos orçamentos. É uma dinâmica estranha das organizações que, quando os orçamentos são grandes, seus chefes priorizam o crescimento acima da eficiência. Depois, quando os orçamentos são menores e a eficiência é realmente necessária, o capital necessário para otimizar as práticas não pode ser dispensado. Com um dividendo da paz como objetivo, a despesa requerida para estabelecer uma força militar nova e mais eficiente não está disponível. Conforme as guerras da última década se acabarem, os orçamentos de defesa também diminuirão. É verdade que o orçamento de defesa diminuiu depois da Segunda Guerra Mundial, e a nação ainda conseguiu estabelecer a Força Aérea. Nessa situação, os chefes das políticas de segurança nacional corretamente identificaram a ascendente ameaça comunista como uma justifica pela despesa. Hoje, depois das guerras no Iraque e no Afeganistão, nenhuma única ameaça identificável emergiu para convencer a nação a adiar o esperado dividendo da paz. Portanto, a consecução da eficiência por meio da criação de uma força cibernética independente precisa esperar até que recursos financeiros estejam disponíveis. Esses recursos da defesa provavelmente se tornarão disponíveis quando o ciberespaço prova a sua viabilidade como um domínio de combate, durante o próximo grande conflito.

(David Vergun/ U.S. Army)

O centro de operações táticas da 2ª Brigada de Combate, 1ª Divisão Blindada participa da Avaliação de Integração de Redes 16.1, no Forte Bliss, Texas. O exercício, que decorreu entre 25 Set a 8 Oct 15, avaliou uma rede de coalizão que vinculava as diversas redes de 14 outros exércitos que participaram ao vivo ou de forma virtual em um ambiente de combate simulado. As novas tecnologias avaliadas durante o exercício incluíram capacidades de rede da coalizão, postos de comando expedicionários, capacidades de energia operacional e formação de equipes tripuladas e não tripuladas (a robótica aérea e terrestre).

Conclusão

Os Estados Unidos precisam de uma força militar independente focada no ciberespaço, mas

provavelmente terão de esperar até o próximo grande conflito para o estabelecimento dele. A abordagem atual do Departamento de Defesa para o ciberespaço, onde as Forças Singulares existentes fornecem o pessoal com experiência variada ao CYBERCOM, está cheia de ineficiências. O estabelecimento da Força Cibernética permitiria que a comunidade dos guerreiros cibernéticos prosperasse, e aliviaria as Forças Singulares existentes da distração com o ciberespaço. O próximo conflito dos Estados Unidos permitirá que os guerreiros cibernéticos demonstrem a importância do seu domínio e proverá às Forças Armadas os recursos para apoiar uma grande revisão burocrática.

A previsão que levará mais um conflito para estabelecer uma força cibernética é simplesmente uma premissa baseada no provável desenrolar de eventos. A liderança inspirada pode adiantar a formação da nova Força Singular.

Clausewitz compara a guerra com uma partida de lutadores, observando que "seu propósito *imediato* é *derrubar* o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência [grifos no texto original]"[7]. Ele observa que se um lutador usa toda a sua força para imobilizar o seu oponente, o beligerante imobilizado talvez nunca tenha a oportunidade de reunir a sua força total. Devido ao isolamento por dois oceanos, os Estados Unidos, historicamente, têm se dado o luxo de reunir a sua força militar antes de comprometer-se à guerra. No entanto, oceanos significam pouco no ciberespaço, e, se despreparados, os Estados Unidos podem sofrer grande prejuízo durante os ataques cibernéticos iniciais da próxima grande guerra. Os líderes sábios da defesa começarão a incitar as Forças Armadas para o estabelecimento da Força Cibernética dos EUA, para conseguir foco e eficiências superiores antes do próximo conflito, em vez de depois dele.

O Maj Matt Graham é estrategista do Exército dos EUA designado à Diretoria do Estado-Maior Conjunto para o Desenvolvimento da Força Conjunta. É mestre em Administração Pública pela George Washington University e bacharel em Ciência de Computação pela Academia da Força Aérea dos EUA. Designações anteriores incluem rodízios no Alasca, Alemanha, Washington, D.C., Iraque e Afeganistão.

Referências

1. Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations: A Selected Edition,* ed. Kathryn Sutherland (Oxford, UK: Oxford University Press, 2008), p. 12–14.

2. Jim Collins, *Good to Great: Why Some Companies Make the Leap … and Others Don't* (New York: Harper Collins Publishers, 2001), p. 94–96.

3. Scheherazade Rehman, "Estonian's Lessons in Cyberwarfare," website da U.S. News and World Report, 14 Jan. 2013, acesso em 22 ago. 2014, http://www.usnews.com/opinion/blogs/world-report/2013/01/14/estonia-shows-how-to-build-a-defense-against-cyberwarfare.

4. E. Lincoln Bonner III, "Cyber Power in 21st-Century Joint Warfare," *Joint Force Quarterly* 74 (2014): p. 102.

5. Michael Riley, "How Russian Hackers Stole the Nasdaq," website da Bloomberg Business, 17 Jul. 2014, acesso em 4 mar. 2016, http://www.bloomberg.com/bw/articles/2014-07-17/how-russian-hackers-stole-the-nasdaq.

6. Carl Von Clausewitz, On War, ed. e trad. Michael Howard e Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984), p. 75-76. Para a tradução do inglês para o português deste mesmo livro, consulte, Carl Von Clausewitz, Da Guerra, CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle.

7. Ibid., p. 75.

(Foto de Peter Andrews, Reuters)

Militares egípcios em cima de uma viatura blindada oram junto com os manifestantes pró-democracia durante uma manifestação contra o governo em 25 Fev 11, na Praça Tahrir, no Cairo, Egito. Centenas de egípcios participaram da manifestação, exigindo o fim de um prolongado estado de emergência e a renúncia do gabinete ministerial.

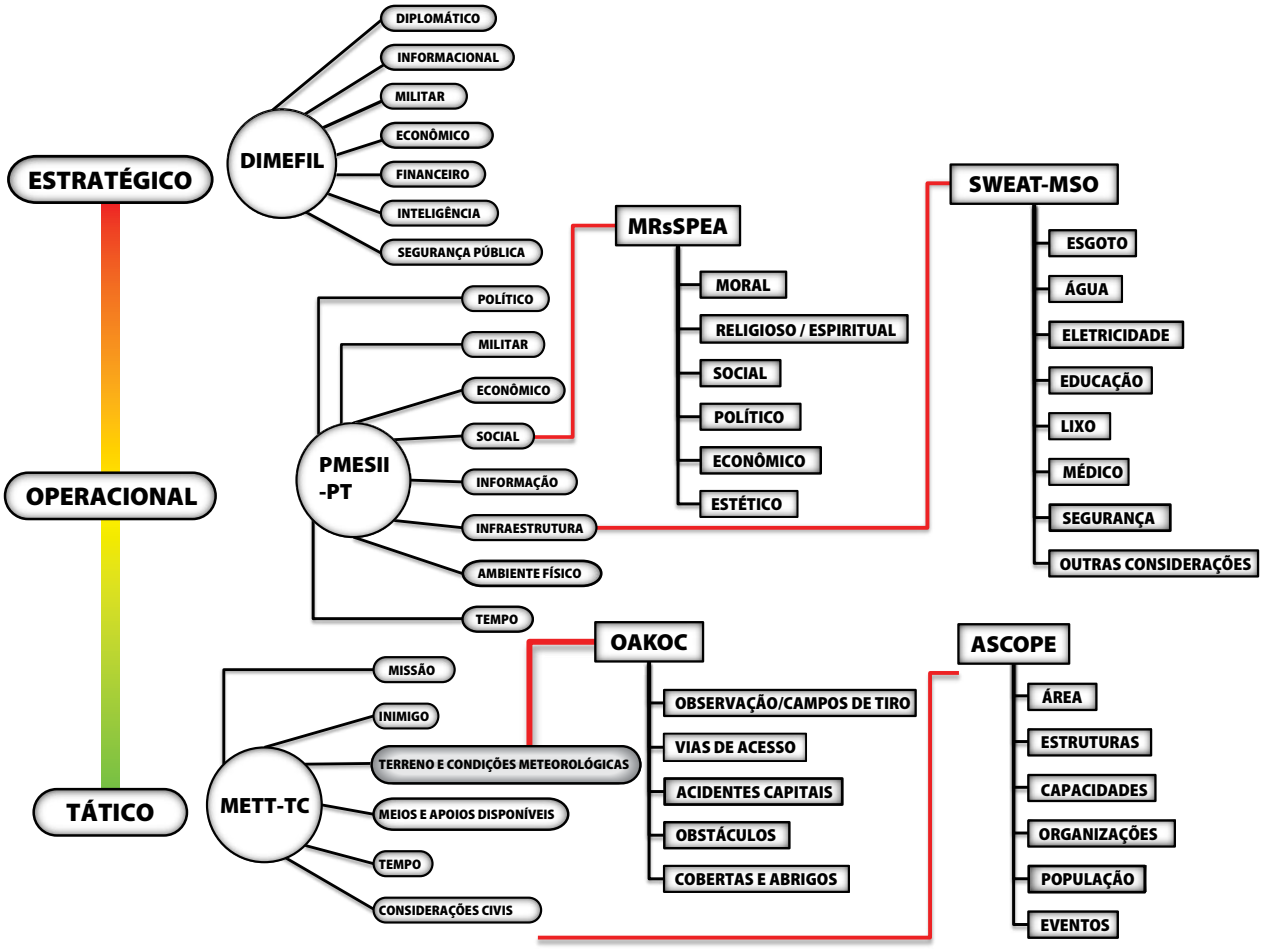
Os Fatores Sociais e o Domínio Humano

Maj Brian Hildebrand, Guarda Nacional do Exército dos EUA

O Exército dos Estados Unidos da América (EUA) conduz operações por meio do Comando de Missão[1]. Os comandantes utilizam o Comando de Missão, tanto como uma função de combate quanto como uma filosofia, para projetar o poderio militar, a fim de cumprir objetivos políticos e militares. Exercido no contexto do poder terrestre estratégico, o Comando de Missão ajuda a criar condições propícias para derrotar um inimigo ou estabilizar uma região[2]. Forjado em combinação com o desenvolvimento de líderes, o Comando de Missão explora o potencial, o conhecimento e a experiência de cada militar para obter o êxito operacional e tático[3]. Contudo, independentemente de como ele seja usado, o Comando de Missão está vinculado ao domínio humano.

O conceito de que a guerra é um empreendimento humano persistiu através de várias épocas[4]. Apesar da famosa afirmação de Clausewitz de que a "guerra é meramente a continuação da política por outros meios", não há como negar o fato de que, em sua essência, a guerra é humana[5]. Contudo, talvez nunca se alcance uma compreensão plena do domínio humano, em virtude da complexidade decorrente da natureza enigmática da própria humanidade. As obras de John Dewey, filósofo pragmatista norte-americano do século XX, contribuem com algumas ideias, que ajudam a entender melhor a questão. Dewey reflete sobre a experiência, a vida diária, a correlação entre conhecimento e ação e os valores, a fim de promover a conscientização sobre o domínio humano. Sugere, ainda: "toda conduta humana deliberada, toda conduta humana planejada, pessoal e coletiva, parece ser influenciada, quando não controlada, por estimativas do valor ou importância dos fins a serem atingidos"[6].

Aplicando-se essa ideia ao emprego prático do Comando de Missão, o êxito depende, em todos os escalões, de que os comandantes o utilizem para afetar o domínio humano. O modo exato pelo qual o Exército dos EUA utiliza a ação decisiva por meio do Comando de Missão para vencer apoia-se fortemente na capacidade de seus comandantes para integrar técnicas de análise de diferentes aspectos do domínio humano ao processo decisório militar (*military decision making process — MDMP*), a fim de obter entendimento. Este artigo descreve uma dessas técnicas.



[Nota do Tradutor: Veja as ferramentas correspondentes PMESII-AT, MITM-TC, OCOAV, AECOPE e EAEEL-MSO, no Exército Brasileiro. Confira, por exemplo, os manuais EB20-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres e EB20-MC-10.217 Operações de Pacificação.]

Figura do Maj Brian Hildebrand

Figura 1 - Ferramentas de Análise da Missão

Mais Uma Ferramenta de Análise da Missão

É um desafio tentar converter as ideias de Dewey em um modelo para entender o domínio humano, porque os valores diferem de uma sociedade para outra, são influenciados pela cultura e mudam com o tempo. Contudo, os comandantes e seus subordinados precisam de algo que dê contexto e coerência às suas observações, conhecimentos, experiência e intuição com respeito às diversas sociedades em que conduzem missões. Uma vez formulado, um modelo comum poderá ser utilizado como parte da análise da missão, para aumentar o entendimento compartilhado pela organização como um todo.

Para que mais uma ferramenta de análise da missão? Conforme apresenta a figura 1, as atuais ferramentas de análise da missão são utilizadas para diferentes aplicações em cada nível de planejamento: estratégico, operacional e tático. No nível estratégico, os planejadores utilizam os fatores DIMEFIL (diplomático, informacional, militar, econômico, financeiro, Inteligência e segurança pública) como modelo de análise. No nível operacional, os planejadores usam os fatores PMESII-PT (político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo — veja o modelo PMESII-AT, utilizado no Exército Brasileiro — N. do T.). O esquema PMESII foi formulado, originalmente, por planejadores conjuntos, e introduzido no documento *Commander's Handbook for an Effects-Based Approach to Joint Operations* ("Guia do Comandante para uma Abordagem Baseada em Efeitos nas Operações Conjuntas", em tradução livre) em 2006[7]. O Exército dos EUA acrescentou as letras PT em 2008, ao publicar o Manual de Campanha 3-0,

Operações (*FM 3-0, Operations*)[8]. O modelo METT-TC (missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios e apoios disponíveis, tempo e considerações civis — veja a sigla MITM-TC, utilizada no Exército Brasileiro — N. do T) é a ferramenta consagrada para o planejador do nível tático.

Os acadêmicos do Exército dos EUA detalharam outros aspectos dessas ferramentas de planejamento voltadas à análise da missão. Por exemplo, os engenheiros do Exército dos EUA criaram uma ferramenta mnemônica adicional, para analisar a infraestrutura, proveniente do modelo PMESII-PT. O acrônimo SWEAT-MSO (esgoto, água, eletricidade, educação, lixo, médico, segurança e outras considerações — veja a ferramenta EAEEL-MSO, no Exército Brasileiro — N. do T.), hoje difundido, é uma ferramenta de análise da missão, testada em combate, para os planejadores do nível operacional. No nível tático, os comandantes utilizam outras ferramentas mnemônicas, como OAKOC (observação e campos de tiro, vias de acesso, acidentes capitais, obstáculos e cobertas e abrigos — veja a ferramenta OCOAV, utilizada no Exército Brasileiro — N. do T.), para melhorar o entendimento sobre o terreno; e ASCOPE (área, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos — veja a sigla AECOPE, utilizada no Exército Brasileiro — N. do T), para analisar, em mais detalhes, as considerações civis da ferramenta METT-TC. A criação dessas ferramentas mnemônicas e sua utilidade na análise da missão são um sinal da complexidade do ambiente operacional.

(Foto de Suhaib Salem, Reuters)

Manifestante segura uma cruz e o Alcorão durante um protesto pela renúncia do Presidente islamista Mohamed Morsi, na Praça Tahrir, Cairo, Egito, 01 Jul 13. Morsi havia tomado medidas para reescrever a Constituição egípcia, com o intuito de impor a lei islâmica (*sharia*) ao governo laico e restringir os direitos dos não muçulmanos no país. Apoiadas por um enorme número de manifestantes nas ruas, as poderosas Forças Armadas do Egito removeram Morsi do poder e organizaram novas eleições, que reduziram bastante o poder de seus partidários.

Entender o domínio humano, que é tão complexo quanto o ambiente operacional, requer o mesmo grau de reflexão, introspecção e análise. A criação de uma ferramenta de análise da missão para o domínio humano não precisa ser um processo complicado ou trabalhoso. Existe um fundo de verdade no velho ditado de que, para conhecer os outros, é preciso, primeiro, conhecer a si mesmo. Uma conscientização introspectiva sobre crenças, valores e ações cria uma linha-base de conhecimento, que os comandantes e militares podem comparar com outras sociedades, para identificar semelhanças. Essas semelhanças podem se converter em um modelo semelhante ao SWEAT-MSO, no nível operacional, e ao OAKOC e ASCOPE, no nível tático, sendo, ainda, um subconjunto de fatores enquadrados no aspecto social dos fatores operacionais PMESII-PT. Utilizados como ferramenta analítica durante o planejamento para focalizar elementos específicos do domínio humano dentro do ambiente operacional, esses fatores específicos são, por assim dizer, um subconjunto da dimensão social do PMESII-PT.

Fatores Sociais

À semelhança de outras ferramentas de análise da missão, os fatores sociais são utilizados para desenvolver o entendimento situacional. Os comandantes e estados-maiores podem analisar e descrever um ambiente operacional em termos de uma ferramenta mnemônica que emprega seis fatores sociais inter-relacionados: moral, religioso-espiritual, social, político, econômico e estético (MRsSPEA, na sigla em inglês). A figura 2 apresenta uma breve descrição de cada fator.

Embora os formuladores de doutrina dos setores responsáveis ainda não os tenham codificado como um

arcabouço doutrinário, o Exército dos EUA tem trabalhado com os fatores sociais sob diferentes auspícios e por vários meios. Relatórios sobre um país, estudos culturais e cursos extensos de idiomas: todos esses elementos ajudam o comandante a entender os fatores sociais. Por não haver, na verdade, o modelo MRsSPEA à disposição, boa parte do entendimento adquirido com esses relatórios, estudos e cursos não tem sido, até a presente data, aplicada de uma maneira sistemática e estruturada no processo decisório militar.

(Foto cedida por Wikimedia Commons)

A cidade de Sharm el-Sheikh (Baía do Xeque), às vezes chamada de Cidade da Paz devido ao grande número de conferências internacionais da paz ali realizadas, está situada no extremo sudeste da Península do Sinai, em uma faixa costeira ao longo do Mar Vermelho. Tornou-se um significativo centro turístico no Egito, tendo atraído várias cadeias comerciais ocidentais. A influência ocidental teve o efeito de liberalizar a sociedade egípcia tradicionalmente conservadora na área.

O emprego sistemático desses fatores para organizar as principais considerações sobre como lidar com uma sociedade, cultura, grupo ou tribo dentro do domínio humano produz informações que podem ser utilizadas para obter o entendimento situacional e enquadrar um problema durante as fases iniciais do planejamento, a primeira e segunda etapas do processo decisório militar[9]. Como isso ocorre na prática? Considere a aplicação desses fatores a uma missão na Península do Sinai, no Egito, nos dias atuais.

Um Exemplo de Aplicação do Modelo

O modelo MRsSPEA serve como uma ferramenta analítica para que os comandantes e estados-maiores se adiantem ao ciclo decisório de uma ameaça ao se concentrarem nos elementos do domínio humano que contribuam para sua capacidade de agir. À medida que ampliamos nosso entendimento sobre os fatores sociais de uma sociedade em particular, também passamos a compreender melhor seu comportamento e como seus integrantes utilizarão seu critério, inteligência e caráter para definir suas decisões.

De modo geral, o modelo MRsSPEA enfatiza a importância do complexo conjunto de relações que ligam características distintamente humanas a potenciais e resultados militares nos níveis estratégico, operacional e tático.

Enquanto o PMESII-PT e o METT-TC podem satisfazer a necessidade, por parte do estado-maior, de uma análise operacional e da missão sobre a Península do Sinai, no Egito, o modelo MRsSPEA pode gerar um entendimento vital sobre o domínio humano naquela região[10]. Sugere-se, adiante, um exemplo da análise sistemática que pode resultar do emprego do MRsSPEA[11].

Moral. O Egito, com sua população muçulmana e copta, é, primordialmente, uma sociedade conservadora e religiosa. Os egípcios colocam grande ênfase na honra, no respeito e na família. A honra é muito importante para os relacionamentos interpessoais, e muitos egípcios salientam a hospitalidade como uma continuação externa da honra de sua família. Os egípcios se sentem obrigados a tratar os outros com respeito e grande apreço. As famílias, que são o núcleo da sociedade egípcia, formam a base dessa obrigação de tratar os outros corretamente. Cabe observar que o sul da Península do Sinai, particularmente a cidade de Sharm el-Sheikh, constitui quase uma anomalia em relação a esse costume, apresentando uma cultura social

(Figura de Arin Burgess, *Military Review*)

Figura 2 - Fatores Sociais

local bem mais liberal que a maioria das outras áreas no Egito, em virtude da influência liberalizante do grande número de visitantes estrangeiros desde a assinatura dos acordos de Camp David, em 1978, que levaram a investimentos de larga escala por parte do governo egípcio, com o objetivo de atrair turistas.

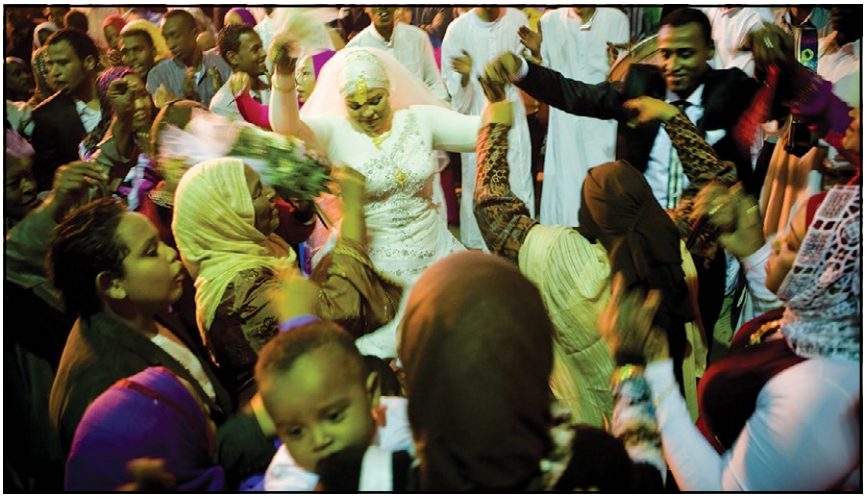
Religioso-Espiritual. Apesar de qualquer efeito liberalizante advindo da influência estrangeira, a religião continua a exercer um importante papel na vida dos habitantes do sul do Sinai. Os muçulmanos sunitas formam a maioria esmagadora. Entretanto, 10% da população total consiste em cristãos coptas. Os líderes da comunidade expressam sua religiosidade de várias formas. A polícia local dispõe de áreas dedicadas à oração em prédios públicos, e o Ramadã é um evento nacional, com um alto grau de participação. As demonstrações públicas de devoção religiosa são respeitadas na cultura egípcia. Por exemplo, muitos egípcios se orgulham de ter um calo escuro na testa, marca de infindáveis horas de oração, como um emblema externo de seu fervor religioso.

Social. A riqueza não é sinônimo de um *status* social de grande respeito na cultura egípcia. Mais do que qualquer outra qualidade, a origem familiar determina a classe social de um egípcio e, consequentemente, seu acesso ao poder e posição. Um dos resultados disso é o fato de que, embora existam três classes sociais (alta, média e baixa), é muito difícil obter a ascensão social.

Político. As Forças Armadas do Egito desempenham um importante papel no governo do país, que vai muito além das funções militares típicas relacionadas à segurança. Além delas, os oficiais das Forças Armadas do Egito também servem em todos os órgãos do governo, em diferentes posições. Por exemplo, o Presidente Abdel Fattah Al-Sisi foi Comandante das Forças Armadas do Egito.

Em termos de governança, a República Árabe do Egito tem um sistema democrático-republicano de governo, com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Após a revolução de 25 Jan 13, que depôs Mohamed Morsi, o Egito se concentrou em redefinir suas prioridades de política externa e em reconstruir sua economia. O objetivo do país de se tornar uma potência regional o levou a sediar três cúpulas econômicas e a Conferência da Liga Árabe em 2015.

Econômico. A economia egípcia é a segunda maior do mundo árabe, depois da Arábia Saudita, mas tem, mesmo assim, dificuldades em sustentar sua crescente população. Embora as oportunidades econômicas sejam bem mais limitadas no norte do Sinai, o turismo no sul



(Imagem cedida por Hossam el-Hamalawy, Flickr)

Convidados dançam com os noivos em uma celebração de casamento núbia realizada no abastado Distrito de Zamalek, no Cairo, Egito, 20 Out 11. A sociedade egípcia é, de modo geral, centrada na família.

(Imagem cedida por Zoltan Matrahazi, http://www.discoversinai.net)

Beduínos da tribo Jabaleya se reúnem em um jardim sob uma tradicional tenda beduína, durante cerimônia para abençoar o local, nos arredores da cidade de Santa Catarina, sul do Sinai, Egito, 11 Mar 09. Embora hoje estejam assentadas em pequenas aldeias, as tribos beduínas continuam, de modo geral, a dedicar-se à atividade pastoril, migrando periodicamente com seus animais e seguindo rotas de pastoreio tradicionais, dependendo das chuvas. Os funcionários militares e governamentais mais efetivos na administração da região do Sinai são aqueles que estudaram as leis e tradições beduínas e dedicaram tempo para desenvolver relacionamentos com os líderes tribais beduínos.

da Península está gerando a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura, como novas estradas, estações de bombeamento de água e usinas elétricas. Quase todos os contratos relativos a esses empreendimentos são concedidos a empresas locais. Os de fora talvez enxerguem isso como nepotismo, mas, culturalmente, os egípcios preferem fazer negócios com pessoas que eles conheçam intimamente e respeitem. Em consequência, novos relacionamentos de negócio não acontecem da noite para o dia. Ao contrário, os egípcios sentem a necessidade de tomar o tempo que julguem necessário para cultivar relacionamentos pessoais e avaliar, plenamente, a confiabilidade de potenciais parceiros antes de fazer negócios.

Estético. Embora haja poucos museus no sul da Península do Sinai, a cidade de Sharm el-Sheikh tem vários monumentos, estátuas e edifícios importantes, que expressam ideais egípcios centrais, especialmente a paz. Digno de nota, há três grandes mesquitas e uma igreja copta. Todas elas são pontos turísticos em virtude de sua beleza arquitetônica e obras de arte religiosas. Além disso, a influência da cultura egípcia da Antiguidade permeia a sociedade moderna por meio da arte e arquitetura. Por fim, o primeiro parque nacional do Egito, o Ras Mohammed, é uma área natural protegida (marítima e terrestre) localizada em Sharm el-Sheikh.

Aplicação do Comando de Missão

Após gerar o entendimento em termos dos fatores operacionais, da missão e sociais, o próximo passo é aplicar o Comando de Missão. Os comandantes dirigem o processo de operações a fim de gerar o entendimento compartilhado. Como afirma Andrew Whitford, é a "responsabilidade dos comandantes e líderes considerar uma variedade de pontos de vista sobre o mundo para gerar o entendimento e a empatia necessários para cumprir sua missão"[12]. Os fatores sociais afetarão não apenas a forma pela qual o comandante visualiza um estado final adequado, mas também como ele planeja alcançá-lo.

O efeito dos fatores sociais sobre a visualização do comandante fica especialmente aparente durante as operações de estabilização. Retomando o exemplo anterior de uma unidade empregada na Península do Sinai, o comandante utilizaria o Comando de Missão e os fatores sociais para executar uma missão de manutenção da paz. A problemática requer que o comandante utilize as ferramentas mais sutis de projeção de poder, como a cooperação em segurança, a promoção do desenvolvimento de infraestrutura econômica e a cooperação com a governança local, além de cumprir a missão designada de observar, verificar e comunicar. Ao entenderem os fatores sociais do Egito, o comandante e o estado-maior estarão aptos a se conduzir bem em reuniões com autoridades egípcias. Analisa-se, adiante, o exemplo de uma reunião de colaboração de segurança entre a Força Multinacional e Observadores e os líderes egípcios.

(Imagem cedida pelo Gabinete da Presidência do Egito)

O Presidente egípcio Abdel Fattah Al-Sisi aperta a mão de integrante das Forças Armadas do Egito durante visita ao norte do Sinai, Egito, 04 Jul 15.

Um Exemplo de Comando de Missão

Antes dessa reunião, o comandante dialoga com o estado-maior, especificamente o oficial de proteção da força e o oficial de ligação. Nesse diálogo, ele estabelece seus objetivos para a reunião; declara, claramente, sua intenção; e detalha suas expectativas para o estado final. Nesse caso, o comandante descreve ao oficial de proteção da força e ao oficial de ligação um conceito, que estabelecerá os protocolos de segurança que beneficiarão a força e a prepararão para possíveis cenários de resposta a crises.

Com base na intenção e no estado final do comandante, o oficial de proteção da força e o oficial de ligação criam a pauta para a reunião. Ainda que a pauta inclua uma variedade de questões de segurança, antigas e recentes, o estado-maior utiliza o modelo MRsSPEA junto com outros aportes para criar uma estratégia para a reunião de segurança.

Antes de decidir quando a reunião será realizada, os planejadores consideram a religiosidade da sociedade egípcia. As reuniões terão de ser programadas nos intervalos entre as horas de oração. Um entendimento dos aspectos morais da sociedade egípcia conscientiza o estado-maior sobre a importância da honra e da hospitalidade. Os graus hierárquicos dos participantes da reunião devem ser equivalentes de alguma forma. Comandantes devem se reunir com comandantes, subcomandantes com subcomandantes. Além disso, o organizador da reunião, na qualidade de anfitrião, deve atender às necessidades de seus convidados. Nos círculos egípcios, os itens mais básicos são o chá e o tabaco. A dimensão econômica da reunião não consiste apenas nos negócios. Os egípcios sentem a necessidade de criar relacionamentos pessoais com os indivíduos com quem pretendam fazer negócios. Portanto, antes que se conclua o negócio, os participantes sairão com uma conexão pessoal e uma rede de contatos maior. Ao utilizarem esses aportes junto com o Comando de Missão, o comandante e seu estado-maior estarão preparados para conduzir a reunião.

Nesse caso, o comandante se empenha em cumprir seus objetivos de segurança de um modo semelhante aos fundamentos da guerra de mobilidade: focalizar os objetivos, contornar a resistência e reforçar os êxitos. Isso significa obter o consenso por meio da utilização de acordos anteriores como precedentes para

transações de sucesso. Além disso, o comandante tem o cuidado de evitar possíveis divergências, tratando-as como bolsões de resistência a serem enfrentados no final e retornando para engajar-se somente após obter suficiente impulso. Tudo isso ocorre tendo como pano de fundo o modelo MRsSPEA. Durante a realização da reunião, o comandante se mantém atento aos fatores sociais, porque, sem eles, colocaria em risco o cumprimento dos objetivos.

Conclusão

Ainda que o modelo MRsSPEA seja uma ferramenta analítica para chamar atenção aos fatores sociais do domínio humano, da mesma forma que as outras ferramentas mnemônicas (SWEAT-MSO, OAKOC e ASCOPE), sua utilidade depende de seus aportes. A sociedade e os papéis que os indivíduos exercem dentro dela mudam constantemente. Assim, toda tentativa de explorar o MRsSPEA como uma ferramenta para ampliar o entendimento compartilhado e facilitar o Comando de Missão depende da obtenção das informações mais atualizadas sobre os aspectos particulares do domínio humano. Por fim, como um subconjunto do modelo PMESII-PT, o MRsSPEA oferece aos comandantes e estados-maiores uma melhor forma de aplicar o Comando de Missão, a fim de realizar ações decisivas em qualquer ambiente operacional e vencer. ■

O Major Brian Hildebrand, integrante da Guarda Nacional do Exército, no Estado do Texas, é o subcomandante do 1º Batalhão, 133º Regimento de Artilharia de Campanha, em Houston, Estado do Texas. É bacharel pela University of Saint Thomas e mestre pela Norwich University. Serviu duas vezes em apoio à Operação Iraqi Freedom *e retornou, recentemente, do Egito, onde serviu como parte do Batalhão dos EUA 60, 1º/112º Regimento de Cavalaria, Missão da Força Multinacional e Observadores.*

Referências

1. Army Doctrine Reference Publication (ADRP) 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], May 2012).

2. Raymond T. Odierno, James F. Amos e William H. McRaven, *Strategic Landpower: Winning the Clash of Wills, Strategic Landpower Task Force White Paper*, 2013, 5, acesso em 20 jan. 2016, http://www.tradoc.army.mil/FrontPageContent/Docs/Strategic%20Landpower%20White%20Paper.pdf.

3. Andrew Whitford, "The Path to Mission Command", *Military Review* 95(3) (May–June 2015): p. 40, acesso em 8 mar. 2016, http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20150630_art011.pdf.

4. Mark Herbert, "The Human Domain: The Army's Necessary Push to Toward Squishiness", *Military Review* 94(5) (September–October 2014): 81-87, acesso em 8 mar. 2016, http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20141031_art014.pdf.

5. Carl von Clausewitz, *On War*, trans. Michael Howard and Peter Paret (New York: Oxford University Press, 1976), p. 28. [Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. — N. do T.]

6. John Dewey, *Freedom and Culture* (1939; repr., New York: Prometheus Books, 1989), p. 2.

7. Joint Warfighting Center, *Commander's Handbook for an Effects-Based Approach to Joint Operations* (Suffolk, VA: U.S. Joint Forces Command Joint Warfighting Center, February 2006).

8. Field Manual 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, February 2008). Este manual foi substituído pela ADRP 3-0, Unified Land Operations.

9. Army Doctrine Publication 5-0, *The Operations Process* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2012), p. 8. A primeira etapa do processo decisório militar é "Recebimento da missão" e a segunda, "Análise da missão".

10. ADRP 5-0, *The Operations Process* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2012), p. 1-7. O acrônimo PMESII-PT corresponde aos fatores político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo. O acrônimo METT-TC engloba a missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios e apoios disponíveis, tempo e considerações civis. Respectivamente, os termos de cada acrônimo descrevem os fatores operacionais e os fatores da missão utilizados durante a análise conduzida pelos comandantes e estados-maiores para obter o entendimento situacional.

11. As informações utilizadas no exemplo com respeito ao Egito foram extraídas de "Egypt—Language, Culture, Customs and Etiquette", site Kwintessential, acesso em 20 jan. 2016, http://www.kwintessential.co.uk/resources/global-etiquette/egypt-country-profile.html.

12. Whitford, "The Path to Mission Command", p. 42.

Coronel Friederich-Maggard

Passagem para a Reserva após 31 anos de Serviço no Exército

É com tristeza que a equipe da *Military Review* se despede da Editora-Chefe da revista e Diretora da Army Press, Cel Anna Friederich-Maggard, por ocasião de sua passagem para a reserva remunerada, após quase três anos na função e mais de 31 anos de serviço no Exército dos EUA.

Exerceu a função de Editora-Chefe com entusiasmo, criatividade e inovação, buscando, continuamente, formas de aprimorar o conteúdo e de tornar sua leitura mais agradável. Como Diretora, sua liderança caracterizou-se pelo profissionalismo, compaixão e preocupação pelos outros.

Durante o exercício da função, a Cel Friederich-Maggard supervisionou importantes melhorias na *Military Review*, incluindo a introdução da impressão a cores e do software *Joomag*, para reforçar o apelo visual da revista; o uso de edições temáticas, para organizar melhor o conteúdo; e a solicitação, com sucesso, de contribuições de autores renomados, para aumentar a relevância da publicação. Em especial, dirigiu a unificação entre a *Military Review*, o Combat Studies Institute e a publicação *NCO Journal*, para formar a Army Press, assumindo o cargo de Diretora da nova organização no final de 2015.

A Cel Friederich-Maggard fará muita falta para todos na organização. Nós lhe desejamos muita sorte e sucesso em sua nova vida como civil e integrante da reserva do Exército dos EUA.